



EDITAL DE LICITAÇÃO

Modalidade: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026		Processo: PROCESSO ELETRÔNICO: 0001694.04.01-2026	
Data de Abertura: 16/07/2026		Horário de Abertura: 10:00 Horas (Horário de Brasília)	
Plataforma (site): https://www.licitanet.com.br			
Órgão Requisitante: SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇOS PÚBLICOS – SEMUSP SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB.			
Objeto: Registro de Preços para contratação de empresa para futuros e eventuais fornecimentos de material permanente (AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS), visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras – SEMOB e da Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SEMUSP da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari/RO, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência.			
Valor Total Estimado para Contratação: R\$ 196.135,85 (cento e noventa e seis mil e cento e trinta e cinco reais e oitenta e cinco centavos)			Lance Mínimo: R\$ 0,01
Registro de Preços? Sim	Vistoria / Visita Técnica Não	Instrumento Contratual Ata de Registro de Preços	Critério de Julgamento Menor Preço Por Lote
DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO			
Requisitos Básicos: Sicaf ou documentos equivalentes		Requisitos Específicos Conforme Termo de Referência	
O detalhamento dos documentos/requisitos de habilitação deve ser consultado na seção do instrumento convocatório acima indicada.			
Modo de Disputa Aberto	Licitação Exclusiva ME/EPP? Não	Reserva de Cota ME/EPP? Não	Exige Amostra/ Demonstração Não
DA NÃO UTILIZAÇÃO DE LOTES EXCLUSIVAS E COTAS RESERVADAS DA LEI COMPLEMENTAR 123/2006 - (ART. 48, I E III), conforme estabelecido pela ordenadora de despesa no item 16. do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.			
Prazo de envio da Proposta Reajustada e Documentos de Habilitação: 120 (Cento e vinte minutos) ou 02 (duas) horas, após a convocação realizada pelo Agente Conductor.			
Pedidos de Esclarecimentos e Impugnações: EXCLUSIVAMENTE ATRAVÉS DA PLATAFORMA LICITANET, até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para a abertura da sessão pública, conforme Art. 164 da Lei nº 14.133/2021, demais condições junto ao Edital e demais anexos do edital.			
Observações Gerais			
Obs.: Solicitamos dos fornecedores a leitura de todo edital e anexos. Recomendamos aos licitantes a leitura atenta às condições/exigências expressas neste edital e seus anexos, objetivando uma perfeita participação no certame licitatório.			





EDITAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 014/2026/SML/PMCJ
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0001694.04.01-2026
LICITAÇÃO ABERTA COM AMPLA PARTICIPAÇÃO

1 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1 Preâmbulo:

1.1.1 A Prefeitura do Município de Candeias do Jamari-RO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ nº. 63.761.902/0001-60, com sede à **Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – RO – CEP: 76.860- 000**, através do Pregoeiro designado pelo Portaria nº 504/2025 de 04 de Novembro de 2025, torna público que se encontra autorizada a realização da licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, sob o nº **014/2026** do tipo **MENOR PREÇO**, critério de julgamento será **POR LOTE**, tendo por finalidade **Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de material permanente (equipamentos e ferramentas), destinado ao atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Obras – SEMOB e da Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SEMUSP da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari/RO, pelo período de 12 (doze) meses**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei n. 14.133/2021, Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, e demais normas aplicáveis, legislações complementares e, ainda, pelas condições estabelecidas neste Edital e seus anexos e, em conformidade com a autorização contida no Processo.

1.1.2 O regime legal adotado neste procedimento é aquele previsto na Lei n. 14.133/2021.

1.1.3 O instrumento convocatório e todos os elementos integrantes encontram-se disponíveis, para conhecimento e retirada, no endereço eletrônico: <https://www.licitanet.com.br/> (**LICITANET**); e/ou <https://www.candeiasdojamari.ro.gov.br/> na aba de anexos da licitação no link: https://athus2.candeiasdojamari.ro.gov.br/transparencia/processo_compras/.

1.1.4 A sessão inaugural deste **PREGÃO ELETRÔNICO** dar-se-á por meio do sistema eletrônico, na data e horário, conforme abaixo:

PLATAFORMA DE LICITAÇÕES “LICITANET”	
AGENTE DE CONTRATAÇÃO:	RAQUEL FRANÇA GIL DA SILVA
INÍCIO PARA CADASTRO DE PROPOSTAS:	02/07/2026 às 08h00min. (Horário Brasília)
LIMITE P/ CADASTRO DE PROPOSTAS:	16/07/2026 às 09h59min. (Horário Brasília)
DATA DE ABERTURA DA SESSÃO:	16/07/2026 às 10h00min. (Horário Brasília)

1.1.5 Não havendo expediente, ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a abertura do certame na data marcada, a sessão pública será transferida para uma data posterior, mediante comunicação do pregoeiro aos licitantes;

1.1.6 Os horários mencionados neste Edital de Licitação referem-se ao horário oficial de Brasília DF, salvo quando explicitamente descrito em contrário.

1.2 Da Formalização e Autorização:

1.2.1 Esta Licitação encontra-se formalizada e autorizada por meio do **Processo Administrativo nº 0001694.04.01-2026**, e destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia e a selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração Pública

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo de que lhe são correlatos.

1.2.2 Todo o procedimento licitatório será realizado somente através do sistema contido no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>, onde permanecerão disponíveis todos os atos, avisos e demais documentos relativos às fases da licitação, bem como disponibilizados para consulta, integralmente, o instrumento convocatório e seus elementos para leitura e retirada, propostas e Atas dele provenientes.

2 – DAS DISPOSIÇÕES DO OBJETO

2.1. OBJETO: Registro de Preços para contratação de empresa para futuros e eventuais fornecimentos de material permanente (aquisição de equipamentos e ferramentas), visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras – SEMOB e da Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SEMUSP da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari/RO, pelo período de 12 (doze) meses, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

2.1.1 A licitação será julgada por LOTE, conforme tabela constante do Termo de Referência (ANEXO I deste Edital). Facultando-se ao licitante a participação em quantos lotes forem de seu interesse.

2.1.2. DAS ESPECIFICAÇÕES E ESTIMATIVAS DE PREÇOS: Conforme Termo Referência em anexo (ANEXO I).

LOTE 01					
Item	Objeto/ Descrição	Unid.	Quant.	V. Unit.	Sub-Total
1	CHAVE DE IMPACTO PNEUMÁTICA 3/4": com as mínimas especificações: quadrado de encaixe de 3/4" em aço liga especial de Cromo, Manganês e Titânio. Compacta e leve, como carcaça em liga de alumínio, controlador de torque com 3 faixas de trabalho, rotação variável e reversível, sistema de impacto com martelo duplo para maior torque e balanceamento, projetada para trabalhos de aperto e desaperto de porcas e parafusos, quadrado de encaixe: 3/4" - 19 mm Entrada de ar: 3/8" NPT Rotação máxima: 4.600 rpm Torque máximo: 1.600 N.m - 163,15 kg.f, capacidade do parafuso: 1" - 25mm pressão de trabalho: 90 PSI - 6,3 bar, consumo de ar: 583 l/min, mangueira recomendada: 1/2" - 12,7mm, manopla para auxiliar no manuseio do produ-	Und.	2	R\$ 2.439,18	R\$ 4.878,36





	to, punho com proteção plástica.				
2	CHAVE DE IMPACTO PNEUMÁTICA 1/2": com as mínimas especificações: para aperto e desaperto de porcas e parafusos até 16mm (5/8"), medida do encaixe da chave de impacto pneumática: 1/2", pressão de trabalho: 90 lbf/pol ² , torque máximo: 700 N.m / 70 kgf.m, consumo de ar da chave de impacto pneumática: 32,4 pcm, rosca de entrada de ar da chave de impacto pneumática: 1/4" NPT, diâmetro interno da mangueira: 3/8", nível de ruído: 85 dB(A), massa aproximada (peso): 2,75 kg, rotações por minuto - rpm: 7.000/min.	Und.	2	R\$ 636,91	R\$ 1.273,82
3	MACACO HIDROPNEUMÁTICO 30TON: com as mínimas especificações: Macaco Tipo Garrafa; Sistema de Elevação: Hidropneumático; Capacidade de Carga: Máxima de 30 Toneladas; Corpo em Material: Aço; Altura de construção: 250mm; Dimensões da base: 213x149mm; Curso de elevação hidráulica: 150mm; D: Curso de fuso: 100mm; Altura total: 500mm; Comprimento da alavanca: 350mm;	Und.	2	R\$ 1.985,37	R\$ 3.970,74
4	MACACO HIDROPNEUMÁTICO 20TON: com as mínimas especificações: tipo garrafa, Altura Fechado 240mm; Curso Hidráulico 145mm; Prolongador 60mm; Altura Aberto 445mm; Capacidade Nominal 20 ton; Pressão Ideal de Trabalho 120 a 180 PSI; acionamento hidráulico ou pneumático.	Und.	2	R\$ 1.509,63	R\$ 3.019,26
5	MACACO HIDROPNEUMÁTICO 15TON: com as mínimas especificações: Macaco Tipo Garrafa; Sistema de Elevação: Hidropneumático; Capacidade de Carga: Máxima de 15 Toneladas; Corpo em Material: Aço; Altura de construção: 235mm; Dimensões da base: 110x180mm; Curso de elevação hidráulica: 155mm; Curso de Fuso:	Und.	2	R\$ 1.395,75	R\$ 2.791,50

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA - RO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIA DO JAMARI - PMCJ
Superintendência Municipal de Licitação - SML



	105mm; Altura total: 495mm; Comprimento da alavanca: 350mm.				
6	VULCANIZADOR PARA CÂMARA DE AR: com a mínimas especificações: controle automático de temperatura, guida de bico para vulcanização, placa de alumínio fundido sob pressão, para correta distribuição do calor e da pressão sobre a área a ser vulcanizada. Especificações Técnicas: tensão: 220 volts, temperatura de trabalho 135° C, peso 13kg.	Und.	2	R\$ 775,80	R\$ 1.551,60
7	VULCANIZADOR PARA PNEUS: com a mínimas especificações : Construído em ferro nodular especial, articulado, controle automático de temperatura, para cortes na lateral ou na banda de rodagem utilizar o conjunto plano, Especificações Técnicas: Voltagem 220V, Resistência 450W, Temperatura de trabalho: 140°C, Tempo médio para as vulcanizações: 30 minutos. peso 15kg.	Und.	2	R\$ 1.634,36	R\$ 3.268,72
8	LIXADEIRA ANGULAR PROFISSIONAL: com a mínimas especificações : Estrutura construído com engrenagens de alta resistência, punho macio, Especificações Técnicas: potência 2.200W, capacidade: Disco de goma: 180, 230mm (7, 9") - Disco de Lixa: 180mm (7"), Rotações por min.: 6.600rpm, Dimensões: 473 x 105 x 140 mm, (C x L x A): 18-5/8" x 4-1/8" x 5-1/2"), Cabo de energia: 2,5m, acompanha: Chave de Pino, Punho e Disco de borracha 170 mm.	Und.	5	R\$ 1.307,23	R\$ 6.536,15
9	LIXADEIRA PNEUMÁTICA PROFISSIONAL: com as mínimas especificações: Lixadeira reta, movimento rotativo não reversível, Especificação Técnica: Base: 65mm, Entrada de Ar: 1/4"; Velocidade: 2.500 RPM; Consumo de Ar Inst.: 0,50 PCS ou 14,15 L/seg; Pressão de Trabalho: 90 PSI; Peso: 0,9 Kg.	Und.	2	R\$ 546,56	R\$ 1.093,12

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





10	LIXADEIRA Á BATERIA PROFISIONAL: com as mínimas especificações: Lixadeira automotiva a Bateria, Eixo: M14, Tamanho do disco: 7" (180mm), Motor sem escovas de carvão, Controle de velocidade variável, Gatilho com trava contra acionamento involuntário, Telas laterais removíveis, Boina dupla face, incluindo: 1 Empunhadura lateral, 1 Empunhadura superior, 1 Disco de borracha, 1 Chave de aperto, 1 Manual de instruções, Especificações: Comprimento do produto:17.1 in, Largura do produto:18.5cm, Altura do produto:15.2cm, Altura do produto:6 in, Largura do produto:7.3 in, Peso do produto:1.7Kg, Comprimento do produto:43.4cm, Peso do produto:6.4 lbs, 1 Carregador de Baterias 12-20 Volts Bivolt, 1 Bateria de Lítio 20 Volts 3.0 Ah, 1 Bolsa para Ferramentas 16".	Und.	2	R\$ 1.311,33	R\$ 2.622,66
11	JOGO DE SOQUETE ESTRIADO 3/4: com as mínimas especificações: conjunto de soquetes estriados de 3,4 polegadas com 26 peças, em de aço cromo-vanádio, caixa para armazenamento das peças. Técnicos: Medida Extensão: 525mm e 200mm - Encaixe: 3/4pol - Peso Aprox: 5 Kg - Medidas soquetes: 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 36, 38, 41, 46, 50, 55, 60, 65mm, Acompanha: 1un. Chave T, 1un. Catraca, 2un. Soquete para vela, 2un. Extensão, 20 unidades soquetes de 3/4', Encaixe Estriado.	Und.	2	R\$ 985,00	R\$ 1.970,00
12	JOGO DE SOQUETE ESTRIADO 1/2: com as mínimas especificações: Jogo de soquetes estriados possui 22 peças, em aço cromo-vanádio, cabo metálico com perfil recartilhado, sistema de encaixe: quadrado com esfera de retenção, plástica resistente, 18 soquetes estriados com encaixe de 1/2" :: Medidas dos soquetes: 8 – 9 – 10	Und.	2	R\$ 450,00	R\$ 900,00





ESTADO DE RONDÔNIA - RO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIA DO JAMARI - PMCJ
Superintendência Municipal de Licitação - SML



	- 11 - 12 - 13 - 14 - 15 - 16 - 17 - 18 - 19 - 21 - 22 - 24 - 27 - 30 - 32mm, 02 extensões: 125 e 250mm, 01 cabo T, 01 catraca reversível.				
13	Jogo de Chaves Combinadas: com as mínimas especificações: fabricado em Aço cromo vanádio, acabamento cromado fosco, quantidade de peças: 26 peças: 6mm, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 32mm, Massa aproximada (peso):4.71; 1 Suporte plástico	Und.	2	R\$ 460,36	R\$ 920,72
14	Jogo de Chaves BIELA L: com as mínimas especificações: Chave biela com lados sextavados de mesma medida, fabricada em aço cromo-vanádio e acabamento niquelado, 12 Chaves: 8x8 / 9x9 / 10x10 / 11x11 / 12x12 / 13x13 / 14x14 / 15x15 / 16x16 / 17x17 / 18x18 / 19x19 mm	Und.	2	R\$ 412,50	R\$ 825,00
TOTAL					R\$ 35.621,65

LOTE 02

Item	Objeto/ Descrição	Unid.	Quant.	V. Unit.	Sub-Total
1	MATOSSERRA: com as mínimas especificações: Combustível Motor 2 tempos à gasolina; Capacidade do tanque de combustível: 700ml; Potência: 4.4kW/cv; Cilindrada cm ³ : 72.2; Potência bhp: 5.9; Peso kg 6; Peso sistema kg 7.7 / 8.11 / 8.22; Valor de vibração na esquerda m/s ² 4.8; Valor de vibração na direita m/s ² 3.6; CO2 g/kWh: 766;	Und.	10	R\$ 4.635,37	R\$ 46.353,70
TOTAL					R\$ 46.353,70

LOTE 03

Item	Objeto/ Descrição	Unid.	Quant.	V. Unit.	Sub-Total
1	COMPACTADOR DE PERCUSSÃO: com as mínimas especificações: tanque com capacidade de 2,5 litros, 02 filtros, Potência: 3,6 CV, Massa de Operação	Und.	3	R\$ 16.249,00	R\$ 48.747,00

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





68 kg, Força de Impacto: 12,8 kN, Distância do golpe: 40 – 85mm, Tamanho da Sapata: 330 X 285mm, Potência sonora medida: 103 dB, Nível sonoro medido: 104 dB, Limite de nível de som: 106 dB, Dimensões do produto C x L x A: 760 x 445 x 1050 mm.				
TOTAL				R\$ 48.747,00

LOTE 04					
Item	Objeto/ Descrição	Unid.	Quant.	V. Unit.	Sub-Total
1	MÁQUINA COM SISTEMA DE DIAFRAGMA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA: com as mínimas especificações: pintura de meio fio, faixas contínuas, faixas de pedestre, quebra molas e linhas simples. Equipada com motor Honda 4 tempos à gasolina. Potência de 160CC. Capacidade de bomba de até 5.0LPM. Capacidade de até 30 litros de tinta no tanque e válvulas para controle de pressão manual. Incluso 2 kits de mangueira 10 MT, 2 pistolas Nauber Ultra para 3.600 PSI, 2 bicos 215, 1 bico para faixas de segurança, 2 máscaras de recorte para pintura de meio fio, 2 extensores de 50CM e um Laser para facilitar no alinhamento da máquina em pinturas de faixas contínuas para divisão de pistas	Und.	2	R\$ 32.706,75	R\$ 65.413,50
TOTAL					R\$ 65.413,50

TOTAL GERAL	R\$ 196.135,85
--------------------	-----------------------

2.1.3. Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema <https://www.licitanet.com.br/>, e as especificações constantes no **Termo de Referência** e neste Edital, prevalecerão às últimas;

2.2 Das Especificações e das Estimativas de Preços:

2.2.1 As especificações técnicas dos itens, bem como os respectivos quantitativos e valores unitários e totais estimados, encontram-se descritos no **Termo de Referência – TR**, Anexo I deste Edital, e no **Estudo Técnico Preliminar – ETP**.

2.2.2 A Proposta deverá ser cadastrada por lote, conforme **Termo de Referência**.

2.2.3 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no sistema **LICITANET**, e as especificações constantes no **Termo de Referência** e neste **Edital**, prevalecerão às últimas;





2.3 Do Prazo/ Local e Condições de Entrega/ Recebimento:

2.3.1 As demais obrigações encontram-se estabelecidas no **Termo de Referência** – Anexo I deste Edital, devidamente aprovado pelo Ordenador de Despesas do órgão requisitante;

a) **Local/Horário de Entrega** – Conforme estabelecido no **Termo de Referência** – Anexo deste Edital.

b) **Prazo de Entrega do Objeto** – Prazo de entrega, conforme **Termo de Referência** – Anexo I deste Edital.

c) **Da Garantia, Manutenção e Assistência Técnica** – Conforme estabelecidos no **Termo de Referência** – Anexo I deste Edital.

2.4 Da Secretaria Participante deste Registro de Preços;

2.4.1 SECRETARIA MUNICIPAL DE SERVIÇO PÚBLICO – SEMUSP
SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS - SEMOB.

2.5 Dos Recursos Orçamentários (Elemento de Despesa):

2.5.1 Conforme **Termo de Referência**, anexo I deste Edital.

2.6 Do Pagamento:

2.6.1 Conforme **Termo de Referência e Minuta do Contrato**, anexo I deste Edital.

2.7 Do Reajuste:

2.7.1 Os preços registrados na Ata de Registro de Preços serão fixos e irrevogáveis durante sua vigência, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

2.7.2 Eventuais contratos decorrentes da Ata de Registro de Preços que possuam vigência superior a 12 (doze) meses poderão ser reajustados, observada a periodicidade mínima de 1 (um) ano, contado da data do orçamento estimado da contratação ou da data-base estabelecida no instrumento convocatório.

2.7.3 O reajuste, quando cabível, será calculado mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

2.7.4 Caso o índice adotado seja extinto ou não possa mais ser utilizado, será aplicado o índice que vier a substituí-lo legalmente ou, na sua ausência, outro índice oficial que melhor reflita a variação dos custos do objeto contratado.

2.7.5 O reajuste dependerá de requerimento da contratada e da verificação dos pressupostos legais aplicáveis, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

3 – DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

3.1 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.2 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela





informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.2.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.3 Não poderão disputar esta licitação: (Previstos nos Art. 9º e 14º da Lei 14.133/21):

3.3.1 Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.3.2 Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.3.3 Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.3.4 Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.3.5 Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.3.6 Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.3.7 Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.3.8 Agente público do órgão ou entidade licitante;

3.3.9 Pessoas jurídicas reunidas em consórcio;

3.3.10 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.3.11 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021](#).

3.3.12 Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa e judicialmente.

3.4 O impedimento de que trata o **item 3.3.4** será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.5 A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os **itens 3.3.2 e 3.3.3** poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.6 Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

3.7 O disposto nos **itens 3.3.2 e 3.3.3** não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





3.8 Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133/2021](#).

3.9 A vedação de que trata o **item 3.3.8** estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3.10 Em tempo, será analisado também:

3.10.1 Suspensos de participar de licitações e impedidos de contratar com a Prefeitura de Candeias do Jamari/RO, nos termos do Art. 87, III, da Lei n. 8.666/1993 e do Art. 7º da Lei n. 10.520/2002; (**até que se encerre os prazos das sanções**);

3.10.2 Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 87, IV, da Lei n. 8.666/1993; (**até que se encerre os prazos das sanções**);

3.10.3 Declarados inidôneos para licitar ou contratar com a Administração Pública, na forma do art. 156, IV, § 5º, da Lei n. 14.133/2021.

4 – DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou o percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.2 O licitante interessado **poderá, se assim entender**, enviar os documentos de habilitação exigidos no edital concomitantemente com a proposta.

4.3 No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.3.1 Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.3.2 Não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.3.3 Não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.3.4 Cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;

4.3.5 O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021](#);

4.3.6 O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no [artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus [arts. 42 a 49](#), observado o disposto nos [§§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021](#).

4.3.7 No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “**não**” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele i-





tem;

4.3.8 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa;

4.3.9 A falsidade da declaração de que trata os **itens 3.4** ou **3.6** sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital;

4.3.10 Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública;

4.3.11 Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances;

4.3.12 Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances;

4.3.13 Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo ou o seu percentual de desconto máximo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

a) A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

b) Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo estabelecido e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.3.14 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

a) Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

b) Percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.3.15 O valor final mínimo ou o percentual de desconto final máximo parametrizado na forma do **item 4.3.13** possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno;

4.3.16 Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão;

4.3.17 O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5 – DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

a) valor unitário e total;

b) Marca/Modelo nos casos das peças;

c) Fabricante;

d) Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do **Termo de Referência**; indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, **quando for o caso**.





d-1) Para melhor análise da Proposta, a mesma deverá estar acompanhada de folders/prospecto/ catálogo que contenham as especificações dos objetos ofertados.

d-2) A não solicitação da Comissão de Análise Técnica não exime a CONTRATADA da obrigação de apresentação do selo, certificado, registro ou laudo, de controle de qualidade de fabricação respectivo;

-

5.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.4 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o **Termo de Referência**, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.8 O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.9 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6 – DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1 Da Abertura da Sessão:

6.1.1 A abertura da presente licitação conduzida pelo pregoeiro, dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.1.2 Este edital poderá ser republicado para atualização dos preços registrados em decorrência deste pregão, com a indicação da data e da hora de realização da sessão pública, dos quantitativos atualizados, se for o caso, e do novo orçamento estimado, observada a mesma publicidade do certame inicial.

6.1.3 Durante a sessão pública, a comunicação entre o pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

6.1.4 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia

CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





público pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou por estar desconectado do sistema, inclusive quanto ao não encaminhamento de documento afeto à proposta.

6.2 Da Classificação das Propostas:

6.2.1 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

6.2.2 As propostas cadastradas pelos licitantes no sistema eletrônico que descumprirem as exigências do edital quanto à forma de sua apresentação e/ou apresentarem erros que prejudiquem a oferta de lances e o caráter competitivo do certame também serão desclassificadas, mediante decisão fundamentada do pregoeiro. Conforme art. 59 da Lei nº 14.133/2021.

6.2.3 Somente os licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6.3 Da Formalização de Lances:

6.3.1 Aberta a etapa competitiva, os licitantes classificados deverão encaminhar lances sucessivos exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do horário e do valor consignados no registro de cada lance.

6.3.2 As licitantes poderão oferecer lances menores e sucessivos, observado o horário fixado e as regras de sua aceitação, de acordo com o tipo de licitação indicada no preâmbulo deste Edital;

6.3.3 O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser **R\$ 0,01 (um centavo)**;

6.3.4 O licitante poderá uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inequívoco;

6.3.5 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações;

6.3.6 A etapa de lances da sessão pública terá duração de **10 (dez) minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **2 (dois) minutos** do período de duração da sessão pública;

6.3.7 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de **2 (dois) minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários;

6.3.8 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública será encerrada automaticamente.

6.3.9 Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações;

a) Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.3.10 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço;

6.3.11 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade do licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração;

6.3.12 Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS com no máximo 02 (duas) casas decimais, considerando as quantidades constantes no ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o pregoeiro, poderá convocar no CHAT





MENSAGEM para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os PARA MENOS automaticamente caso a licitante permaneça inerte:

6.3.13 Durante a fase de lances, o pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

a) A exclusão de lance é possível somente durante a fase de lances, conforme possibilita o sistema eletrônico, ou seja, antes do encerramento do **item**;

6.3.14 Se ocorrer a desconexão do pregoeiro no decorrer da etapa de lances, mas o sistema eletrônico permanecer acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados;

6.3.15 No caso de a desconexão do pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa automaticamente e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes no sítio <https://www.licitanet.com.br/>;

6.3.16 O pregoeiro, quando possível, dará continuidade a sua atuação no certame, sem prejuízos aos atos realizados;

6.4 Do Benefício às Microempresas e às Empresas de Pequeno Porte:

6.4.1 A obtenção de benefícios previstos dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar n. 123/2006 fica limitada às microempresas e às empresas de pequeno porte que, no ano-calendário de realização da licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cujos valores somados extrapolem a receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, devendo o licitante apresentar declaração de observância desse limite juntamente para fins de habilitação;

6.4.2 Após a fase de lances, se a proposta mais bem classificada não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte apta a usufruir dos benefícios e se houver proposta de microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até **5% (cinco por cento)** superior à proposta mais bem classificada, se procederá da seguinte forma:

I – A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de **5 (cinco) minutos**, apresentar proposta de preço inferior à do licitante mais bem classificado e, se atendidas as exigências deste edital, ser adjudicatária;

II – Não sendo adjudicatária a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada na forma do subitem anterior, e havendo outros licitantes que se enquadrem na condição prevista no *caput* deste item, estes serão convocados, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

III – O convocado que não apresentar proposta dentro do prazo de **5 (cinco) minutos**, controlado pelo sistema eletrônico, decairá do direito previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar n. 123/2006.

6.4.3 Na hipótese de não adjudicação nos termos previstos nesta cláusula, o procedimento licitatório prosseguirá com os demais licitantes.

6.5 Em caso de empate entre duas ou mais propostas, serão utilizados os seguintes critérios de desempate, nesta ordem:

6.5.1 Disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.5.2 Avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes;

6.5.3 Desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.5.4 desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle;

6.5.5 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

a) Empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;





- b) Empresas brasileiras;
- c) Empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- d) empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187/2009.

6.6 Nos casos em que o **sistema LICITANET** não indicar o vencedor, a escolha do vencedor será feita através de sorteio, em sessão pública, com a convocação dos interessados.

7 – DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

7.1 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo ou inferior ao desconto definido para a contratação, o pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

7.2 O pregoeiro iniciará os procedimentos necessários à aceitabilidade da proposta de melhor preço e verificará a conformidade da marca e modelo informados ou especificação técnica dos serviços com as exigências contidas neste edital e a compatibilidade do preço ofertado com o valor estimado para a contratação, podendo solicitar, se necessário, a planilha de composição de custos adequada ao lance equivalente à proposta de melhor preço no prazo estipulado no *chat* durante a sessão.

7.3 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

7.4 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.5 O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

7.6 Será desclassificada a proposta que contiver vício insanável; que não obedecer às especificações técnicas pormenorizadas no edital ou apresentarem desconformidade com exigências do ato convocatório.

8 – DA PROPOSTA FINAL ATUALIZADA:

8.1 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de **120 (cento e vinte) minutos**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados. Observar o modelo do anexo II – Formulário de Apresentação da Proposta.

8.1.1 O prazo de envio poderá ser prorrogado por solicitação do licitante convocado ou por decisão do **Pregoeiro**, ambas as opções devidamente justificadas;

8.1.2 O licitante que abandonar o certame, deixando de enviar a documentação indicada no **item 8.1**, será desclassificado e sujeitar-se-á às sanções previstas neste Edital.

8.2 A proposta enviada via sistema, após convocação do **Pregoeiro**, deverá obedecer às condições previstas no **item 5** e subitens deste Edital.

8.2.1 O envio da proposta de preços ajustada, e seus anexos (QUANDO SOLICITADO), deverá ser anexada corretamente no sistema licitanet, sendo esta compactada arquivo único (EXCEL, WORD, ZIP, DOC, DOCX, JPG OU PDF), tendo em vista que há apenas um campo de inserção.





8.3 Dentre os documentos passíveis de solicitação pelo **Pregoeiro**, destacam-se os que contêm as características do material ofertado, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, além de outras informações pertinentes, a exemplo de catálogos, folhetos ou propostas, encaminhados por meio eletrônico, ou, se for o caso, por outro meio e prazo indicados pelo Pregoeiro, sem prejuízo do seu ulterior envio pelo sistema eletrônico, sob pena de não aceitação da proposta.

8.4 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o **Pregoeiro** examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.5 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a sua continuidade.

8.6 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.7 Serão aceitos somente lances em moeda corrente nacional (R\$), com **VALORES UNITÁRIOS E TOTAIS** com no máximo **02 (duas) casas decimais**, considerando as quantidades constantes no **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**. Caso seja encerrada a fase de lances, e a licitante divergir com o exigido, o **Pregoeiro**, poderá convocar no **CHAT MENSAGEM** para atualização do referido lance, e/ou realizar a atualização dos valores arredondando-os **PARA MENOS**.

8.8 Das Correções Admissíveis;

8.1 Nos casos em que o Pregoeiro constatar a existência de erros numéricos nas propostas de preços, sendo estes não significativos, proceder-se-á as correções necessárias para a apuração do preço final da proposta, obedecendo às seguintes disposições:

- a) Havendo divergências entre o preço final registrado sob a forma numérica e o valor apresentado por extenso, prevalecerá este último;
- b) Havendo divergências nos subtotais, provenientes dos produtos de quantitativos por preços unitários, o(a) Pregoeiro(a) procederá à correção dos subtotais, mantendo os preços unitários e alterando em consequência o valor da proposta.

8.9 A aceitação da proposta poderá ocorrer em momento ou data posterior à sessão de lances, a critério do Pregoeiro que comunicará às Licitantes através do sistema eletrônico;

9 – DO JULGAMENTO E VERIFICAÇÃO DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

9.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no **item 3.6** do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

9.1.1 Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF;

9.1.2 **Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa (CNIA), do Conselho Nacional de Justiça – CNJ**, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (http://www.cnj.jus.br/improbidade-adm/consultar_requerido.php);

9.1.3 **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), da Controladoria Geral da União – CGU**, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada; (<http://www.portaltransparencia.gov.br/ceis>);

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





9.1.4 Cadastro de Fornecedores Impedidos de Licitar e Contratar com a Administração Pública Estadual – CAGEFIMP, que resultará em efeitos de inabilitação a depender da natureza da sanção aplicada (<http://www.transparencia.ro.gov.br/ Fornecedor/EmitirCertidao>);

a) Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas dos subitens “9.1.2” e “9.1.3” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.5 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário:

a) Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Pregoeiro diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#));

b) A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#));

c) O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. ([IN nº 3/2018, art. 29, §2º](#));

d) Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação;

e) Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.2 Caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

9.3 Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os **itens 3.3.1 e 4.3.6** deste edital.

9.4 Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no [artigo 29 a 35 da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

9.5 Será DESCLASSIFICADA a proposta vencedora que:

9.5.1 Contiver vícios insanáveis;

9.5.2 Não obedecer às especificações técnicas contidas no **Termo de Referência**;

9.5.3 apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

9.5.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

9.5.5 Apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

9.6 No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecutabilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

9.6.1 A inexecutabilidade, na hipótese de que trata o **caput**, só será considerada após diligência do pregoeiro, que comprove:

a) Que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

b) Inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

9.7 Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de executabilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia

CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





9.7.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

9.7.2 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexequíveis as propostas cujos valores forem inferiores a **75% (setenta e cinco por cento)** do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução;

9.7.3 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

9.8 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

9.9 Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

9.10 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

9.11 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço.

9.11.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

9.11.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

9.12 Caso o Termo de Referência exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência, sob pena de não aceitação da proposta.

9.13 Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

9.14 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

9.15 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo **Pregoeiro**, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

9.16 Ressalvado os documentos atualizados no SICAF, os licitantes deverão encaminhar, nos

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

10. DA HABILITAÇÃO

10.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico - financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no **SICAF**.

10.2 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. ([IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º](#)).

10.3 É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicafe e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. ([IN nº 3/2018, art. 7º, caput](#)).

10.3.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. ([IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único](#)).

10.4 A verificação pelo pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

10.4.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicafe serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de **120 (cento e vinte) Minutos**, podendo ser prorrogável por igual período, contado da solicitação do pregoeiro;

10.4.2 Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no [§ 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#).

10.5 A verificação no Sicafe ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

10.5.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do **Termo de Referência** somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado;

10.5.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

10.6 Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

10.7 Será verificado se o licitante apresentou **DECLARAÇÃO** de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei ([art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021](#) o [artigo 18, §2º, da IN SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022](#), *obriga a apresentação dessa declaração*).

10.8 Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a **DECLARAÇÃO** de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

10.9 DA HABILITAÇÃO JURÍDICA:

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





- a) As empresas licitantes devem apresentar documento de identificação do (s) sócio (s) (RG/CPF/CNH/outro) ou sócio administrador.
- b) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – **CNPJ**;
- c) Inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d) **Empresário individual**: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- e) **Microempreendedor individual – MEI**: Certificado da Condição de **Microempreendedor Individual** - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- f) **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada – EIRELI**: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- g) **Sociedade empresária estrangeira com atuação permanente no País**: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;
- h) **Sociedade simples**: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- i) **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária** - inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- j) **Sociedade cooperativa**: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;
- k) **Empresas organizadas em CONSÓRCIO**: compromisso de Constituição de Consórcio e documentos contratuais de cada empresa integrante.
- l) Os documentos acima deverão estar acompanhados da última alteração ou da consolidação respectiva, e devem comprovar compatibilidade entre o objeto social/atividade comercial das empresas licitantes e o objeto do certame;

10.10 DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Federal** (da Secretaria da Receita Federal e da Procuradoria da Fazenda Nacional), admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativa”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento; (Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais, Previdenciários e à Dívida Ativa da União, conforme portaria RFB/PGFN nº 1751 de 02/10/2014);
- b) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Estadual**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- c) Certidão de Regularidade de Débitos com a **Fazenda Municipal**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- d) Certidão de Regularidade do **FGTS**, admitida comprovação também, por meio de “certidão positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplemento;
- e) Certidão de Regularidade de Débito – **CNDT**, para comprovar a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, admitida comprovação também, por meio de “certidão





positiva com efeito de negativo”, diante da existência de débito confesso, parcelado e em fase de adimplimento.

10.11 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICA-FINANCEIRA

a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando:

b.1) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) igual ou superiores a 1 (um);

b.1.1.) Para comprovação da boa situação financeira da licitante através do cumprimento dos índices supramencionados, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, nos valores indicados:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG = ----- igual ou superior a 1

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Total

SG = ----- igual ou superior a 1

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

Ativo Circulante

LC = ----- igual ou superior a 1

Passivo Circulante

b.2.) Capital mínimo ou Patrimônio Líquido correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

b.2.1.) A exigência de que a empresa apresente um balanço patrimonial correspondente a 10% do valor do contrato é uma medida essencial para garantir a solidez financeira da contratada, mitigar riscos, assegurar capacidade de investimento, proporcionar segurança ao contratante, cumprir normas legais, garantir a sustentabilidade do projeto e estabelecer um critério objetivo de seleção. Esta medida visa proteger os interesses do contratante e assegurar a execução eficiente e eficaz do contrato.

b.2.2.) A exigência de que a empresa apresente um balanço patrimonial correspondente a 10% do valor do contrato visa garantir sua solidez financeira, mitigando riscos e assegurando que ela tenha capacidade de investimento e recursos para executar o projeto com eficiência. Essa prática protege os interesses do contratante, garante o cumprimento das normas legais e estabelece um critério objetivo de seleção. Dessa forma, ela contribui para a sustentabilidade e segurança do projeto, reduzindo as chances de inadimplemento e promovendo transparência e responsabilidade nas contratações públicas.

b.3.) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e ficarão autorizadas a substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

b.4.) Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

b.5.) O atendimento dos índices econômicos previstos deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

OBS: As exigências de qualificação econômico-financeira encartadas acima estão em harmonia

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia

CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





com o que prevê o art. 69 da Lei 14.133/21 sendo necessário, para garantir que a (s) vencedora (as) detenha (am) condições econômicas para executar o futuro contrato.

10.12 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

10.12.1 As exigências se darão na forma do Art. 67 da Lei N.º 14.133/21, e deverão ser apresentados atestados da seguinte forma:

a) Atestado(s) de Capacidade Técnica, provenientes de pessoa jurídica, seja de direito público ou privado, deve(m) apresentar compatibilidade em características técnicas equiparáveis ao fornecimento ou prestação de serviços. Esta congruência deve ser avaliada com base nos elementos que compõem a solução referente ao objeto licitatório em questão, estabelecendo uma correspondência clara entre as especificidades do atestado e os requisitos demandados pela licitação.

1 – A apresentação de pelo menos 01 (um) atestado de capacidade técnica constitui requisito essencial para comprovação da aptidão do licitante. A avaliação da capacidade técnica deve focar na compatibilidade das características técnicas do atestado com os requisitos específicos demandados pela licitação (Item), assegurando uma correspondência precisa entre a expertise do licitante e as necessidades do objeto em questão.

2 – Caso os atestados não venham com as informações acima mencionadas, o fornecedor deverá anexar notas fiscais eletrônicas referente ao fornecimento/serviço prestado para fins de diligência e apreciação pelo **Pregoeiro**.

3 – Não serão aceitos atestados emitidos por empresas do mesmo grupo empresarial da Concorrente ou pela própria Concorrente e/ou emitidos por empresas, das quais participem sócios ou diretores da Concorrente.

4 – Os Atestados poderão ser diligenciados pelo **Pregoeiro** caso tenham alguma dúvida ou relevância que não seja possível a sua identificação, como a sua cópia reprográfica não seja visível.

5 – Não serão aceitos atestados apresentados com assinaturas de Pregoeiros e/ou presidentes ou membros de comissões de licitações, em virtude destes servidores não terem competência legal para atestarem recebimentos de mercadorias ou prestação de serviços.

6 – Não serão aceitos atestados de capacidade técnica emitidos por pessoas físicas ou sem identificação da pessoa jurídica e seu responsável que o assinou, salvo, se por motivo de diligência, possa ser comprovado a sua veracidade.

10.12.2 A documentação referente a **HABILITAÇÃO JURÍDICA/ FISCAL-TRABALHISTA/ ECONÔMICA/ TÉCNICA** acima citado nos Itens 10.9, 10.10, 10.11 e 10.12, deverá ser inserida no sistema, quanto solicitado juntamente com os demais Documentos de Habilitação, o não envio, e a ausência ou falta de qualquer documentação acima citado acarretará sob pena de inabilitação.

10.12.3 Sob pena de inabilitação, os documentos apresentados deverão estar:

- a) Em nome da licitante com o nº do CNPJ e o endereço respectivo, conforme segue;
- b) Se a licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz e;
- c) Se a licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

10.12.4 No caso das alíneas anteriores, serão dispensados da filial aqueles documentos que, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz e vice-versa. Caso a licitante pretenda efetuar o fornecimento do objeto desta licitação por intermédio de outro estabelecimento, matriz ou filial, conforme o caso, deverá comprovar também que este atende a todas as exigências habilitatórias.

10.13 OUTROS DOCUMENTOS

10.13.1 Das Declarações que deverão ser marcadas no Sistema de licitações, em campo próprio

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





e em caso de sua ausência, deverão ser apresentadas em papel timbrado a seguir:

- a) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (Art. 63, inciso IV).
- b) Declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
- c) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.
- d) Declaração de que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menor de 16 anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 anos;
- e) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) em situação irregular perante o Ministério do Trabalho e Emprego;
- f) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal empregado(s) que seja(m) cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de agente público responsável pela licitação ou de autoridade superior;
- g) Declaração de que não está impedido de licitar e contratar com a Administração Pública;
- h) Declaração de que atendem aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (Art. 63, inciso I);
- i) Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (Art. 63, inciso IV). Esclarece-se que, se o sistema de licitações já possuir as declarações mencionadas anteriormente, o licitante não precisará fornecê-las novamente.
- j) Declaração de autenticidade, conforme modelo constante no **Anexo III** deste Edital;
- l) Declaração de Sustentabilidade Ambiental, conforme modelo constante no **Anexo IV** deste Edital.

10.13.2 A falta das declarações exigidas nos subitens acima, não motiva a inabilitação da empresa, contudo, não exime a empresa vencedora quanto à obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece a legislação aplicável a matéria, podendo o agente condutor solicitar, de forma complementar, o envio das referidas declarações.

10.13.3 A documentação de habilitação anexada no **sistema LICITANET** terá efeito para todos os itens, os quais a empresa encontra-se participando.

10.13.4. A documentação solicitada, deverá ser anexada corretamente no **sistema LICITANET**, sendo a mesma compactada em 01 (um) único arquivo (EXCEL, WORD, ZIP, DOC, DOCX, JPG ou PDF), tendo em vista que o campo de inserção é único.

10.13.5 Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

- a) Complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e
- b) Atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

10.14 Na análise dos documentos de habilitação, a comissão de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

10.15 Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o pregoeiro examina-

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





rá a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no **subitem 10.4.1**.

10.16 Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

10.17 A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação ([art. 4º do Decreto nº 8.538/2015](#)).

10.18 Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

11 – DOS RECURSOS

11.1 Após a fase de **HABILITAÇÃO**, declarada a empresa **VENCEDORA** do certame, qualquer Licitante poderá manifestar em campo próprio do Sistema Eletrônico, de forma imediata e motivada, explicitando sucintamente suas **RAZÕES**, sua intenção de recorrer.

11.2 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

11.3 O prazo recursal é de **3 (três) dias úteis**, contados da data lavratura da ata e/ou encerramento da sessão.

11.4 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

11.4.1 A intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

11.4.2 O prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

11.4.3 Na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

11.5 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.6 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.7 O prazo para apresentação das **CONTRARRAZÕES** ao recurso será de 3 (três) dias úteis. Ficando as demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem **contrarrazões**, que começará a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.

11.8 A manifestação de interposição do recurso e contrarrazão, somente será possível por meio eletrônico (**campo próprio do sistema**), devendo o licitante observar as datas registradas.

11.8.1 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

11.9 A falta de manifestação imediata e motivada da Licitante importará a decadência do direito de recurso e adjudicação do objeto pelo pregoeiro ao vencedor.

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua **DECISÃO** no **prazo de 3 (três) dias úteis**, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no **prazo de 10 (dez) dias úteis**, contado do recebimento dos autos.

Durante o prazo recursal, os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, junto ao **Portal Transparência** desta **Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – RO**, endereço constante neste Edital.

11.12 Da Reabertura da Sessão Pública;

11.12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

- a) Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam;
- b) Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

11.12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

- a) A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("**DISPARADO AVISO**"), o qual chega junto ao e-mail dos licitantes participantes.

12 – DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

12.1 Atendidas as especificações do Edital, estando habilitada a Licitante e tendo sido aceito o menor preço apurado, o pregoeiro declarará a(s) empresa(s) vencedora(s) do(s) respectivo(s) itens **ADJUDICANDO-O**.

12.2 Indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do **Pregão Eletrônico** constarão de ata divulgada no **Sistema Eletrônico** <https://www.licitanet.com.br/>, sem prejuízo das demais formas de publicidade prevista na legislação pertinente.

12.3 A adjudicação do objeto do presente certame será viabilizada pelo pregoeiro sempre que não houver recurso. Havendo recurso, a adjudicação será efetuada pela **Autoridade Competente** que decidiu o recurso.

12.4 A homologação da licitação é de responsabilidade da **Autoridade Competente** e só poderá ser realizada depois da **ADJUDICAÇÃO**.

12.5 Quando houver recurso e o pregoeiro mantiver sua decisão, essa deverá ser submetida à **Autoridade Competente** para decidir acerca dos atos do **Pregoeiro**.

13 – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

13.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa.

13.2 Comete infração administrativa, o fornecedor que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, com dolo ou culpa:

- 13.2.1 Deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qual-

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





quer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;
13.2.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

- a) Não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;
- b) Recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- c) Pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou
- d) Deixar de apresentar amostra;
- e) Apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

13.2.3 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) Recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

13.2.4 Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

13.2.5 Fraudar a licitação;

13.2.6 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

- a) Agir em conluio ou em desconformidade com a lei;
- b) Induzir deliberadamente a erro no julgamento;
- c) Apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

13.2.7 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.2.8 Praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

13.3 Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

13.3.1 Advertência;

13.3.2 Multa;

13.3.3 Impedimento de licitar e contratar e

13.3.4 Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

13.4 Na aplicação das sanções serão considerados:

13.4.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;

13.4.2 As peculiaridades do caso concreto;

13.4.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

13.4.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

13.4.5 A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normase orientações dos órgãos de controle.

13.5 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato lícitado, recolhida no prazo máximo de **60 dias úteis**, a contar da comunicação oficial.

13.5.1 Para as infrações previstas nos itens **13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3**, a multa será de **0,5%** do valor do contrato lícitado.

13.5.2 Para as infrações previstas nos itens **13.2.4, 13.2.5, 13.2.6, 13.2.7 e 13.2.8**, a multa será de **0,5% à 30%** do valor do contrato lícitado.

13.6. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

13.7 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de **15 (quinze) dias úteis**, contado da data de sua intimação.





13.8 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3**, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do Município de Candeias do Jamari/RO, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

13.9 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **13.2.4, 13.2.5, 13.2.6, 13.2.7 e 13.2.8**, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#)

13.10 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preços, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 13.2.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

13.11 A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

13.12 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.13 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.14 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

13.15 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

14 – DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

14.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até **3 (cinco) dias úteis** antes da data da abertura do certame.

14.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

14.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento serão realizados **EXCLUSIVAMENTE** através da **PLATAFORMA LICITANET**, não será aceito Pedidos de Impugnação ou esclarecimentos fei-





tos via e-mail.

14.4 A decisão do pregoeiro quanto à impugnação será informada através do campo próprio do Sistema Eletrônico do site <https://www.licitanet.com.br/>, ficando o licitante obrigado a acessá-lo para obtenção das informações prestadas pelo pregoeiro.

14.5 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

14.6 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

14.7 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

14.8 Até a data definida para a sessão inaugural, o licitante que não obtiver resposta da impugnação protocolada, o pregoeiro antes da data e horário previsto suspenderá o certame licitatório, para confecção da resposta pretendida, e assim, definir uma nova data para a realização do certame.

15 – DO CADASTRO DE RESERVA DE FORNECEDOR

15.1 Para as licitantes que **Registraram** a intenção no sistema de Participar do Cadastro de Reserva de Fornecedores neste certame:

15.2 Encerrada a etapa competitiva, as licitantes que aceitarem cotar os bens, as obras ou serviços com preços iguais aos do adjudicatário. Serão convocados para o Cadastro de Reserva através do **sistema (LICITANET)** antes da adjudicação/homologação pela autoridade competente.

15.3 A plataforma através do sistema de compras emitirá via e-mail a convocação das licitantes inicialmente interessadas nos itens participantes, caso, deseje fazer parte do Cadastro de Reserva, para que indique no próprio sistema o seu interesse.

15.5 Havendo um ou mais licitantes que registraram a intenção de participar no mesmo item com o valor igual ao do licitante vencedor, será respeitada a ordem de classificação durante a fase competitiva.

15.6 Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente serão utilizadas no caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata, de acordo Art. 18 do Decreto Federal nº 11.462 de 31 de março de 2023.

16 – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1 Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

16.2 A Administração Pública se reserva no direito de:

162.1 Anular a licitação se houver vício ou ilegalidade, a modo próprio ou por provocação de terceiros;

162.2 Revogar por interesse da **Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari** em decorrência de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulada por vício ou ilegalidade insanável, de ofício ou por provocação de terceiros, sem que a Licitante tenha direito a qualquer indenização, obedecendo ao disposto no art. 71 da Lei 14.133/2021.

16.3 Qualquer modificação no presente Edital será divulgada pela mesma forma que se divulgou

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a alteração não afetar a formulação da proposta de preços.

16.4 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo **Pregoeiro**.

16.5 Ao Pregoeiro ou a **Autoridade Competente**, é facultado, em qualquer fase da licitação a promoção de diligência, destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documentos ou informações que deveriam constar do mesmo desde a realização da sessão pública.

16.6 As Licitantes são responsáveis pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase da licitação.

16.7 A **HOMOLOGAÇÃO** do resultado desta licitação não implicará obrigatoriedade de contratação do objeto pela **Secretaria Municipal de Serviços Públicos e Secretaria Municipal De Obras - SEMOB**.

16.8 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

16.9 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

16.10 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Vencendo-se os prazos somente em dias de expediente normais no Órgão Licitador.

16.11 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da Licitante, desde que seja possível a aferição da sua qualificação, e a exata compreensão da sua proposta de preços, durante a realização da sessão pública do **Pregão Eletrônico**.

16.12 Para fins de aplicação das Sanções Administrativas constantes no presente Edital, o lance é considerado o da proposta de preços.

16.13 As normas que disciplinam este **Pregão Eletrônico** serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento do interesse da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari, a finalidade e a segurança da contratação.

16.14 As Licitantes não terão direito à indenização em decorrência da anulação do procedimento licitatório, ressalvado o direito do **CONTRATADO** de boa-fé de ser ressarcido pelos encargos que tiver suportado no cumprimento do instrumento contratual.

16.15 O presente Edital e seus Anexos, bem como a proposta da proponente vencedora, farão parte integrante do Instrumento Contratual como se nele estivesse transcrito, ressalvado o valor proposto, porquanto prevalecerá o melhor lance ofertado ou valor negociado;

16.16 Dos atos praticados, o sistema gerará Ata circunstanciada, na qual estarão registrados todos os atos do procedimento e as ocorrências relevantes, que estará disponível para consulta no endereço eletrônico <https://www.licitanet.com.br/>, sem prejuízo das demais formas de publici-





dade previstas na legislação pertinente.

16.17 Fica assegurada à Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari, o direito de, no interesse da Administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes na forma da Legislação vigente;

16.18 Havendo divergência entre as exigências contidas no Edital e em seus Anexos, prevalecerá pela ordem, o Edital, o **Termo de Referência**, e por último os demais anexos.

16.19 O Edital e seus Anexos poderão ser lidos e retirados somente por meio da Internet no site <https://www.licitanet.com.br/>, no Portal de Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e alternativamente no site <https://www.candeiasdojamari.ro.gov.br/>.

16.20 Este Edital deverá ser lido e interpretado na íntegra e, após a apresentação da documentação e da proposta, não serão aceitas alegações de desconhecimento e discordâncias de seus termos.

16.21 Quaisquer informações complementares sobre o presente Edital e seus Anexos poderão ser obtidas pelo email: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br, ou na sede **Prefeitura de Candeias do Jamari/RO**.

16.22 Fica eleito o **Foro da Comarca de Porto Velho/RO**, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a Licitação e procedimentos dela resultantes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

17. ANEXOS

17.1 Fazem parte deste instrumento convocatório, como se nele estivessem transcritos, os seguintes documentos:

Anexo I	Termo de Referência
Anexo II	Estudo Técnico Preliminar
Anexo III	Análise de risco
Anexo IV	Modelo de Proposta Comercial
Anexo V	Declaração de Autenticidade
Anexo VI	Declaração de Sustentabilidade Ambiental
Anexo VII	Declaração nos Termos do Inciso XXXIII do Artigo 7º da C. F/1988.
Anexo VIII	Minuta da Ata de Registro de Preços
Anexo IX	Minuta da Ata de Cadastro Reserva
Anexo X	Minuta de contrato

Candeias do Jamari - RO, **01 de julho de 2026**.

Pregoeiro Designado:

RAQUEL FRANÇA GIL DA SILVA
Pregoeiro Decreto nº 504/2025

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





ANEXO – IV
MODELO DE PROPOSTA COMERCIAL (PREÇOS)

À Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-PMCJ/RO

PREGÃO ELETRÔNICA Nº 014/2026

PROCESSO Nº 0001694.04.01-2026

LICITANTE:

CNPJ:

TEL:/ FAX:/ E-MAIL:/ ENDEREÇO:

C. CORRENTE:/ AG:/ BANCO:

Prazo de Validade da Proposta: ____ (____) dias (mínimo 60 dias)

Prazo de garantia do objeto:

Prazo de entrega:

Item	Descrição do Objeto	Quant.	Unid	Gódiogo	Marca/ Modelo	V. Unit.	V. Total
01							
02							
03							
04							
05							
06							
07							
08							
09							
Total geral							

Declarando conhecer e concordar plenamente com as cláusulas e condições do Edital de **Pregão Eletrônica nº 014/2026**, e seus anexos, apresentamos nossa proposta de preços para o objeto do certame conforme valores e especificações técnicas.

Outras informações:

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA - RO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIA DO JAMARI - PMCJ
Superintendência Municipal de Licitação - SML



- **DECLARAMOS** que estamos de pleno acordo com todas as condições estabelecidas no Edital e seus Anexos, bem como aceitamos todas as obrigações e responsabilidades especificadas no **Termo de Referência**.
- **DECLARAMOS** que nos preços cotados estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, fazem parte do presente objeto, tais como gastos da empresa com suporte técnico e administrativo, impostos, seguros, taxas, ou quaisquer outros que possam incidir sobre gastos da empresa, sem quaisquer acréscimos em virtude de expectativa inflacionária e deduzidos os descontos eventualmente concedidos.
- Caso nos seja adjudicado o objeto da licitação, comprometemo-nos em assinar o Contrato no prazo determinado no documento de convocação, e para esse fim fornecemos os seguintes dados:

Local, ____ de ____ de 2026.

Nome e assinatura do Representante Legal
CNPJ DA EMPRESA

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





ESTADO DE RONDÔNIA - RO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIA DO JAMARI - PMCJ
Superintendência Municipal de Licitação - SML



ANEXO – V
MODELO DE DECLARAÇÃO DE AUTENTICIDADE

À Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-PMCJ/RO

PREGÃO ELETRÔNICA Nº 014/2026

PROCESSO Nº 0001694.04.01-2026

LICITANTE:

CNPJ:

A empresa _____, devidamente inscrita no CNPJ sob o n.º _____,
localizada na rua _____ - Nº _____ - Bairro _____ - Cidade de _____
- Estado de _____ - CEP: _____, **DECLARA** que os documentos apresentados para o
certame denominado **Pregão Eletrônica Nº 014/2026**, são autênticos.

Local, ____ de _____ de 2026.

Nome e assinatura do Representante Legal
CNPJ DA EMPRESA

OBS: TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br

Página - 34





ANEXO – VI
MODELO DE DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

À Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-PMCJ/RO
PREGÃO ELETRÔNICA Nº 014/2026
PROCESSO Nº 0001694.04.01-2026

LICITANTE:
CNPJ:

DECLARO, sob as penas da Lei nº 6.938/1981, na qualidade de proponente do procedimento licitatório, sob a modalidade **Pregão Eletrônica Nº 014/2026**, instaurado pelo **Processo Administrativo n.º 0001694.04.01-2026**, que atendemos aos critérios de qualidade ambiental e sustentabilidade socioambiental, respeitando as normas de proteção do meio ambiente.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação das declarações e certidões pertinentes dos órgãos competentes quando solicitadas como requisito para habilitação e da obrigatoriedade do cumprimento integral ao que estabelece o art. 6º e seus incisos, da Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão-MPOG.

Estou ciente da obrigatoriedade da apresentação do registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades das Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais caso minha empresa exerça uma das atividades constantes no Anexo I da Instrução Normativa nº 6, de 15 de março de 2013, do IBAMA.

Por ser a expressão da verdade, firmamos a presente.

Local, ____ de ____ de 2026.

Nome e assinatura do Representante Legal
CNPJ DA EMPRESA

OBS: TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE





ANEXO – VII
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ATENDIMENTO AO INCISO XXXIII DO ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL

À Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-PMCJ/RO
PREGÃO ELETRÔNICA Nº 014/2026
PROCESSO Nº 0001694.04.01-2026

LICITANTE:
CNPJ:

DECLARAMOS, para os fins do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei 14.133/2021, que não empregamos menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de 16 (dezesesseis) anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (quatorze) anos, na condição de aprendiz ().

Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima.

Local, ____ de ____ de 2026.

Nome e assinatura do Representante Legal
CNPJ DA EMPRESA

OBS: TIMBRE /LOGOMARCA DA PESSOA JURÍDICA EMITENTE





ANEXO – VIII
DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 014/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI – PMCJ/RO
SUPERINTENDÊNCIA MUNICIPAL DE LICITAÇÃO – SML

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º XXX/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0001694.04.01-2026.
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 014/2026

Aos XX dias do mês de XXXX do ano de XXXX (XXXXXXXXXX), a Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-PMCJ/RO, inscrito no CNPJ sob o nº. 63.761.902/0001-60, com sede na Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Cidade de Candeias do Jamari - Rondônia – CEP: 76860-000, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I, nos termos do art. 40 Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, com Decreto Municipal xxxx de xxx de Dezembro de 2023, de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas apresentadas ao PREGÃO ELETRÔNICO nº. 014/2026, em virtude de deliberação do Pregoeiro e da homologação do procedimento pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, firmam a presente ATA para registrar os preços ofertados pelas empresas, para fornecimento do objeto conforme especificações dos Anexos I do Edital de Pregão respectivo, conforme a classificação por ela alcançada, observadas as condições do Edital que integram este instrumento de registro e aquelas enunciadas nas cláusulas que se seguem:

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 O objeto da presente ata é o Registro de Preços para XXXXXXXXXXXXXXX, pertencente à Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari, por um período de 12 (doze) meses.

1.1.1 Dados Detentor/ Representante

DETENTOR:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TEL/FAX:

E-MAIL:

NOME DO REPRESENTANTE:

CPF:

RG:

DETENTORA DO ITEM (S):

1.1.2 Planilha com Itens/ Valores da(s) Empresa(s) Detentora(s)

Item	Discriminação	Quant.	Unid.	V. Unit.	V.Total

CLÁUSULA II – ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)

2.1 O órgão gerenciador será a Gerência do Sistema de Registro de Preços, da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari - RO.

2.3 Caberá à Gerência do Sistema de Registro de Preços – GSRP a condução do conjunto de procedimentos do certame para registro de preços e gerenciamento da Ata dele recorrente, conforme art. XX, § Xº, do Decreto municipal XXXX/23.

2.3 No entanto, a alocação de recursos, empenhamento, análise do mérito das quantidades adquiridas, bem como a finalidade pública na utilização dos materiais e serviços são de responsabilidade exclusiva do ordenador de despesas do órgão Participante assim como as demais atribuições previstas no art. XX e XX do Decreto municipal XXXX/23.

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





2.4 São órgãos e entidades públicas participantes do registro de preços:

- a) Secretaria Municipal de
- b) Secretaria Municipal de
- c) Secretaria Municipal de

CLÁUSULA III – DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1 Será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços.

CLÁUSULA IV – DA VIGÊNCIA DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

4.1 O prazo de vigência desta **Ata de Registro de Preço** será de **12 (doze) meses** contados o prazo de vigência da ata de registro de preços, contado a partir da publicação do extrato da ata no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Rondônia, podendo ser prorrogada por igual período.

4.1.1 Podendo este prazo ser prorrogado uma vez, por igual período, desde que ocorra motivo justificado aceito pela Administração e que comprovado que as condições e o preço permanecem vantajosos.

4.1.2 No ato de prorrogação da vigência da ata de registro de preços poderá haver a renovação dos quantitativos registrados, até o limite do quantitativo original.

a) O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação e o quantitativo renovado.

4.2 A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles possam advir, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência de fornecimento ou contratação em igualdade de condições.

4.3 As contratações decorrentes da ata serão formalizadas por meio de instrumento contratual, carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra, ordem de execução de serviço ou outro instrumento equivalente, conforme prevê o art. 95 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

4.3.1 Os contratos celebrados em decorrência do Registro de Preços estão sujeitos às regras previstas na Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

a) Os contratos poderão ser alterados de acordo com o previsto em lei e no edital da licitação, inclusive quanto ao acréscimo de que trata os art. 124 a 136, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021, cujo limite é aplicável ao contrato individualmente considerado e não à ata de registro de preços.

b) A duração dos contratos decorrentes da ata de registro de preços deverá atender ao contido no Capítulo V, do Título III, da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

c) O contrato decorrente do Sistema de Registro de Preços deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

d) A alteração dos preços registrados não altera automaticamente os preços dos contratos decorrentes do Sistema de Registro de Preços, cuja revisão deverá ser feita pela secretaria municipal, órgão contratante, observadas as disposições legais incidentes sobre os contratos.

4.4 É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços, inclusive acréscimos do que trata o art. 124 da Lei n.º 14.133, de 2021.

CLÁUSULA V – DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

5.1 O registro do preço do fornecedor será cancelado pelo órgão gerenciador quando o fornecedor:

I - for liberado;

II - descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

III - não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado;

IV - sofrer sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021;

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia

CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





VI - não aceitar o preço revisado pela Administração.

5.2 A ata de registro de preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

I - pelo decurso do prazo de vigência;

II - pelo cancelamento de todos os preços registrados;

III - por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, devidamente demonstrado; e

IV - por razões de interesse público, devidamente justificadas.

5.2 No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração, será assegurado o contraditório e a ampla defesa

CLÁUSULA VI – DO PROCEDIMENTO PARA IMPUGNAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS

6.1 Qualquer cidadão ou entidade legalmente constituída é parte legítima para, a qualquer momento, durante a vigência da ata de registro de preços, impugnar o preço registrado, quando vier apresentar incompatibilidade com o preço vigente no mercado.

6.2 A impugnação do preço registrado deverá ser acompanhada de sua respectiva fundamentação, e instruída com os elementos probatórios disponíveis para comprovação da veracidade do alegado.

6.3 A comprovação da veracidade do alegado, para fins de impugnação deverá demonstrar que eventuais preços a menor do que o registrado é praticado no mercado por pessoas ou empresas que atendam os requisitos mínimos para contratação junto a Administração Pública, em atenção às regras previstas no edital da licitação que ensejou no preço registrado e às constantes na Lei 14.133/21 e legislação correlata.

6.4 A impugnação deverá ser endereçada ao **Gerente de Registro de Preços**, preferencialmente via e-mail: **cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br** (ao transmitir o e-mail o mesmo deverá ser confirmado pelo Gerente de Registro de Preços ou equipe de apoio responsável, para não se tornar sem efeito), ou ainda, protocolado o original junto a **Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari**, no horário das **07h30min** às **13h30min** de segunda a sexta-feira, situada na **Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Cidade de Candeias do Jamari - Rondônia – CEP: 76860-000**.

6.5 Ao receber a impugnação, o Gerente de Registro de Preços instruirá os autos com a adoção das diligências que entender necessárias, entre elas a realização de pesquisa de preços, e proferirá decisão, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme o caso, declarando a adequação ou a inadequação do preço registrado.

6.6 Se a decisão a que refere o subitem anterior decidir pela inadequação do preço registrado, o Gerente de Registro de Preços notificará o fornecedor detentor do preço registrado para, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, manifestar por escrito sua concordância ou não com a redução do preço registrado, nos termos da proposta da Administração, fundamentando sua manifestação com informações e documentos que entender pertinentes.

6.7 Caso o fornecedor manifeste anuência com a redução do preço registrado, a Administração providenciará o aditamento da **Ata de Registro de Preços** e encaminhará os autos para a autoridade superior, para fins de homologação dos praticados e publicação na imprensa oficial.

6.8 Na hipótese de não aceitação da proposta de redução da Administração por parte dos fornecedores, estes serão liberados do compromisso assumido sem aplicação de penalidades e haverá a convocação dos demais fornecedores, em ordem de classificação, para fornecimento dos itens registrados pelo preço constante na proposta da Administração.

6.9 Liberado o fornecedor na forma do item anterior, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

6.10 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





convocatório.

CLÁUSULA VII – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO

7.1 Os preços registrados poderão ser atualizados em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução tal como pactuado, nos termos do disposto na norma contida no § 5º do art. 82 da Lei Federal n.º 14.133, de 2021.

7.2 Quando o preço registrado se tornar superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços registrados, tornando-os compatíveis com os valores praticados pelo mercado.

7.2.1 Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.2.2 A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação obtida originalmente na licitação.

7.2.3 A redução do preço registrado será comunicada pelo órgão gerenciador aos órgãos que tiverem formalizado contratos com fundamento no respectivo registro, para que avaliem a necessidade de efetuar a revisão dos preços contratados.

7.3 Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados é facultado ao fornecedor requerer, antes do pedido de fornecimento, nota de empenho ou contrato, o que vier primeiro, a atualização do preço registrado, mediante demonstração de fato superveniente que tenha provocado elevação que supostamente impossibilite o cumprimento das obrigações contidas na ata e desde que atendidos os seguintes requisitos:

I - a possibilidade da atualização dos preços registrados seja solicitada formalmente pelo fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços;

II - a modificação seja substancial nas condições registradas, de forma que seja caracterizada alteração desproporcional entre os encargos do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços e da Administração Pública;

III - seja demonstrado nos autos a desatualização dos preços registrados, por meio de apresentação de planilha de custos e documentação comprobatória correlata que demonstre que os preços registrados se tornaram inviáveis nas condições inicialmente pactuadas;

IV - seja realizado ampla pesquisa de mercado;

V - seja feito negociação formal entre o órgão gerenciador e o fornecedor ou prestador signatário, buscando sempre manter menor custo para administração pública.

7.3.1 A iniciativa e o encargo da demonstração da necessidade de atualização de preço serão do fornecedor ou prestador signatário da ata de registro de preços, cabendo ao órgão gerenciador a análise e deliberação a respeito do pedido.

7.3.2 Se não houver prova efetiva da desatualização dos preços registrados e da existência de fato superveniente, o pedido será indeferido pela Administração e o fornecedor continuará obrigado a cumprir os compromissos pelo valor registrado na ata, sob pena de cancelamento do registro de preços e de aplicação das penalidades administrativas previstas em lei e no edital.

7.3.3 Na hipótese do cancelamento do registro de preços prevista no § 2º deste artigo, o órgão gerenciador poderá convocar os demais fornecedores integrantes do cadastro de reserva para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço registrado na ata.

7.3.4 Comprovada a desatualização dos preços registrados decorrente de fato superveniente que prejudique o cumprimento da ata, a Administração poderá efetuar a atualização do preço registrado, adequando-o aos valores praticados no mercado.

7.3.5 Caso o fornecedor ou prestador não aceite o preço atualizado pela Administração, será liberado do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.3.6 Liberado o fornecedor na forma do item 7.3.5, o órgão gerenciador poderá convocar os integrantes do cadastro de reserva, para que manifestem interesse em assumir o fornecimento dos bens, a execução das obras ou dos serviços, pelo preço atualizado.

7.3.7 Na hipótese de não haver cadastro de reserva, a Administração Pública poderá convocar os

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para negociação e assinatura da ata no máximo nas condições ofertadas por estes, desde que o valor seja igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, inclusive quanto aos preços atualizados, nos termos do instrumento convocatório.

7.3.8 Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando de imediato as medidas cabíveis para a satisfação da necessidade administrativa.

7.3.9 Após a emissão da ordem fornecimento ou nota de empenho, o que vier primeiro, caso ocorra o requerimento do fornecedor ou prestador signatário, o reajuste valerá somente para a próxima ordem fornecimento ou nota de empenho.

CLÁUSULA VIII – DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO

8.1 As aquisições do objeto da presente **Ata de Registro de Preços** serão autorizadas pela Autoridade Competente ordenador de despesa, conforme consta na Cláusula XIII Da Dotação Orçamentária no Contrato.

8.2 Autorizadas às aquisições será emitida a respectiva nota de empenho, precedida da elaboração do contrato pela Administração, se for o caso.

8.3 Após a assinatura do contrato se for o caso, as partes se submeterão às regras contidas naquele instrumento.

CLÁUSULA IX – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

9.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- b) der causa à inexecução total do contrato;
- c) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- d) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- e) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

9.2 Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, conforme artigo 155, inciso VI da Lei 14.133/2021.

9.3 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - **Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

II - **Multa**:

- a) moratória de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;
- b) compensatória de **30% (trinta por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

III - **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **b**, **c**, **d** e **i** do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

IV - **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **e**, **f**, **g** e **h** do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas **b**, **c**, **d** e **i** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.4 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de





2021)

9.5 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.5.1 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

9.5.2 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.5.3 Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **15 (quinze) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

9.6 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no **caput** e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

9.7 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

9.8 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

9.9 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.10 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

9.11 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

9.12 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA X – DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

10.1 Homologado o resultado da licitação, o licitante mais bem classificado será comunicado via e-mail, da publicação da Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





10.2 A ata será disponibilizada no sistema de registro de preços. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quantas forem necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

10.3 O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado na AROM e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

10.4 A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

10.5 Na hipótese de liberação do detentor ou cancelamento da proposta deste para o item da ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

CLÁUSULA XI – DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

11.1 Conforme **artigos XX, § Xº** e seus incisos do **Decreto municipal XXX/23**, o cadastro de reserva de fornecedores ocorrerá após o encerramento da etapa competitiva, com por finalidade especial atender a superveniente exclusão do primeiro fornecedor classificado.

11.2 Será incluído, na respectiva ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens, obras ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor, na sequência da classificação do certame, observadas as seguintes questões:

11.3 O registro a que se refere o **item 9.2** deste artigo tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas no **§ Xº** do caput, nos **incisos XX, XX e XX** do **art. XX**, no **inciso XXX do art. XX**, e no **art. XX**, do **Decreto municipal XXXX/23**;

11.4 Se houver mais de um licitante na situação de que trata o **item 9.2**, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva;

11.5 A habilitação dos fornecedores que comporão o cadastro de reserva, a que se refere o item 9.2, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente.

CLÁUSULA XII - DAS CONDIÇÕES GERAIS

12.1 As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no **Edital de Licitação** e em seus anexos como **Termo de Referência** e **Minuta de contrato**.

CLÁUSULA XIII - DAS INFORMAÇÕES GERAIS

13.1 Mais informações poderão ser adquiridas pelo email: **cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br**, Superintendência Municipal de Licitação – SML situada no Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-PMCJ/RO, na Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Cidade de Candeias do Jamari - Rondônia – CEP: 76860-000, de segunda à sexta-feira das 07h30min às 13h30min.

CLÁUSULA XIV - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1 Integram esta Ata o **Edital de Pregão Eletrônico Nº. 014/2026** a proposta da empresa vencedora que esta subscreve, bem como todos os demais elementos do **Processo nº. 0001694.04.01-2026**. A eficácia da validade da presente **Ata de Registro de Preços** dar-se-á pela **HOMOLOGAÇÃO** do resultado da licitação que a originou, **Pregão Eletrônico Nº. 014/2026**, pelo Autoridade competente.





ÓRGÃO GERENCIADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI-PMCJ/RO
SUPERINTENDENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
NOME:
CPF:
MATRICULA:

AUTORIDADE COMPETENTE:

NOME:
CPF:
MATRICULA:

EMPRESA (S) DETENTORA (S) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

DETENTOR:
CNPJ:
NOME DO REPRESENTANTE:
CPF:





ANEXO – IX
MINUTA DA ATA DE CADASTRO RESERVA
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS ATA DE CADASTRO DE RESERVA Nº 000/2026

Aos **XX** dias do mês de **XXXX** do ano de **XXXX (XXXXXXXXXX)**, a **Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari-PMCJ/RO**, inscrito no CNPJ sob o nº. **63.761.902/0001-60**, com sede na **Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Cidade de Candeias do Jamari - Rondônia – CEP: 76860-000**, e a(s) empresa(s) abaixo qualificada(s) na cláusula I, nos termos do art. 40 Lei Federal nº. 14.133, de 01 de Abril de 2021, com Decreto Municipal xxxx de xxx de Dezembro de 2023, de acordo com as demais normas legais aplicáveis, conforme a classificação das propostas e a empresa listada abaixo, **CLASSIFICADAS** em **1º, 2º e 3º** lugar no(s) itens(s) xxxx do **Pregão Eletrônico nº 014/2026**, resolvem registrar os preços para **FORMAÇÃO DE CADASTRO RESERVA**, para eventual fornecimento futuro do objetodescrito no **Anexo I - (Termo de Referência)** do **Edital** do referido **Pregão**, com vigência de **12 (doze) meses**, a contar da data de sua assinatura, sujeitando-se as partes às determinações legais, bem como à legislação complementar vigente e pertinente à matéria.

CLÁUSULA I – DO OBJETO

1.1 O objeto da presente Ata é o **Registro de Preços para o fornecimento futuro e eventual de material permanente (equipamentos e ferramentas)**, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras – **SEMOB** e da Secretaria Municipal de Serviços Públicos – **SEMUSP**, pertencentes à Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – PMCJ/RO, pelo período de 12 (doze) meses, conforme as condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e no Termo de Referência..

1.1.1 Dados Detentor/ Representante

DETENTOR:

CNPJ:

ENDEREÇO:

TEL/FAX:

E-MAIL:

NOME DO REPRESENTANTE:

CPF:

RG:

DETENTORA DO ITEM (S):

1.1.2 Planilha com Itens/ Valores da(s) Empresa(s) Registrada(s)

Item ARP	Classificação	Quant.	Unid.	Ordem Cad. Reserva	Marca/ Modelo	V. Unit.	Empresa Detentora
1				1			
				2			
				3			
2				1			
				2			
				3			

Os quantitativos, bem como as condições de fornecimento obedecerão às regras constantes do referido Edital e seus anexos, sendo que a existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar, facultando-se a **Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari - RO** a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





E, por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor, forma edata.

ÓRGÃO GERENCIADOR

PREFEITURA MUNICIPAL DE CANDEIAS DO JAMARI-PMCJ/RO
SUPERINTENDENTE MUNICIPAL DE LICITAÇÃO

NOME:

CPF:

MATRICULA:

AUTORIDADE COMPETENTE:

NOME:

CPF:

MATRICULA:

EMPRESA (S) DETENTORA (S) DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

DETENTOR:

CNPJ:

NOME DO REPRESENTANTE:

CPF:





ANEXO X

MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/2026

ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 000/2026
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 000/2026/SML/PMCJ/RO
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 0001694.04.01-2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM
O PREFEITURA MUNICIPAL DE
CANDEIAS DO JAMARI/RO, POR
INTERMÉDIO DA SECRETARIA
MUNICIPAL XXXX-XXXX E A EMPRESA
XXXXXXXXXXXXXXXXXX, PARA OS FINS
QUE NAS CLÁUSULAS ABAIXO SE
ESPECIFICAM.

Aos 00 (XXXX) dias do mês de XXXX (08) do ano de 2026, a Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – PMCJ/RO, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 63.761.902/0001-60, com sede na Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro: União – Candeias do Jamari – Rondônia – CEP: 76.860-000, através da Secretaria Municipal de XXXXXXXXXXXX – SEMXX, representada neste ato pela Srª(a). XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, Secretário(a) Municipal, brasileiro, portador da Cédula de Identidade RG. nº 0000000 XXXX/RO e CPF sob nº 000.000.000-00, e a empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, CNPJ/MF nº 00.000.000/0000-00, localizada na (Rua/ Av – N – Bairro/ Distrito – Cidade – Estado – CEP), doravante denominada CONTRATADA, representada neste ato pelo Srº(a). XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, inscrito(a) no CPF nº 000.000.000-00, celebram o presente Contrato, conforme Processo Administrativo nº 0001694.04.01-2026, que tem por finalidade estabelecer os direitos e obrigações das partes na execução contratual, de acordo com a legislação vigente, em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023 e Decreto Municipal nº 8.781/2023, resultante da Ata de Registro de Preços Nº 000/2026 - Pregão Eletrônico SRP nº 000/2026, realizado pela Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA OBJETO (Art. 92, I e II)

1 - O objeto do presente instrumento é a Contratação de empresa para futuros e eventuais fornecimentos de material permanente (AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS), visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras – SEMOB e da Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SEMUSP da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari/RO, pelo período de 12 (doze) meses, conforme condições e especificações constantes no Termo de Referência.

Item	Objeto/ Descrição	Quant.	Unid.	V. Unit.	Valor Total
1	CHAVE DE IMPACTO PNEUMÁTICA 3/4": com as mínimas especificações: quadrado de encaixe de 3/4" em aço liga especial de Cromo, Manganês e Titânio. Compacta e leve, como carcaça em liga de alumínio, controlador de torque com 3 faixas de trabalho, rotação variável e reversível, sistema de impacto com martelo duplo	2	Und.		

Avenida Tancredo Neves – Nº 1781 – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 768.60-000 – E-mail: cpl@candeiasdojamari.ro.gov.br





	para maior torque e balanceamento, projetada para trabalhos de aperto e desaperto de porcas e parafusos, quadrado de encaixe: 3/4" - 19 mm Entrada de ar: 3/8" NPT Rotação máxima: 4.600 rpm Torque máximo: 1.600 N.m - 163,15 kg.f, capacidade do parafuso: 1" - 25mm pressão de trabalho: 90 PSI - 6,3 bar, consumo de ar: 583 l/min, mangueira recomendada: 1/2" - 12,7mm, manopla para auxiliar no manuseio do produto, punho com proteção plástica.				
2	CHAVE DE IMPACTO PNEUMÁTICA 1/2": com as mínimas especificações: para aperto e desaperto de porcas e parafusos até 16mm (5/8"), medida do encaixe da chave de impacto pneumática: 1/2", pressão de trabalho: 90 lbf/pol², torque máximo: 700 N.m / 70 kgf.m, consumo de ar da chave de impacto pneumática: 32,4 pcm, rosca de entrada de ar da chave de impacto pneumática: 1/4" NPT, diâmetro interno da mangueira: 3/8", nível de ruído: 85 dB(A), massa aproximada (peso): 2,75 kg, rotações por minuto - rpm: 7.000/min.	2	Und.		
3	MACACO HIDROPNEUMÁTICO 30TON: com as mínimas especificações: Macaco Tipo Garrafa; Sistema de Elevação: Hidropneumático; Capacidade de Carga: Máxima de 30 Toneladas; Corpo em Material: Aço; Altura de construção: 250mm; Dimensões da base: 213x149mm; Curso de elevação hidráulica: 150mm; D: Curso de fuso: 100mm; Altura total: 500mm; Comprimento da alavanca: 350mm;	2	Und.		
4	MACACO HIDROPNEUMÁTICO 20TON: com as mínimas especificações: tipo garrafa, Altura Fechado 240mm; Curso Hidráulico 145mm; Prolongador 60mm; Altura Aberto 445mm; Capacidade Nominal 20 ton; Pressão Ideal de Trabalho 120 a 180 PSI; acionamento hidráulico ou pneumático.	2	Und.		
5	MACACO HIDROPNEUMÁTICO 15TON: com as mínimas especificações: Macaco Tipo Garrafa; Sistema de	2	Und.		





	Elevação: Hidropneumático; Capacidade de Carga: Máxima de 15 Toneladas; Corpo em Material: Aço; Altura de construção: 235mm; Dimensões da base: 110×180mm; Curso de elevação hidráulica: 155mm; Curso de Fuso: 105mm; Altura total: 495mm; Comprimento da alavanca: 350mm.				
6	MOTOSSERRA: Com as mínimas especificações: Combustível: gasolina; motor: 2 tempos, cilindrada mínima: 72,2 cm ³ , potência mínima: 4,4 kW (Equivalente a aproximadamente 5,9 hp/cv), Capacidade do tanque: 700 ml, peso seco máximo 6,0 kg, peso operacional de no máximo 8,3 kg, Nível de vibração máximo na empunhadura esquerda: 4,8 m/s ² , Nível de vibração máximo na empunhadura direita: 3,6 m/s ² , emissão de CO ₂ máxima: 766 g/kWh, sistema de partida retrátil manual, sistema de lubrificação automática da corrente, freio de corrente de acionamento rápido para segurança do operador, equipamento novo, de primeiro uso, acompanhado de manual de operação em português e garantia mínima de 12 (doze) meses.;	10	Und.		
7	VULCANIZADOR PARA CÂMARA DE AR: com as mínimas especificações: controle automático de temperatura, guia de bico para vulcanização, placa de alumínio fundido sob pressão, para correta distribuição do calor e da pressão sobre a área a ser vulcanizada. Especificações Técnicas: tensão: 220 volts, temperatura de trabalho 135° C, peso 13kg.	2	Und.		
8	VULCANIZADOR PARA PNEUS: com as mínimas especificações: Construído em ferro nodular especial, articulado, controle automático de temperatura, para cortes na lateral ou na banda de rodagem utilizar o conjunto plano, Especificações Técnicas: Voltagem 220V, Resistência 450W, Temperatura de trabalho: 140°C, Tempo médio para as vulcanizações: 30 minutos. peso 15kg.	2	Und.		
9	LIXADEIRA ANGULAR	5	Und.		





	PROFISSIONAL: com as mínimas especificações: Estrutura construído com engrenagens de alta resistência, punho macio, Especificações Técnicas: potência 2.200W, capacidade: Disco de goma: 180, 230mm (7, 9") - Disco de Lixa: 180mm (7"), Rotações por min.: 6.600rpm, Dimensões: 473 x 105 x 140 mm, (C x L x A): 18-5/8" x 4-1/8" x 5-1/2"), Cabo de energia: 2,5m, acompanha: Chave de Pino, Punho e Disco de borracha 170 mm.				
10	LIXADEIRA PNEUMÁTICA PROFISSIONAL: com as mínimas especificações: Lixadeira reta, movimento rotativo não reversível, Especificação Técnica: Base: 65mm, Entrada de Ar: 1/4"; Velocidade: 2.500 RPM; Consumo de Ar Inst.: 0,50 PCS ou 14,15 L/seg; Pressão de Trabalho: 90 PSI; Peso: 0,9 Kg.	2	Und.		
11	LIXADEIRA À BATERIA PROFISSIONAL: com as mínimas especificações: Lixadeira automotiva a Bateria, Eixo: M14, Tamanho do disco: 7" (180mm), Motor sem escovas de carvão, Controle de velocidade variável, Gatilho com trava contra acionamento involuntário, Telas laterais removíveis, Boina dupla face, incluindo: 1 Empunhadura lateral, 1 Empunhadura superior, 1 Disco de borracha, 1 Chave de aperto, 1 Manual de instruções, Especificações: Comprimento do produto: 17.1 in, Largura do produto: 18.5cm, Altura do produto: 15.2cm, Altura do produto: 6 in, Largura do produto: 7.3 in, Peso do produto: 1.7Kg, Comprimento do produto: 43.4cm, Peso do produto: 6.4 lbs, 1 Carregador de Baterias 12-20 Volts Bivolt, 1 Bateria de Lítio 20 Volts 3.0 Ah, 1 Bolsa para Ferramentas 16".	2	Und.		
12	JOGO DE SOQUETE ESTRIADO 3/4: com as mínimas especificações: conjunto de soquetes estriados de 3,4 polegadas com 26 peças, em de aço cromo-vanádio, caixa para armazenamento das peças. Técnicos: Medida Extensão: 525mm e 200mm -	2	Und.		





	Encaixe: 3/4pol - Peso Aprox: 5 Kg - Medidas soquetes: 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 36, 38, 41, 46, 50, 55, 60, 65mm, Acompanha: 1un. Chave T, 1un. Catraca, 2un. Soquete para vela, 2un. Extensão, 20 unidades soquetes de 3/4', Encaixe Estriado.				
13	JOGO DE SOQUETE ESTRIADO 1/2: com as mínimas especificações: Jogo de soquetes estriados possui 22 peças, em aço cromo-vanádio, cabo metálico com perfil recartilhado, sistema de encaixe: quadrado com esfera de retenção, plástica resistente, 18 soquetes estriados com encaixe de 1/2" :: Medidas dos soquetes: 8 – 9 – 10 – 11 – 12 – 13 – 14 – 15 – 16 – 17 – 18 – 19 – 21 – 22 – 24 – 27 – 30 – 32mm, 02 extensões: 125 e 250mm, 01 cabo T, 01 catraca reversível.	2	Und.		
14	Jogo de Chaves Combinadas: com as mínimas especificações: fabricado em Aço cromo vanádio, acabamento cromado fosco, quantidade de peças: 26 peças: 6mm, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 32mm, Massa aproximada (peso):4.71; 1 Suporte plástico	2	Und.		
15	Jogo de Chaves BIELA L: com as mínimas especificações: Chave biela com lados sextavados de mesma medida, fabricada em aço cromo-vanádio e acabamento niquelado, 12 Chaves: 8×8 / 9×9 / 10×10 / 11×11 / 12×12 / 13×13 / 14×14 / 15×15 / 16×16 / 17×17 / 18×18 / 19×19 mm	2	Und.		
16	MÁQUINA COM SISTEMA DE DIAFRAGMA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA: com as mínimas especificações: pintura de meio fio, faixas contínuas, faixas de pedestre, quebra molas e linhas simples. Equipada com motor 4 tempos à gasolina. Potência de 160CC. Capacidade de bomba de até 5.0LPM. Capacidade de até 30 litros de tinta no tanque e válvulas para controle de pressão manual. Incluso 2 kits de mangueira 10 MT, 2 pistolas Ultra para 3.600 PSI, 2 bicos 215, 1 bico para	2	Und.		





	faixas de segurança, 2 máscaras de recorte para pintura de meio fio, 2 extensores de 50CM e um Laser para facilitar no alinhamento da máquina em pinturas de faixas contínuas para divisão de pistas				
17	COMPACTADOR DE PERCUSSÃO: com as mínimas especificações: tanque com capacidade de 2,5 litros, 02 filtros, Potência: 3,6 CV, Massa de Operação 68 kg, Força de Impacto: 12,8 kN, Distância do golpe: 40 – 85mm, Tamanho da Sapata: 330 X 285mm, Potência sonora medida: 103 dB, Nível sonoro medido: 104 dB, Limite de nível de som: 106 dB, Dimensões do produto C x L x A: 760 x 445 x 1050 mm.	3	Und.		
TOTAL GERAL					

1.2 Valor Total Contratado: **XXXXXX (XXXXXXXXXX)**

1.3 Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

- Projeto Básico/ Termo de Referência;
- Edital da Licitação;
- Proposta do Contratado;
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1 O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da **Publicação no PNCP**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133/2021.

2.2 O prazo de execução o objeto contratado a ser executado é de **00 (xx) meses**.

2.3 O prazo de vigência poderá ser prorrogado, com a confecção de Termo Aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento.

CLÁUSULA TERCEIRA MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (Art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1 O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no **Termo de Referência**, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUARTA SUBCONTRATAÇÃO

4.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO

5.1 O valor total da contratação é de R\$ **XXXXXX,XX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX)**

5.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da





execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (Art. 92, V e VI)

6.1 O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no **Projeto Básico/ Termo de Referência**, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (Art. 92, V)

7.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data limite vinculada à data da assinatura do contrato.

7.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)** calculado pelo **IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística)**, ou outro que venha substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (Art. 92, X, XI e XIV)

8.1 São obrigações do Contratante:

- a) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- b) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- c) Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- d) Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- e) Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- f) Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;
- g) Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- j) Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições.





- i) Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- j) A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias.
- k) Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- l) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (Art. 92, XIV, XVI e XVII)

9.1 São obrigações do Contratada:

- a) O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no **Termo de Referência** e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas;
- b) Os produtos entregues deverão ser de primeira qualidade, novos e em perfeito estado;
Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- c) Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 12 (doze) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- d) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- g) Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS - CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- h) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- i) A Contratada se obriga a informar, para fins de recebimento de citações, intimações, ordem de serviço, e outras comunicações oficiais com a Secretaria requisitante, o nome do seu preposto, seu endereço comercial, E-mail (endereço eletrônico) e nº de telefone móvel e fixo para contato;
- j) Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- k) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas,





todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

l) Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas decargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133/2021);

m) Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133/2021);

n) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

o) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021.

p) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

q) Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

r) Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;

s) Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

u) Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

v) Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

CLÁUSULA DÉCIMA GARANTIA DE EXECUÇÃO (Art. 92, XII e XIII)

10.1 Os materiais deverão ter garantia mínima de 12 (doze) meses a contar da data de entrega no órgão licitante;

10.2 Não haverá exigência de garantia contratual da execução nos termos art. 92, XII, da Lei nº. 14.133/2021, por razões da baixa complexidade do objeto, com base no **Estudo Técnico Preliminar - ETP**, elaborados para a contratação.

10.3 A contratação conta com garantia de **12 meses** do objeto a ser entregue, nos termos do artigo 92, XIII, da Lei nº. 14.133/2021, o que configura obrigação futura, com base no **Estudo Técnico Preliminar ETP e Matriz de Gerenciamento de Riscos** e exigência no **Termo de Referência**, elaborados para a contratação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (Art. 92, XIV)

11.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133/2021, o contratado que:

a) Der causa à inexecução parcial do contrato;

b) Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;





- c) Der causa à inexecução total do contrato;
- d) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) Praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013;
- i) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta, conforme artigo 155, inciso VI da Lei 14.133/2021.

11.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

I - Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021);

II - Multa: a) Moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias; b) compensatória de 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

II - Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **b, c, d e i** do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/2021);

III - Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas **e, f, g e h** do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas **b, c, d e i** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021).

11.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/2021);

11.4 Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021);

a) Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/2021);

b) 11.6 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/2021);

c) Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

11.5 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

11.6 Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/2021):

- a) A natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) As peculiaridades do caso concreto;
- c) As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) Os danos que dela provierem para o Contratante;
- f) A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.





11.7 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133/2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

11.8 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abusado direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

11.9 O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133/2021).

11.10 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

11.11 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (Art. 92, XIX)

12.1 O contrato se extingue quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

12.2 Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

12.1.1 Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado: a) Ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e b) Poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.

12.3 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

12.3.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).

12.3.2 A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato:

a) Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva;

b) O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

b.1) Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

b.2) Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

b.3) Indenizações e multas.

12.4 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei nº 14.133/2021](#)).





CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (Art. 92, VIII)

13.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento **XXXX** deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

Ficha:

Unidade Orçamentária:

Função/ Sub

-Função:

Programa:

Projeto/Atividade:

Elemento de Despesa:

Recursos: () Próprio () Programas Federais () Convênios

13.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DOS CASOS OMISSOS (Art. 92, III)

14.1 Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133/2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 Código de Defesa do Consumidor e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA ALTERAÇÕES

15.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133/2021.

15.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de **25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.**

15.3 Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do Art. 136 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA PUBLICAÇÃO

16.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no **Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP)**, na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133/2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA FORO (Art. 92, §1º)

17.1 Fica eleito o **Foro da Comarca de Porto Velho/RO**, para dirimir quaisquer dúvidas referentes a Licitação e procedimentos dela resultantes, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

Candeias do Jamari/PMC/JRO, **XX de XXXXXXXXXX de 2026.**





CONTRATADA

PESSOA JURIDICA

CNPJ:

Nome do Representante Legal

CPF:

CONTRATANTE

PESSOA JURIDICA

CNPJ:

Nome do Representante Legal

CPF:

TESTEMUNHAS:

Assinatura: _____

Nome:

CPF Nº ____/____/____.____/____/____-____/____/____

Assinatura: _____

Nome:

CPF Nº ____/____/____.____/____/____-____/____/____





Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **RAQUEL FRANCA GIL DA SILVA**, CPF: 005.57*. **2-*6 em **01/07/2026 12:23:02**, Cód. Autenticidade da Assinatura: **12A5.5823.0028.223X.6656**, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **2.77C.9FA** - Tipo de Documento: **EDITAL DE LICITAÇÃO**.

Elaborado por **ELISÂNGELA BARRETO DE OLIVEIRA**, CPF: 968.63*. **2-*4, em **01/07/2026 - 12:19:10**

Código de Autenticidade deste Documento: 12U4.2E19.0101.H066.6813

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>





DESPACHO

CANDEIAS DO JAMARI/RO, 26 de junho de 2026.

TERMO DE REFERÊNCIA – TR

(Versão consolidada e integral — 2ª Errata, em atendimento ao Despacho de 23/06/2026 e ao Parecer PGM nº 271/2026)

1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUISITANTE

Processo Administrativo: 0001694.04.01-2026

Órgão: Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – PMCJ/RO

Requisitante: Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SEMUSP/ Secretaria Municipal de Obras – SEMOB

Representante: Joaquim de Lima/ Osvaldo de Sousa

E-mail: semusp@candeiasdojamari.ro.gov.br/ semob@candeiasdojamari.ro.gov.br

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES E FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

2.1 O presente Termo de Referência – TR é elaborado em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, constituindo instrumento integrante da fase preparatória da contratação pública, destinado à caracterização da necessidade administrativa, definição da solução pretendida e demonstração da viabilidade da contratação, em observância aos princípios do planejamento, eficiência e interesse público.

2.2 A presente contratação observará as disposições da legislação vigente, especialmente:

Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos;

Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal;

Decreto Municipal nº 8769/2023 – Procedimentos Licitatórios;

Decreto Municipal nº 8775/2023 – Regulamentação da Modalidade Pregão Eletrônico;

Decreto Municipal nº 8781/2023 – Registro de Preço;

2.3 O presente Termo de Referência tem por finalidade definir as condições técnicas, administrativas e operacionais para a futura contratação de empresa especializada no fornecimento equipamentos e Ferramenta destinados ao atendimento das demandas da Administração Municipal na Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SEMUSP e Secretaria Municipal de Obras – SEMOB.

2.4 O órgão demandante é a Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – RO, por intermédio da Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SEMUSP e Secretaria Municipal de Obras – SEMOB, unidade responsável pelo planejamento, coordenação e execução de políticas públicas voltadas ao atendimento da população em geral no atendimento público municipal.

2.5 A demanda consiste na necessidade de aquisição de equipamentos e ferramentas destinados à oficina e borracharia para manutenção e conserto de máquinas e equipamentos, bem como atender as equipes que realizam a manutenção e recuperação de pontes e pontilhões de madeira em vias rurais, e atendimento as equipe de trabalhos na área urbana em vias logradouros públicos, observadas as normas técnicas e de segurança vigentes, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SEMUSP e Secretaria Municipal de Obras – SEMOB e às metas estabelecidas.

2.6 Após análise das alternativas apresentadas, conclui-se que a solução mais adequada para atendimento da demanda é a realização de LICITAÇÃO PRÓPRIA, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SRP, prevista na Lei nº 14.133/2021, especialmente em observância ao art. 6º, XLI, que define o pregão como modalidade destinada à aquisição de bens e serviços comuns, bem como ao art. 28, inciso I, da referida lei.

2.7 A alternativa de licitação própria demonstra-se mais vantajosa sob o aspecto técnico e administrativo, considerando que os materiais permanentes (EQUIPAMENTO E FERRAMENTA) demandam especificações compatíveis com a realidade local, observância às condições, requisitos de segurança e adequação do Município. Nesse contexto, o PREGÃO ELETRÔNICO SRP possibilita maior customização das especificações técnicas, permitindo que a Administração estabeleça critérios objetivos de qualidade, durabilidade, segurança e desempenho dos equipamentos.





2.8 Além disso, a realização de procedimento próprio amplia a competitividade entre fornecedores, em conformidade com os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, especialmente os princípios da isonomia, competitividade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa. A disputa eletrônica tende a proporcionar maior economicidade ao erário, mediante ampliação do universo de participantes e obtenção de melhores propostas comerciais.

2.9 Embora a adesão à Ata de Registro de Preços apresente maior celeridade processual, tal alternativa possui limitações relevantes, especialmente quanto à flexibilidade das especificações técnicas e à dependência das condições previamente estabelecidas pelo órgão gerenciador da ata. Ademais, a adesão exige demonstração formal da vantajosidade, nos termos do art. 86, §2º, da Lei nº 14.133/2021, o que pode restringir a adequação integral do objeto às necessidades específicas do Município.

2.10 Por sua vez, a aquisição parcelada por meio do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada, pois possibilita o atendimento gradual das demandas da Administração, conforme a necessidade efetiva de consumo, favorecendo os princípios do planejamento e da economicidade previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

2.11 Dessa forma, considerando os aspectos de planejamento, competitividade, padronização, adequação técnica e busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, recomenda-se a adoção da licitação própria por meio de PREGÃO ELETRÔNICO de Sistema de Registro de Preço, por se tratar da alternativa que melhor atende ao interesse público e às necessidades institucionais do Município.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SEMUSP

3.1 A aquisição de uma máquina ou equipamento para demarcação viária com sistema de diafragma é essencial para atender às demandas de demarcação viária e pintura urbana, abrangendo atividades como a pintura de faixas contínuas, linhas simples, faixas de pedestres, meio-fio e redutores de velocidade. Esta máquina oferece alta eficiência, qualidade e uniformidade na aplicação de tinta em diferentes superfícies, além de proporcionar vantagens econômicas e operacionais significativas.

3.2 Sua versatilidade permite realizar a demarcação de vias com precisão e aderência às normas técnicas, garantindo a segurança e a organização do trânsito. O sistema do equipamento com diafragma destaca-se pela economia de tinta, redução de desperdício, alta produtividade e baixa necessidade de manutenção, o que resulta em maior durabilidade e menor custo operacional.

3.3 Além disso, a máquina proporciona acabamento uniforme, com controle preciso da espessura das camadas, atendendo às exigências normativas e assegurando a visibilidade das sinalizações. Outro ponto relevante é a contribuição para a sustentabilidade, já que o sistema reduz a emissão de partículas e névoas durante a aplicação, promovendo uma operação mais limpa e alinhada às exigências ambientais.

3.4 Portanto, a aquisição desta máquina é indispensável para garantir a execução eficiente, segura e econômica dos serviços de demarcação e pintura viária, contribuindo para uma infraestrutura mais funcional e segura para a população.

3.4.1 (Inclusão — 2ª Errata) Atualmente, a SEMUSP não dispõe de equipamento próprio para demarcação viária, dependendo da contratação eventual de serviços terceirizados, o que compromete a periodicidade da repintura de faixas e a segurança viária no Município, justificando o quantitativo de 02 (duas) unidades fixado no Lote 04, conforme memória de cálculo do item 5 deste Termo de Referência.

Secretaria Municipal de Obras – SEMOB

3.5 A presente demanda visa à aquisição de materiais permanentes destinados ao fortalecimento e à modernização da estrutura operacional da Secretaria Municipal de Obras – SEMOB, considerando a necessidade contínua de manutenção corretiva e preventiva da frota de veículos, máquinas pesadas e equipamentos utilizados na execução dos serviços públicos municipais.

3.6 Os equipamentos relacionados no presente Documento de Oficialização da Demanda, tais como chaves de impacto pneumáticas, macacos hidropneumáticos, jogos de ferramentas, lixadeiras, vulcanizadores e motosserras, serão empregados diretamente nas atividades desenvolvidas pela oficina mecânica e pela borracharia da Secretaria Municipal de Obras – SEMOB, proporcionando maior eficiência, segurança e agilidade nos serviços de manutenção dos veículos leves, caminhões, máquinas pesadas e implementos pertencentes ao patrimônio municipal.

3.7 Além das atividades de manutenção da frota, os equipamentos serão utilizados nas ações de





recuperação e reconstrução de pontes e pontilhões de madeira localizados na zona rural do município, serviços essenciais para garantir a trafegabilidade das estradas vicinais, o escoamento da produção agrícola, o transporte escolar e o acesso das comunidades rurais aos serviços públicos básicos.

3.8 Os materiais também contribuirão para a execução de obras de reforma, conservação e manutenção de logradouros públicos, praças, canteiros, áreas verdes e demais espaços públicos sob responsabilidade da Administração Municipal, permitindo que as equipes operacionais disponham de ferramentas adequadas para a realização dos serviços com maior produtividade e qualidade técnica.

3.9 A aquisição mostra-se necessária em razão do desgaste natural dos equipamentos atualmente disponíveis, da insuficiência quantitativa para atender à crescente demanda operacional e da necessidade de substituição de ferramentas obsoletas ou com elevado custo de manutenção, fatores que comprometem a continuidade e a eficiência dos serviços prestados pela Secretaria.

3.10 Dessa forma, a contratação pretendida busca assegurar condições adequadas de trabalho às equipes da SEMOB e SEMUSP, promover maior economicidade na execução dos serviços de manutenção e obras públicas, reduzir o tempo de indisponibilidade dos equipamentos municipais e garantir a continuidade das ações de infraestrutura urbana e rural desenvolvidas pelo Município.

3.10.1 (Inclusão — 2ª Errata) Para fins de dimensionamento dos quantitativos do Lote 01, registra-se que a SEMOB mantém atualmente 2 (duas) equipes fixas de oficina mecânica/borracharia, e, para os Lotes 02 e 03, 5 (cinco) frentes móveis de manutenção de pontes, pontilhões e vias rurais, operando com ferramental insuficiente ou depreciado pelo uso contínuo, conforme detalhado na memória de cálculo do item 5 deste Termo de Referência.

4. OBJETO E ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

4.1 Contratação de empresa qualificada para fornecimento de material permanente (AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS), visando atender as necessidades da Secretaria Municipal de Serviços Público – SEMUSP e Secretaria Municipal de Obras – SEMOB, em um período de 12 (Doze) meses.

4.1.1 (Retificação — 2ª Errata) Em atendimento à recomendação 3 (“Quanto ao agrupamento dos itens em lotes”) do Parecer PGM nº 271/2026, e em correção à divergência identificada entre a estrutura de lotes constante das peças técnicas e a Minuta de Edital anteriormente lançada (que reuniu indevidamente a totalidade dos 17 itens em lote único), fica consolidada, para todos os efeitos, a organização do objeto em 4 (quatro) lotes, conforme quadros a seguir, devendo a Minuta de Edital ser ajustada para refletir identicamente esta estrutura.

LOTE 01 — Ferramentas e Equipamentos de Oficina Mecânica e Borracharia

Item	Objeto/Descrição	Quant.	Unid.
01	CHAVE DE IMPACTO PNEUMÁTICA 3/4": com as mínimas especificações, admitida solução técnica equivalente ou similar: quadrado de encaixe de 3/4" em aço liga especial de Cromo, Manganês e Titânio. Compacta e leve, com carcaça em liga de alumínio, controlador de torque com 3 faixas de trabalho, rotação variável e reversível, sistema de impacto com martelo duplo para maior torque e balanceamento. Quadrado de encaixe: 3/4" – 19 mm; Entrada de ar: 3/8" NPT; Rotação máxima: 4.600 rpm; Torque máximo: 1.600 N.m – 163,15 kg.f; capacidade do parafuso: 1" – 25mm; pressão de trabalho: 90 PSI – 6,3 bar; consumo de ar: 583 l/min; mangueira recomendada: 1/2" – 12,7mm; manopla para auxiliar no manuseio do produto, punho com proteção plástica.	2	Und.
02	CHAVE DE IMPACTO PNEUMÁTICA 1/2": com as mínimas especificações, admitida solução técnica equivalente ou similar: para aperto e desaperto de porcas e parafusos até 16mm (5/8"); medida do encaixe da chave de impacto pneumática: 1/2"; pressão de trabalho: 90 lbf/pol²; torque máximo: 700 N.m / 70 kgf.m; consumo de ar da chave de impacto pneumática: 32,4 pcm; rosca de entrada de ar da chave de impacto pneumática: 1/4" NPT; diâmetro interno da mangueira: 3/8"; nível de ruído: 85 dB(A); massa aproximada (peso): 2,75 kg; rotações por minuto – rpm: 7.000/min.	2	Und.



03	MACACO HIDROPNEUMÁTICO 30TON: com as mínimas especificações, admitida solução técnica equivalente ou similar: Macaco Tipo Garrafa; Sistema de Elevação: Hidropneumático; Capacidade de Carga: Máxima de 30 Toneladas; Corpo em Material: Aço; Altura de construção: 250mm; Dimensões da base: 213x149mm; Curso de elevação hidráulica: 150mm; Curso de fuso: 100mm; Altura total: 500mm; Comprimento da alavanca: 350mm.	2	Und.
04	MACACO HIDROPNEUMÁTICO 20TON: com as mínimas especificações, admitida solução técnica equivalente ou similar: tipo garrafa, Altura Fechado 240mm; Curso Hidráulico 145mm; Prolongador 60mm; Altura Aberto 445mm; Capacidade Nominal 20 ton; Pressão Ideal de Trabalho 120 a 180 PSI; acionamento hidráulico ou pneumático.	2	Und.
05	MACACO HIDROPNEUMÁTICO 15TON: com as mínimas especificações, admitida solução técnica equivalente ou similar: Macaco Tipo Garrafa; Sistema de Elevação: Hidropneumático; Capacidade de Carga: Máxima de 15 Toneladas; Corpo em Material: Aço; Altura de construção: 235mm; Dimensões da base: 110x180mm; Curso de elevação hidráulica: 155mm; Curso de Fuso: 105mm; Altura total: 495mm; Comprimento da alavanca: 350mm.	2	Und.
06	VULCANIZADOR PARA CÂMARA DE AR: com as mínimas especificações, admitida solução técnica equivalente ou similar: controle automático de temperatura, guia de bico para vulcanização, placa de alumínio fundido sob pressão, para correta distribuição do calor e da pressão sobre a área a ser vulcanizada. Especificações Técnicas: tensão: 220 volts, temperatura de trabalho 135°C, peso 13kg.	2	Und.
07	VULCANIZADOR PARA PNEUS: com as mínimas especificações, admitida solução técnica equivalente ou similar: Construído em ferro nodular especial, articulado, controle automático de temperatura, para cortes na lateral ou na banda de rodagem utilizar o conjunto plano. Especificações Técnicas: Voltagem 220V, Resistência 450W, Temperatura de trabalho: 140°C, Tempo médio para as vulcanizações: 30 minutos, peso 15kg.	2	Und.
08	LIXADEIRA ANGULAR PROFISSIONAL: com as mínimas especificações, admitida solução técnica equivalente ou similar: Estrutura construído com engrenagens de alta resistência, punho macio. Especificações Técnicas: potência 2.200W, capacidade: Disco de goma: 180, 230mm (7, 9") - Disco de Lixa: 180mm (7"), Rotações por min.: 6.600rpm, Dimensões: 473 x 105 x 140 mm (C x L x A), Cabo de energia: 2,5m, acompanha: Chave de Pino, Punho e Disco de borracha 170 mm.	5	Und.
09	LIXADEIRA PNEUMÁTICA PROFISSIONAL: com as mínimas especificações, admitida solução técnica equivalente ou similar: Lixadeira reta, movimento rotativo não reversível, Especificação Técnica: Base: 65mm, Entrada de Ar: 1/4"; Velocidade: 2.500 RPM; Consumo de Ar Inst.: 0,50 PCS ou 14,15 L/seg; Pressão de Trabalho: 90 PSI; Peso: 0,9 Kg.	2	Und.





10	LIXADEIRA Á BATERIA PROFISSIONAL: com as mínimas especificações, admitida solução técnica equivalente ou similar: Lixadeira automotiva a Bateria, Eixo: M14, Tamanho do disco: 7" (180mm), Motor sem escovas de carvão, Controle de velocidade variável, Gatilho com trava contra acionamento involuntário, Telas laterais removíveis, Boina dupla face, incluindo: 1 Empunhadura lateral, 1 Empunhadura superior, 1 Disco de borracha, 1 Chave de aperto, 1 Manual de instruções. Especificações: Comprimento do produto: 17.1 in, Largura do produto: 18.5cm, Altura do produto: 15.2cm, Altura do produto: 6 in, Largura do produto: 7.3 in, Peso do produto: 1.7Kg, Comprimento do produto: 43.4cm, Peso do produto: 6.4 lbs, 1 Carregador de Baterias 12-20 Volts Bivolt, 1 Bateria de Lítio 20 Volts 3.0 Ah, 1 Bolsa para Ferramentas 16".	2	Und.
11	JOGO DE SOQUETE ESTRIADO 3/4": com as mínimas especificações, admitida solução técnica equivalente ou similar: conjunto de soquetes estriados de 3,4 polegadas com 26 peças, em aço cromo-vanádio, caixa para armazenamento das peças. Técnicos: Medida Extensão: 525mm e 200mm - Encaixe: 3/4pol - Peso Aprox: 5 Kg - Medidas soquetes: 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 36, 38, 41, 46, 50, 55, 60, 65mm, Acompanha: 1un. Chave T, 1un. Catraca, 2un. Soquete para vela, 2un. Extensão, 20 unidades soquetes de 3/4', Encaixe Estriado.	2	Und.
12	JOGO DE SOQUETE ESTRIADO 1/2": com as mínimas especificações, admitida solução técnica equivalente ou similar: jogo de soquetes estriados possui 22 peças, em aço cromo-vanádio, cabo metálico com perfil recartilhado, sistema de encaixe: quadrado com esfera de retenção, plástica resistente, 18 soquetes estriados com encaixe de 1/2" :: Medidas dos soquetes: 8 – 9 – 10 – 11 – 12 – 13 – 14 – 15 – 16 – 17 – 18 – 19 – 21 – 22 – 24 – 27 – 30 – 32mm, 02 extensões: 125 e 250mm, 01 cabo T, 01 catraca reversível.	2	Und.
13	JOGO DE CHAVES COMBINADAS: com as mínimas especificações, admitida solução técnica equivalente ou similar: fabricado em Aço cromo vanádio, acabamento cromado fosco, quantidade de peças: 26 peças: 6mm, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 32mm, Massa aproximada (peso): 4,71; 1 Suporte plástico.	2	Und.
14	JOGO DE CHAVES BIELA L: com as mínimas especificações, admitida solução técnica equivalente ou similar: Chave biela com lados sextavados de mesma medida, fabricada em aço cromo-vanádio e acabamento niquelado, 12 Chaves: 8x8 / 9x9 / 10x10 / 11x11 / 12x12 / 13x13 / 14x14 / 15x15 / 16x16 / 17x17 / 18x18 / 19x19 mm.	2	Und.

LOTE 02 — Motosserra

Item	Objeto/Descrição	Quant.	Unid.
01	MOTOSSERRA: com as mínimas especificações, admitida solução técnica equivalente ou similar: Combustível: gasolina; motor: 2 tempos, cilindrada mínima: 72,2 cm³, potência mínima: 4,4 kW (Equivalente a aproximadamente 5,9 hp/cv), Capacidade do tanque: 700 ml, peso seco máximo 6,0 kg, peso operacional de no máximo 8,3 kg, Nível de vibração máximo na empunhadura esquerda: 4,8 m/s², Nível de vibração máximo na empunhadura direita: 3,6 m/s², emissão de CO₂ máxima: 766 g/kWh, sistema de partida retrátil manual, sistema de lubrificação automática da corrente, freio de corrente de acionamento rápido para segurança do operador, equipamento novo, de primeiro uso, acompanhado de manual de operação em português e garantia mínima de 12 (doze) meses.	10	Und.



LOTE 03 — Compactador de Percussão

Item	Objeto/Descrição	Quant.	Unid.
01	COMPACTADOR DE PERCUSSÃO: com as mínimas especificações, admitida solução técnica equivalente ou similar: tanque com capacidade de 2,5 litros, 02 filtros, Potência: 3,6 CV, Massa de Operação 68 kg, Força de Impacto: 12,8 kN, Distância do golpe: 40 – 85mm, Tamanho da Sapata: 330 X 285mm, Potência sonora medida: 103 dB, Nível sonoro medido: 104 dB, Limite de nível de som: 106 dB, Dimensões do produto C x L x A: 760 x 445 x 1050 mm.	3	Und.

LOTE 04 — Máquina para Demarcação Viária

Item	Objeto/Descrição	Quant.	Unid.
01	MÁQUINA COM SISTEMA DE DIAFRAGMA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA: com as mínimas especificações, admitida solução técnica equivalente ou similar: pintura de meio fio, faixas contínuas, faixas de pedestre, quebra molas e linhas simples. Equipada com motor 4 tempos à gasolina. Potência de 160CC. Capacidade de bomba de até 5.0LPM. Capacidade de até 30 litros de tinta no tanque e válvulas para controle de pressão manual. Incluso 2 kits de mangueira 10 MT, 2 pistolas Ultra para 3.600 PSI, 2 bicos 215, 1 bico para faixas de segurança, 2 máscaras de recorte para pintura de meio fio, 2 extensores de 50CM e um Laser para facilitar no alinhamento da máquina em pinturas de faixas contínuas para divisão de pistas.	2	Und.

4.2 Todos os equipamentos fornecidos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses, contados a partir da data do recebimento definitivo pela Administração, sem ônus adicional para o Contratante.

4.3 O licitante deverá apresentar, juntamente com a proposta final ajustada, catálogo, folder, prospecto técnico ou documento equivalente dos equipamentos ofertados, contendo especificações suficientes para comprovação do atendimento integral às características e exigências estabelecidas para os respectivos lotes.

5. MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS QUANTITATIVOS

5.1 (Item incluído — 2ª Errata) Em atendimento à recomendação 2 (“Quanto à justificativa dos quantitativos”) do Parecer PGM nº 271/2026 e ao item “2-b” do Despacho de 23/06/2026, apresenta-se a memória de cálculo individualizada para cada item do objeto, identificado pela combinação Lote-Item, com indicação do critério técnico-operacional utilizado para o dimensionamento da quantidade:

Item	Equipamento	Qtd.	Critério de cálculo / memória
L01-01	Chave de Impacto Pneumática 3/4"	2	1 unidade por equipe de oficina mecânica (2 equipes), com reserva técnica para manutenção simultânea.
L01-02	Chave de Impacto Pneumática 1/2"	2	Complementar ao item L01-01, para serviços de menor torque, evitando paralisação por ferramenta única.
L01-03	Macaco Hidropneumático 30Ton	2	1 unidade por equipe, para sustentação de veículos pesados, com reserva para uso concomitante.
L01-04	Macaco Hidropneumático 20Ton	2	Idem ao item L01-03, para veículos de porte médio da frota municipal.
L01-05	Macaco Hidropneumático 15Ton	2	Idem, para veículos leves e utilitários da frota da SEMOB.
L01-06	Vulcanizador para Câmara de Ar	2	1 unidade por turno de borracharia, conforme volume médio de atendimentos semanais à frota.
L01-07	Vulcanizador para Pneus	2	Complementar ao item L01-06, para reparos estruturais de banda de rodagem.
L01-08	Lixadeira Angular Profissional	5	1 unidade por frente de trabalho (5 frentes simultâneas entre oficina e estruturas de madeira/metal).



L01-09	Lixadeira Pneumática Profissional	2	Uso complementar para acabamento fino em superfícies metálicas.
L01-10	Lixadeira à Bateria Profissional	2	Para serviços externos sem disponibilidade de rede de ar comprimido/energia elétrica.
L01-11	Jogo de Soquete Estriado 3/4"	2	1 jogo por equipe de manutenção mecânica pesada, evitando deslocamento de ferramental entre frentes.
L01-12	Jogo de Soquete Estriado 1/2"	2	Complementar ao item L01-11, para parafusos e porcas de menor diâmetro.
L01-13	Jogo de Chaves Combinadas	2	1 jogo por bancada de trabalho da oficina mecânica.
L01-14	Jogo de Chaves Biela L	2	Ferramental específico para espaços confinados do motor, replicado nas duas bancadas.
L02-01	Motosserra	10	5 equipes de campo x 2 unidades (uso + reserva/rotação de manutenção), evitando paralisação de frente de serviço.
L03-01	Compactador de Percussão	3	3 frentes simultâneas de recuperação de vias/recomposição de solo, considerando a extensão da malha viária municipal.
L04-01	Máquina com Sistema de Diafragma para Demarcação Viária	2	Conforme Despacho de 28/05/2026 (ID 2.63A.18E): operação simultânea em duas frentes (zona urbana e rural), sem deslocamento único.

6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

6.1 A futura contratação tem por objeto a aquisição de equipamentos e ferramentas destinados ao atendimento das demandas operacionais da Secretaria Municipal de Obras – SEMOB, visando assegurar condições adequadas para a execução de serviços de manutenção mecânica, borracharia, recuperação de pontes e pontilhões, manutenção de vias rurais e urbanas, conservação de espaços públicos e demais atividades correlatas.

6.2 Para atendimento da necessidade identificada, a contratação deverá observar os seguintes requisitos mínimos:

6.2.1 Requisitos Técnicos:

- Todos os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, sem sinais de utilização anterior, recondicionamento ou remanufatura;
- Os bens deverão atender integralmente às especificações técnicas mínimas constantes do Termo de Referência e do levantamento de necessidades realizado pela Secretaria Municipal de Obras – SEMOB;
- Os equipamentos deverão possuir características de robustez, resistência e desempenho compatíveis com utilização contínua em ambiente de oficina mecânica, borracharia e atividades externas de manutenção de infraestrutura urbana e rural;
- Os materiais empregados na fabricação deverão apresentar elevada durabilidade, resistência mecânica e adequação às condições de uso intensivo próprias da Administração Pública;
- Os equipamentos motorizados, elétricos, pneumáticos ou hidráulicos deverão atender às normas técnicas aplicáveis expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e demais órgãos competentes;
- Os produtos deverão ser fornecidos completos, acompanhados de todos os acessórios, componentes, manuais, dispositivos de operação e demais itens necessários ao perfeito funcionamento.

6.2.2 Requisitos de Garantia e Assistência Técnica:

- Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados do recebimento definitivo pela Administração;
- Durante o período de garantia, a contratada deverá responsabilizar-se pela substituição, reparação ou correção de defeitos sem ônus para a Administração;



Os equipamentos deverão ser acompanhados de certificado ou termo de garantia emitido pelo fabricante ou fornecedor autorizado;

Sempre que houver rede autorizada de assistência técnica, esta deverá possuir atendimento em território nacional.

6.2.3 Requisitos de Qualidade e Certificação:

Os produtos deverão possuir certificações obrigatórias exigidas pela legislação brasileira para comercialização e utilização, quando aplicáveis;

Quando exigido pela regulamentação específica, deverão apresentar certificação do INMETRO ou selo de conformidade correspondente;

Os equipamentos deverão ser acompanhados de manuais de operação e manutenção em língua portuguesa;

Os produtos deverão observar padrões mínimos de qualidade, desempenho e segurança compatíveis com o uso profissional e institucional.

6.2.4 Requisitos de Sustentabilidade:

Os equipamentos deverão possuir vida útil prolongada, reduzindo a necessidade de substituições frequentes;

Sempre que possível, deverão apresentar eficiência energética, menor consumo de combustível ou energia e redução da emissão de ruídos e poluentes;

As embalagens deverão ser preferencialmente recicláveis ou reutilizáveis;

A contratada deverá observar a legislação ambiental vigente quanto à fabricação, transporte, armazenamento e destinação de resíduos.

6.2.5 Requisitos de Segurança:

Os equipamentos deverão atender às normas de segurança aplicáveis ao objeto, proporcionando condições adequadas de utilização pelos servidores;

Os equipamentos deverão possuir dispositivos de proteção e segurança compatíveis com sua finalidade operacional;

Deverão ser observadas, quando aplicáveis, as disposições das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente NR-06, NR-12 e NR-17.

6.2.6 Requisitos de Entrega:

O prazo máximo para entrega será de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, admitida prorrogação devidamente justificada e aceita pela Administração;

O recebimento dos bens ocorrerá provisoriamente e definitivamente, nos termos dos arts. 140 e 141 da Lei nº 14.133/2021;

A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte, carregamento, descarregamento e demais despesas necessárias à entrega dos equipamentos.

6.2.7 Requisitos da Contratada:

Comprovar habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira, conforme exigências da Lei nº 14.133/2021;

Possuir atividade econômica compatível com o fornecimento dos equipamentos objeto da contratação;

Cumprir integralmente as obrigações contratuais, ambientais, trabalhistas, previdenciárias e tributárias aplicáveis;

Responsabilizar-se pela qualidade, integridade e conformidade dos equipamentos fornecidos durante toda a execução contratual.

7. FORMA DE OBTENÇÃO DE VALOR DE REFERÊNCIA





7.1 A estimativa do valor da contratação foi elaborada com fundamento no art. 18, §1º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, observando-se, subsidiariamente, os parâmetros do art. 23 da referida Lei, mediante a utilização de múltiplas fontes de pesquisa de preços.

7.2 Para a composição da estimativa, foram considerados:

I – levantamento de preços junto a fornecedores do ramo pertinente, mediante obtenção de propostas comerciais formais, contendo especificações compatíveis com o objeto pretendido;

II – análise dos valores registrados em outras contratações, oriundas de procedimentos licitatórios regulares, que observou critérios de competitividade e seleção da proposta mais vantajosa;

III – verificação da equivalência técnica entre os itens cotados e aqueles constantes da pesquisa de preço, assegurando a comparabilidade dos preços obtidos;

IV – consolidação dos dados em quadro comparativo, permitindo a análise objetiva dos valores praticados no mercado.

7.3 Quadro Comparativo de Preços (MÉDIA DE PREÇO), organizado por lote, com remissão expressa à pesquisa de preços e à metodologia adotada (média de preços de mercado entre múltiplas fontes, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021):

Item	Descrição	Quant.	Unid.	V. Unit.	Sub-Total
LOTE 01					
01	CHAVE DE IMPACTO PNEUMÁTICA 3/4"	02	Und.	2.439,18	4.878,36
02	CHAVE DE IMPACTO PNEUMÁTICA 1/2"	02	Und.	636,91	1.273,82
03	MACACO HIDROPNEUMÁTICO 30TON	02	Und.	1.985,37	3.970,74
04	MACACO HIDROPNEUMÁTICO 20TON	02	Und.	1.509,63	3.019,26
05	MACACO HIDROPNEUMÁTICO 15TON	02	Und.	1.395,75	2.791,50
06	VULCANIZADOR PARA CÂMARA DE AR	02	Und.	775,80	1.551,60
07	VULCANIZADOR PARA PNEU	02	Und.	1.634,36	3.268,72
08	LIXADEIRA ANGULAR PROFISSIONAL	05	Und.	1.307,23	6.536,15
09	LIXADEIRA PNEUMÁTICA PROFISSIONAL	02	Und.	546,56	1.093,12
10	LIXADEIRA À BATERIA PROFISSIONAL	02	Und.	1.311,33	2.622,66
11	JOGO DE SOQUETE ESTRIADO 3/4"	02	Und.	985,00	1.970,00
12	JOGO DE SOQUETE ESTRIADO 1/2"	02	Und.	450,00	900,00
13	JOGO DE CHAVES COMBINADAS	02	Und.	460,36	920,72
14	JOGO DE CHAVES BIELA L	02	Und.	412,50	825,00
Subtotal Lote 01					35.621,65
LOTE 02					
01	MOTOSSERRA	10	Und.	4.635,37	46.353,70
Subtotal Lote 02					46.353,70
LOTE 03					



01	COMPACTADOR DE PERCUSSÃO	03	Und.	16.249,00	48.747,00
Subtotal Lote 03					48.747,00
LOTE 04					
01	MÁQUINA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA	02	Und.	32.706,75	65.413,50
Subtotal Lote 04					65.413,50
TOTAL GERAL					196.135,85

7.4 A análise comparativa dos valores apresentados no quadro acima evidencia que os preços registrados na pesquisa de preço totalizam R\$ 196.135,85 (cento e noventa e seis mil e cento e trinta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), mostrando-se inferiores ao valor estimado com base na pesquisa de mercado.

7.5 Ressalta-se que, embora existam variações pontuais entre os valores unitários de determinados itens, a avaliação da vantajosidade foi realizada de forma global, considerando o conjunto de cada lote, o que se mostra tecnicamente adequado em razão da padronização dos equipamentos, das condições comerciais do certame originário e da eficiência administrativa decorrente da utilização pesquisa de preço.

7.6 Dessa forma resta demonstrada a vantajosidade da utilização dos preços para que seja realizada a licitação para aquisição dos bens a serem adquiridos, em consonância com a Lei nº 14.133/2021, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento.

8. DA FISCALIZAÇÃO

8.1 Fica a cargo do contratante, exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização durante toda a execução do objeto contratado, bem como estabelecer parâmetro e diretrizes na execução, aplicando a contratada, nos termos da regulamentação própria, sanções cabíveis pelas infrações acaso verificadas, após devidamente apuradas.

8.2 A fiscalização será realizada, visando garantir as condições de regularidade, continuidade, eficiência, segurança, atualidade, generalidade e pontualidade da execução e fornecimento do objeto contratado, podendo a Prefeitura tomar todas e quaisquer decisões, inclusive cancelamento da contratação, para assegurar a boa e adequada da execução do objeto contratado.

8.3 Na forma do que dispõe a Lei 14.133/2021 e alterações, será designado através de nomeação por Portaria ou Decreto, os ocupantes dos cargos de Gestor e Fiscal desta Prefeitura Municipal para acompanhar a execução e fiscalizar a presente contratação, o qual deverá registrar todos o objeto a serem adquiridos, conferindo as ocorrências relacionadas com a execução do objeto contratado, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e atestará a nota fiscal, para fins de pagamento.

8.4 Da Gestão do Contrato:

- o contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n.º 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial;
- Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila;
- o gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- o gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;
- o gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art.



- 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;
- O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;
- O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

9. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

9.1 A Contratante obriga-se a:

- Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e Termo de Referência;
- Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente a execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência;
- Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;
- Proporcionar todas as facilidades para que a Contratada possa cumprir suas obrigações dentro das normas e condições;
- Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;
- A Administração terá o prazo de 10 (dez) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período;
- Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 10 (dez) dias;
- Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;
- A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

10. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

10.1 A Contratada obriga-se a:

- O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes no Contrato e no Termo de Referência, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas;
- O objeto contratado deverá estar de acordo com as especificações do Termo de Referência;
- Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto contratado, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 12 (doze) horas que antecede a data do fornecimento do objeto, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133/2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;





Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores SICAF, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

A Contratada se obriga a informar, para fins de recebimento de citações, intimações, ordem de serviço, e outras comunicações oficiais com a Secretaria requisitante, o nome do seu preposto, seu endereço comercial, E-mail (endereço eletrônico) e n.º de telefone móvel e fixo para contato;

Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133/2021;

Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

Alocar os equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

Se responsabilizar pela manutenção e revisão preventiva e corretiva dos equipamentos fornecidos durante todo o período de vigência do contrato e da garantia do objeto, bem como todas as documentações obrigatórios dos equipamentos, em observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos;

Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do contrato e do Termo de Referência.

11. DAS PENALIDADES E SANÇÕES

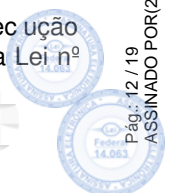
11.1 A empresa adjudicatária deverá observar rigorosamente as condições estabelecidas para fornecimento do objeto adjudicado, sujeitando-se às penalidades constantes nos artigos 162 da Lei 14.133 e suas alterações, dentre elas a suspensão do direito de licitar pelo período de 24 (vinte e quatro) meses.

11.1.1 A Contratada ficará sujeita, em caso de atraso na execução dos serviços ou fornecimento de bens e produtos, às penalidades previstas no Artigo 156, § 4º, da Lei nº 14.133/21, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal:

Lei Federal nº 14.133/21 – Art. 90 § 5º A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade licitante.

11.2 Se a infração cometida se caracterizar de má-fé ou causar prejuízos ao abastecimento efetuado pela Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari/RO, poderá esta impor àquela a pena de suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Poder Público ou propor à autoridade competente, a declaração de inidoneidade, pelo período de até 02 (dois) anos.

11.3 O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela contratada, bem como a inexecução do objeto contratual, sujeitará a empresa às sanções administrativas previstas nos arts. 155 a 163 da Lei nº





14.133/2021, assegurados o contraditório e a ampla defesa, sem prejuízo das demais responsabilidades civis, administrativas e penais cabíveis.

11.4 Inicialmente, poderá ser aplicada advertência, nos casos de irregularidades de menor gravidade, quando não houver prejuízo significativo à execução do contrato ou ao interesse público. A advertência consiste em comunicação formal à contratada para que adote providências corretivas imediatas, registrando-se a ocorrência para fins de acompanhamento da execução contratual.

11.5 Poderá ainda ser aplicada multa administrativa, nos casos de atraso na execução do objeto, descumprimento de prazos, falhas na disponibilização dos veículos ou qualquer outra irregularidade que comprometa o cumprimento das obrigações contratuais. A multa poderá ser estabelecida de forma compensatória ou moratória, conforme previsto no edital e no contrato, sendo aplicada proporcionalmente à gravidade da infração e ao prejuízo causado à Administração, podendo inclusive ser descontada dos pagamentos devidos ou da garantia contratual, quando houver.

11.6 Nos casos de infrações mais graves, poderá ser aplicada a suspensão temporária de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo previsto na legislação vigente, especialmente quando houver reincidência de descumprimento contratual, inexecução parcial ou total do contrato, atraso injustificado na disponibilização dos veículos ou falhas que comprometam a continuidade do serviço público essencial.

11.7 Poderá também ser aplicada a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021, quando a contratada apresentar comportamento que comprometa a regularidade do procedimento licitatório ou da execução contratual, como apresentação de documentação falsa, fraude na execução do contrato ou prática de atos que causem prejuízo à Administração.

11.8 Nos casos mais graves, quando ficar caracterizada conduta ilícita, fraude, dolo, má-fé ou prática de atos que atentem contra os princípios da Administração Pública, poderá ser aplicada a declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, impedindo a empresa de participar de licitações ou firmar contratos com qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação.

11.9 A aplicação das sanções administrativas não exclui a possibilidade de rescisão contratual, reparação de danos eventualmente causados ao erário e demais medidas administrativas ou judiciais cabíveis, garantindo sempre a observância dos princípios da legalidade, proporcionalidade, razoabilidade e interesse público.

12. DO REAJUSTE CONTRATUAL

12.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite vinculada à data da assinatura do contrato.

12.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice **IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo)** calculado pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), ou outro que venha substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

12.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice(s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

12.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

12.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

12.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

13. DO PAGAMENTO E LIQUIDAÇÃO

13.1 O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias após a entrega, acompanhado da Nota Fiscal correspondente e após carimbo e assinatura do(s) responsável(is) pelo cumprimento do estágio de liquidação da despesa.





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



A Nota Fiscal Eletrônica - NF-e - deverá ser enviada através de arquivo eletrônico ao e-mail: semusp@candeiasdojamari.ro.gov.br;

Caso a empresa seja domiciliada no Município de Candeias do Jamari PMCJ/RO, deverá apresentar: Certidão Negativa de Débitos Municipais.

13.2 Na eventualidade de aplicação de multas, estas deverão ser automaticamente descontadas do pagamento a que fizer jus o licitante vencedor.

13.3 A Nota Fiscal só será liberada quando o objeto deste Termo de Referência estiver em total conformidade com as especificações.

13.4 Como condições para a continuidade do contrato, a contratada deverá manter as mesmas condições de habilitação, inclusive será confirmada a situação de regularidade para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Federal (Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União).

13.5 Caso a contratada tenha o recolhimento dos encargos relativos ao FGTS centralizado, o documento comprobatório de autorização para a centralização dos recolhimentos deverá ser apresentado à Administração Pública.

13.6 Quando a empresa contratada não apresentar situação regular no ato da emissão da Nota de Empenho ou recusar-se a retirar a mesma injustificadamente, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis, observando-se o disposto no subitem anterior.

13.7 Não será concedida antecipação de pagamento de créditos.

13.8 Liquidação:

13.8.1 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022;

13.8.2 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021;

13.8.3 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: a) O prazo de validade; b) A data da emissão; c) Os dados do empenho e do órgão contratante; d) O período respectivo de execução de entrega do objeto; e) O valor a pagar; f) Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

13.8.4 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

13.8.5 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021;

13.8.6 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão; permanecendo a situação irregular, a Contratada será formalmente notificada para proceder às correções necessárias no prazo estabelecido pela Administração, não sendo considerado recebido provisoriamente o objeto até que as pendências sejam devidamente sanadas.

14. CRITÉRIOS DE RECEBIMENTO DO OBJETO

14.1 Recebimento Provisório:

14.1.1 O recebimento provisório ocorrerá no momento da entrega dos equipamentos e ferramentas, por servidor designado pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SEMUSP e pela Secretaria Municipal de Obras – SEMOB, mediante verificação preliminar da conformidade quantitativa e do estado de conservação dos bens entregues.

ID: 2.754.90A, RICARDO GIOVANI VIEIRA CARDOSO(26/06/2026 12:41:33) Palavras:9.727
Cód. Autenticidade: 12E0.6741.0338.V47X.2117 - <https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>



14.2 Conferência de Conformidade:

14.2.1 Permanecendo a situação irregular, ou havendo divergência entre o objeto entregue e as especificações constantes do Termo de Referência, a Contratada será formalmente notificada para proceder às correções necessárias no prazo estabelecido pela Administração, não sendo considerado recebido provisoriamente o objeto até que as pendências sejam devidamente sanadas.

14.3 Recebimento Definitivo:

14.3.1 O recebimento definitivo será realizado após a verificação da plena conformidade do objeto contratado com as condições estabelecidas no Termo de Referência, no contrato administrativo e nas normas legais aplicáveis, mediante avaliação técnica realizada pela Comissão designada pela Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SEMUSP e Secretaria Municipal de Obras – SEMOB.

14.3.2 Essa etapa ocorrerá após a comprovação de que os objeto disponibilizados atendem integralmente às exigências contratuais, incluindo:

- Adequação técnica e operacional;
- Funcionamento;
- Cumprimento das normas de segurança e acessibilidade;
- Atendimento às normas ambientais e regulatórias;
- Regularidade documental e operacional.

14.3.3 O recebimento definitivo será formalizado mediante termo de recebimento definitivo, devidamente assinado pelos membros da comissão responsável, após constatado que o objeto foi executado de forma satisfatória e em conformidade com o contrato.

14.4 Ressalta-se que o recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da contratada pela qualidade, segurança e perfeito funcionamento dos objetos contratados, nem a obrigação de realizar manutenção preventiva e corretiva durante toda a vigência contratual e de garantia do objeto contratado, respondendo a empresa por eventuais vícios, defeitos ou falhas que venham a ser constatados posteriormente, nos termos da legislação vigente e das cláusulas contratuais.

15. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

15.1 Julgamento da proposta:

15.1.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de PREGÃO ELETRÔNICO em Sistema de Registro de Preço, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO por LOTE, observada a estrutura de 4 (quatro) lotes consolidada no item 4.1.1 deste Termo de Referência.

15.1.2 (Inclusão — 2ª Errata) Fundamentação da adoção do julgamento por lote — em atendimento à recomendação 3 (“Quanto ao agrupamento dos itens em lotes”) do Parecer PGM nº 271/2026: dentro de cada um dos 4 (quatro) lotes, os itens agrupados guardam correlação funcional direta, por se destinarem ao mesmo fim operacional e pertencerem ao mesmo segmento de fornecimento (Lote 01 — ferramentaria de oficina/borracharia; Lote 02 — motosserra; Lote 03 — compactador de percussão; Lote 04 — máquina de demarcação viária). A segregação em 4 lotes — em vez do lote único anteriormente constante da Minuta de Edital — preserva a ampla competitividade exigida pelo art. 40, V, “b”, e pelo art. 41, I, da Lei nº 14.133/2021, evitando que fornecedores especializados em apenas um segmento sejam afastados do certame pela exigência de capacidade de fornecimento do conjunto heterogêneo dos 17 itens.

15.2 Habilitação Jurídica:

15.2.1 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

- Pessoa Física: Cédula de Identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



- individual de responsabilidade limitada – EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- «Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede;
- Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- «Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- «Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- Certidão de Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica – TCU, Certidões Administração Pública Federal (<https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br>);
- Certidão Negativa – CAGEFIMP, Governo do Estado de Rondônia (<https://transparencia.ro.gov.br/Fornecedor/EmitirCertidao>).

15.3 Regularidade Fiscal e Trabalhista:

- «Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- «Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- «Prova de regularidade com a Fazenda Estadual/Distrital e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- «Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- «Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- Prova de Inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital ou Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.

15.3.1 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

15.3.2 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

15.4 Habilitação Econômico-Financeira:

- «Certidão Negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;
- «Certidão Negativa de Falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;
- «Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis do último exercício social, comprovando: I – Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um); II – As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; III – Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos; IV – Os documentos referidos acima

ID: 2.754.90A, RICARDO GIOVANI VIEIRA CARDOSO(26/06/2026 12:41:33) Palavras:9.727
Cód. Autenticidade: 12E0.6741.0338.V47X.2117 - <https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>



deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

15.4.1 Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

15.4.2 As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

15.4.3 O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

15.4.4 Para as empresas enquadradas como MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – MEI, a Declaração Anual de Faturamento – DASN-SIMEI, substituirá o Balanço Patrimonial, devendo ser apresentada a DASN-SIMEI dos últimos dois exercícios.

15.5 Qualificação Técnica:

a) Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item/lote pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

b) (Inclusão — 2ª Errata) Para fins de objetivação do critério acima, em atendimento à recomendação 4 (“Quanto à qualificação técnica”) do Parecer PGM nº 271/2026, fica estabelecido o parâmetro mínimo de comprovação de fornecimento, em contrato(s) anterior(es), de quantitativo equivalente a, no mínimo, 30% (trinta por cento) da quantidade total estimada para o respectivo lote a que o licitante concorrer, podendo a soma de diferentes atestados ser utilizada para o atingimento do percentual mínimo exigido, vedada a exigência de quantitativos mínimos por item isoladamente dentro do lote, de modo a não comprometer a competitividade do certame, nos termos do art. 67 c/c art. 25, §§ 5º e 9º, da Lei nº 14.133/2021.

15.6 Declarações De Habilitação:

a) Declaração de Porte de Empresa, conforme modelo de declaração.

b) Declaração Unificada, conforme modelo de declaração.

16. FONTE DE RECURSOS

16.1 Os recursos destinados à contratação são oriundos dos recursos próprios da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – PMCJ/RO.

16.2 A dotação indicada é compatível com o objeto da contratação e atende às exigências da Lei nº 14.133/2021, assegurando o respaldo orçamentário e financeiro necessário à execução do objeto convencionado.

16.3 As despesas correrão por conta da dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Obras – SEMOB e à Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SEMUSP, ou equivalente previsto na LOA vigente no exercício 2026. A contratação possui dotação orçamentária adequada, conforme a seguinte classificação:

Entidade: 02.000 – Poder Executivo

Unidade: 00 02.010 – Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SEMUSP

Atividade: 17 – Infraestrutura, Manutenção e Cuidado por Candeias

Função: 15.452 – Urbanismo / Serviços Urbanos

Ação: 2.025 – Aprimorar os Serviços de Limpeza, Coleta de Lixo e Manutenção

Categoria Econômica: 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente

Entidade: 02.000 – Poder Executivo

Unidade: 00 02.009 – Secretaria Municipal de Obras – SEMOB

Atividade: 16 – Candeias com Obras em Andamento





Função: 04.122 – Administração/ Administração Geral

Ação: 2.021 – Gerir a Execução Administrativa da SEMOB

Categoria Econômica: 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente

17. MATRIZ DE CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS

17.1 (Item reconstituído — 2ª Errata) Em substituição ao texto anteriormente consignado neste item — que reproduzia, por equívoco material, considerações de alinhamento estratégico e conclusão, sem identificação efetiva de riscos —, e em atendimento ao apontamento do Despacho de 23/06/2026 e ao art. 18, §1º, X, da Lei nº 14.133/2021, apresenta-se a matriz de riscos da presente contratação:

Nº	Risco identificado	Prob.	Impacto	Medida mitigadora / responsável
01	Baixa concorrência / fracasso do certame	Média	Alto	Ampla publicidade (PNCP, AROM, Jornal, DIOF); especificações por desempenho, sem indicação de marca; participação ampla.
02	Atraso na entrega dos equipamentos	Média	Médio	Prazo de até 30 dias corridos (item 4.2); sanções contratuais; convocação do licitante subsequente (art. 90, Lei 14.133/2021).
03	Inadequação técnica do objeto entregue	Baixa	Alto	Recebimento provisório/definitivo com avaliação técnica por comissão (item 14); garantia mínima de 12 meses; substituição sem ônus.
04	Insuficiência/indisponibilidade orçamentária	Baixa	Alto	Confirmação prévia de dotação orçamentária específica na LOA 2026 (item 16) antes da convocação.
05	Sobrepçoço / cotações não representativas	Baixa	Médio	Múltiplas fontes de pesquisa de preços (art. 23); uso de filtros do PNCP por região, conforme Parecer PGM nº 271/2026.
06	Questionamento da exigência de qualificação técnica	Baixa	Médio	Objetivação do critério no item 15.5 (atestado de fornecimento de, no mínimo, 30% do quantitativo do respectivo lote).
07	Desistência do licitante vencedor após convocação	Baixa	Médio	Convocação dos remanescentes na ordem de classificação; manutenção da Ata com demais fornecedores classificados.
08	Divergência entre a estrutura de lotes do TR e a Minuta de Edital	Baixa	Alto	Padronização, nesta Errata, da estrutura de 4 (quatro) lotes entre ETP, TR e Edital, sanando-se a divergência anteriormente identificada.

18. RESULTADOS ESPERADOS

18.1 (Item incluído — 2ª Errata) Em atendimento à recomendação 10 (“Quanto aos resultados esperados”) do Parecer PGM nº 271/2026, replicam-se, no corpo deste Termo de Referência, os indicadores objetivos de resultado já constantes do item 13 do Estudo Técnico Preliminar:

•Aumentar a disponibilidade operacional da frota municipal, máquinas e equipamentos utilizados pelas Secretarias;

•Reduzir o tempo de execução dos serviços de manutenção mecânica, borracharia e infraestrutura urbana e rural;





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



- «Melhorar a qualidade e a eficiência dos serviços prestados à população;
- «Reduzir custos com serviços terceirizados e manutenções corretivas emergenciais;
- «Promover a padronização dos equipamentos utilizados pelas equipes operacionais;
- Garantir maior continuidade dos serviços públicos essenciais relacionados à infraestrutura urbana e rural.

19. CONCLUSÃO

19.1 Diante do exposto, conclui-se pela VIABILIDADE da aquisição dos equipamentos e ferramentas para atender Secretaria Municipal de Obras – SEMOB e à Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SEMUSP do Município de Candeias do Jamari.

19.2 Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente o foro da Comarca de Porto Velho – PVH/RO.

Candeias do Jamari – RO, 26 de junho de 2026.

OSVALDO DE SOUSA
Secretário Municipal de Obras

JOAQUIM NOLETO
Secretário Municipal de Serviços Públicos

Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **JOAQUIM NOLETO**, CPF: 438.13*. **2-4 em 26/06/2026 14:31:40, Cód. Autenticidade da Assinatura: 14A1.4R31.340V.922R.6444, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **OSVALDO DE SOUSA**, CPF: 190.79*. **2-4 em 26/06/2026 13:13:51, Cód. Autenticidade da Assinatura: 13K2.6313.351U.857E.4860, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **2.754.90A** - Tipo de Documento: **DESPACHO**.

Elaborado por **RICARDO GIOVANI VIEIRA CARDOSO**, CPF: 023.73*. **2-3, em 26/06/2026 12:41:33, contendo 9.727 palavras.

Código de Autenticidade deste Documento: 12E0.6741.0338.V47X.2117

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>





DESPACHO

CANDEIAS DO JAMARI/RO, 26 de junho de 2026.

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

(Versão consolidada e integral — 2ª Errata, em atendimento ao Despacho de 23/06/2026 e ao Parecer PGM nº 271/2026)

Processo Administrativo:	0001694.04.01-2026
Órgão:	Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – PMCJ/RO
Requisitante:	Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SEMUSP / Secretaria Municipal de Obras – SEMOB
Representante:	Joaquim Noleto / Osvaldo de Sousa
E-mail:	semusp@candeiasdojamari.ro.gov.br / semob@candeiasdojamari.ro.gov.br

1. INTRODUÇÃO

1.1 O presente documento constitui a primeira etapa da fase de planejamento da contratação e tem por objetivo identificar e analisar os cenários disponíveis para atendimento da demanda, bem como avaliar a viabilidade técnica e econômica das soluções possíveis, fornecendo os subsídios necessários à tomada de decisão e à instrução do respectivo processo de aquisição de equipamentos e ferramentas.

1.2 A contratação visa ao fornecimento de equipamentos e ferramentas destinados à oficina e borracharia da SEMOB para manutenção e conserto de máquinas e equipamentos, bem como atender as equipes que realizam a manutenção e recuperação de pontes e pontilhões de madeira em vias rurais, e atendimento as equipe de trabalhos na área urbana em vias logradouros públicos, observadas as normas técnicas e de segurança vigentes, em atendimento às demandas da Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SEMUSP e Secretaria Municipal de Obras – SEMOB e às metas estabelecidas.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SEMUSP

2.1 A aquisição de uma máquina ou equipamento para demarcação viária com sistema de diafragma é essencial para atender às demandas de demarcação viária e pintura urbana, abrangendo atividades como a pintura de faixas contínuas, linhas simples, faixas de pedestres, meio-fio e redutores de velocidade. Esta máquina oferece alta eficiência, qualidade e uniformidade na aplicação de tinta em diferentes superfícies, além de proporcionar vantagens econômicas e operacionais significativas.

2.2 Sua versatilidade permite realizar a demarcação de vias com precisão e aderência às normas técnicas, garantindo a segurança e a organização do trânsito. O sistema do equipamento com diafragma destaca-se pela economia de tinta, redução de desperdício, alta produtividade e baixa necessidade de manutenção, o que resulta em maior durabilidade e menor custo operacional.

2.3 Além disso, a máquina proporciona acabamento uniforme, com controle preciso da espessura das camadas, atendendo às exigências normativas e assegurando a visibilidade das sinalizações. Outro ponto relevante é a contribuição para a sustentabilidade, já que o sistema reduz a emissão de partículas e névoas durante a aplicação, promovendo uma operação mais limpa e alinhada às exigências ambientais.

2.4 Portanto, a aquisição desta máquina é indispensável para garantir a execução eficiente, segura e econômica dos serviços de demarcação e pintura viária, contribuindo para uma infraestrutura mais funcional e segura para a população.

2.4.1 (Inclusão — 2ª Errata) Atualmente, a SEMUSP não dispõe de equipamento próprio para demarcação viária, dependendo da contratação eventual de serviços terceirizados ou da paralisação das atividades de sinalização horizontal, o que compromete a periodicidade da repintura de faixas e a segurança viária no Município. A frota de vias pavimentadas sob responsabilidade da Secretaria abrange os principais corredores urbanos do Município, cuja sinalização horizontal demanda repintura periódica, justificando o quantitativo de 02 (duas) unidades para operação simultânea em frentes distintas, conforme memória de cálculo apresentada no item 8 deste Estudo.



2.5 A presente demanda visa à aquisição de materiais permanentes destinados ao fortalecimento e à modernização da estrutura operacional da Secretaria Municipal de Obras – SEMOB, considerando a necessidade contínua de manutenção corretiva e preventiva da frota de veículos, máquinas pesadas e equipamentos utilizados na execução dos serviços públicos municipais.

2.6 Os equipamentos relacionados no presente Documento de Oficialização da Demanda, tais como chaves de impacto pneumáticas, macacos hidropneumáticos, jogos de ferramentas, lixadeiras, vulcanizadores e motosserras, serão empregados diretamente nas atividades desenvolvidas pela oficina mecânica e pela borracharia da Secretaria Municipal de Obras – SEMOB, proporcionando maior eficiência, segurança e agilidade nos serviços de manutenção dos veículos leves, caminhões, máquinas pesadas e implementos pertencentes ao patrimônio municipal.

2.7 Além das atividades de manutenção da frota, os equipamentos serão utilizados nas ações de recuperação e reconstrução de pontes e pontilhões de madeira localizados na zona rural do município, serviços essenciais para garantir a trafegabilidade das estradas vicinais, o escoamento da produção agrícola, o transporte escolar e o acesso das comunidades rurais aos serviços públicos básicos.

2.8 Os materiais também contribuirão para a execução de obras de reforma, conservação e manutenção de logradouros públicos, praças, canteiros, áreas verdes e demais espaços públicos sob responsabilidade da Administração Municipal, permitindo que as equipes operacionais disponham de ferramentas adequadas para a realização dos serviços com maior produtividade e qualidade técnica.

2.8.1 (Inclusão — 2ª Errata) Para fins de dimensionamento, registra-se que a SEMOB mantém atualmente 2 (duas) equipes fixas de oficina mecânica/borracharia e 5 (cinco) frentes móveis de manutenção de pontes, pontilhões e vias rurais, operando com ferramental insuficiente ou já depreciado pelo uso contínuo, o que fundamenta os quantitativos detalhados na memória de cálculo do item 8 deste Estudo.

2.9 A aquisição mostra-se necessária em razão do desgaste natural dos equipamentos atualmente disponíveis, da insuficiência quantitativa para atender à crescente demanda operacional e da necessidade de substituição de ferramentas obsoletas ou com elevado custo de manutenção, fatores que comprometem a continuidade e a eficiência dos serviços prestados pela Secretaria.

2.10 Dessa forma, a contratação pretendida busca assegurar condições adequadas de trabalho às equipes da SEMOB e SEMUSP, promover maior economicidade na execução dos serviços de manutenção e obras públicas, reduzir o tempo de indisponibilidade dos equipamentos municipais e garantir a continuidade das ações de infraestrutura urbana e rural desenvolvidas pelo Município.

3. PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES

3.1 A contratação objeto do presente Estudo Técnico Preliminar está vinculada à execução de diversos serviços públicos, destinado ao atendimento das demandas da Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SEMUSP e Secretaria Municipal de Obras – SEMOB em áreas públicas do Município.

3.2 O referido investimento foi formalizado no período em que o exercício financeiro já se encontrava encerrado, sua inclusão não foi prevista no Plano de Contratações Anual (PCA) nem na Lei Orçamentária Anual vigente.

3.3 Em razão dessa circunstância, a contratação será executada mediante disponibilidade de dotação orçamentária prevista na Lei Orçamentária Anual de 2026 (LOA 2026), garantindo respaldo legal, financeiro e orçamentário para sua realização.

3.4 A contratação mostra-se, portanto, compatível com o planejamento institucional, observando os princípios da legalidade, economicidade, eficiência e planejamento, previstos na Lei nº 14.133/2021 e na Constituição Federal, bem como assegurando a regular aplicação dos recursos.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1 A futura contratação tem por objeto a aquisição de equipamentos e ferramentas destinados ao atendimento das demandas operacionais das Secretarias Municipal de Serviços Público – SEMUSP e Secretaria Municipal de Obras – SEMOB, visando assegurar condições adequadas para a execução de serviços de manutenção mecânica, borracharia, recuperação de pontes e pontilhões, manutenção de vias rurais e urbanas, conservação de espaços públicos e demais atividades correlatas.

4.2 Para atendimento da necessidade identificada, a contratação deverá observar os seguintes requisitos mínimos:





4.2.1 Requisitos Técnicos:

- Todos os equipamentos deverão ser novos, de primeiro uso, sem sinais de utilização anterior, recondicionamento ou remanufatura;
- Os bens deverão atender integralmente às especificações técnicas mínimas constantes do Termo de Referência e do levantamento de necessidades realizado pela Secretaria Municipal de Obras – SEMOB, **admitida a apresentação de solução técnica equivalente ou similar que atenda ou supere os parâmetros mínimos exigidos, nos termos do art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021;**
- Os equipamentos deverão possuir características de robustez, resistência e desempenho compatíveis com utilização contínua em ambiente de oficina mecânica, borracharia e atividades externas de manutenção de infraestrutura urbana e rural;
- Os materiais empregados na fabricação deverão apresentar elevada durabilidade, resistência mecânica e adequação às condições de uso intensivo próprias da Administração Pública;
- Os equipamentos motorizados, elétricos, pneumáticos ou hidráulicos deverão atender às normas técnicas aplicáveis expedidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT e demais órgãos competentes;
- Os produtos deverão ser fornecidos completos, acompanhados de todos os acessórios, componentes, manuais, dispositivos de operação e demais itens necessários ao perfeito funcionamento.

4.2.2 Requisitos de Garantia e Assistência Técnica:

- Os equipamentos deverão possuir garantia mínima de 12 (doze) meses contra defeitos de fabricação, contados do recebimento definitivo pela Administração;
- Durante o período de garantia, a contratada deverá responsabilizar-se pela substituição, reparação ou correção de defeitos sem ônus para a Administração;
- Os equipamentos deverão ser acompanhados de certificado ou termo de garantia emitido pelo fabricante ou fornecedor autorizado;
- Sempre que houver rede autorizada de assistência técnica, esta deverá possuir atendimento em território nacional.

4.2.3 Requisitos de Qualidade e Certificação:

- Os produtos deverão possuir certificações obrigatórias exigidas pela legislação brasileira para comercialização e utilização, quando aplicáveis;
- Quando exigido pela regulamentação específica, deverão apresentar certificação do INMETRO ou selo de conformidade correspondente;
- Os equipamentos deverão ser acompanhados de manuais de operação e manutenção em língua portuguesa;
- Os produtos deverão observar padrões mínimos de qualidade, desempenho e segurança compatíveis com o uso profissional e institucional.

4.2.4 Requisitos de Sustentabilidade:

- Os equipamentos deverão possuir vida útil prolongada, reduzindo a necessidade de substituições frequentes;
- Sempre que possível, deverão apresentar eficiência energética, menor consumo de combustível ou energia e redução da emissão de ruídos e poluentes;
- As embalagens deverão ser preferencialmente recicláveis ou reutilizáveis;
- A contratada deverá observar a legislação ambiental vigente quanto à fabricação, transporte, armazenamento e destinação de resíduos.

4.2.5 Requisitos de Segurança:

- Os equipamentos deverão atender às normas de segurança aplicáveis ao objeto, proporcionando condições adequadas de utilização pelos servidores;
- Os equipamentos deverão possuir dispositivos de proteção e segurança compatíveis com sua finalidade





operacional;

Deverão ser observadas, quando aplicáveis, as disposições das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego, especialmente NR-06, NR-12 e NR-17.

4.2.6 Requisitos de Entrega:

Os equipamentos deverão ser entregues em perfeitas condições de uso e funcionamento;

O prazo máximo para entrega será de até 30 (trinta) dias corridos, contados do recebimento da Nota de Empenho ou instrumento equivalente, admitida prorrogação devidamente justificada e aceita pela Administração;

O recebimento dos bens ocorrerá provisoriamente e definitivamente, nos termos dos arts. 140 e 141 da Lei nº 14.133/2021;

A contratada deverá responsabilizar-se pelo transporte, carregamento, descarregamento e demais despesas necessárias à entrega dos equipamentos.

4.2.7 Requisitos da Contratada:

Comprovar habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira, conforme exigências da Lei nº 14.133/2021;

Possuir atividade econômica compatível com o fornecimento dos equipamentos objeto da contratação;

Cumprir integralmente as obrigações contratuais, ambientais, trabalhistas, previdenciárias e tributárias aplicáveis;

Responsabilizar-se pela qualidade, integridade e conformidade dos equipamentos fornecidos durante toda a execução contratual.

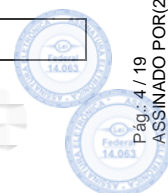
5. LEVANTAMENTO DE MERCADO

5.1 No levantamento de mercado realizado, foram identificadas alternativas viáveis para atendimento da necessidade de aquisição de Equipamento para a Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – RO, considerando aspectos técnicos, operacionais, econômicos e administrativos.

ALTERNATIVA – 01	
Aquisição por Licitação Própria: Realização de procedimento licitatório específico para aquisição de material permanente (EQUIPAMENTO E FERRAMENTA), com definição própria das especificações técnicas, quantitativos e prazos.	
Vantagens	a) Maior customização das especificações técnicas conforme as necessidades locais; b) Ampla competitividade entre fornecedores; c) Possibilidade de adequação integral do objeto ao planejamento municipal.
Desvantagens	a) Maior tempo de tramitação do processo licitatório; b) Elevação de custos administrativos; c) Risco de atrasos na implantação dos equipamentos.

ALTERNATIVA – 02	
Adesão a Ata de Registro de Preços (Carona): Utilização de Ata de Registro de Preços previamente constituída por outro órgão ou entidade, com objeto compatível com a necessidade do Município.	
Vantagens	a) Celeridade na contratação; b) Redução de custos administrativos; c) Preços previamente registrados, favorecendo a economicidade; d) Padronização dos equipamentos e especificações técnicas.
Desvantagens	a) Menor flexibilidade para customização do objeto; b) Dependência da vigência, saldo e condições da ata; c) Necessidade de comprovação formal da vantajosidade da adesão.

ALTERNATIVA – 03





Aquisição Fracionada ou Pontual: Aquisição de equipamentos de forma isolada ou por demandas pontuais, sem planejamento conjunto.	
Vantagens	a) Atende demandas imediatas e específicas; b) Menor impacto orçamentário inicial.
Desvantagens	a) Perda de economicidade pela ausência de ganho de escala; b) Falta de padronização dos equipamentos; c) Dificuldade de manutenção e reposição futura.

5.2 Após análise das alternativas apresentadas, conclui-se que a solução mais adequada para atendimento da demanda é a realização de LICITAÇÃO PRÓPRIA, na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SRP, prevista na Lei nº 14.133/2021, especialmente em observância ao art. 6º, XLI, que define o pregão como modalidade destinada à aquisição de bens e serviços comuns, bem como ao art. 28, inciso I, da referida lei.

5.3 A alternativa de licitação própria demonstra-se mais vantajosa sob o aspecto técnico e administrativo, considerando que os materiais permanentes (EQUIPAMENTO E FERRAMENTA) demandam especificações compatíveis com a realidade local, observância às condições, requisitos de segurança e adequação do Município. Nesse contexto, o PREGÃO ELETRÔNICO SRP possibilita maior customização das especificações técnicas, permitindo que a Administração estabeleça critérios objetivos de qualidade, durabilidade, segurança e desempenho dos equipamentos.

5.4 Além disso, a realização de procedimento próprio amplia a competitividade entre fornecedores, em conformidade com os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, especialmente os princípios da isonomia, competitividade, eficiência e seleção da proposta mais vantajosa. A disputa eletrônica tende a proporcionar maior economicidade ao erário, mediante ampliação do universo de participantes e obtenção de melhores propostas comerciais.

5.5 Embora a adesão à Ata de Registro de Preços apresente maior celeridade processual, tal alternativa possui limitações relevantes, especialmente quanto à flexibilidade das especificações técnicas e à dependência das condições previamente estabelecidas pelo órgão gerenciador da ata. Ademais, a adesão exige demonstração formal da vantajosidade, nos termos do art. 86, §2º, da Lei nº 14.133/2021, o que pode restringir a adequação integral do objeto às necessidades específicas do Município.

5.6 Por sua vez, a aquisição parcelada por meio do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada, pois possibilita o atendimento gradual das demandas da Administração, conforme a necessidade efetiva de consumo, favorecendo os princípios do planejamento e da economicidade previstos no art. 11 da Lei nº 14.133/2021.

5.7 Dessa forma, considerando os aspectos de planejamento, competitividade, padronização, adequação técnica e busca da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, recomenda-se a adoção da licitação própria por meio de PREGÃO ELETRÔNICO de Sistema de Registro de Preço, por se tratar da alternativa que melhor atende ao interesse público e às necessidades institucionais do Município.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

6.1 A solução proposta consiste na aquisição de equipamentos e ferramentas, por meio de licitação própria na modalidade Pregão Eletrônico para Registro de Preços (SRP), destinada ao atendimento das necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Obras – SEMOB e da Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SEMUSP do Município de Candeias do Jamari – RO. A contratação compreenderá o fornecimento dos bens, transporte, entrega, garantia do fabricante e demais obrigações necessárias para sua plena utilização pelas unidades administrativas demandantes.

6.2 Os equipamentos e ferramentas serão utilizados diretamente nas atividades desenvolvidas pela oficina mecânica e borracharia municipal, manutenção preventiva e corretiva da frota de veículos, caminhões, máquinas pesadas e implementos pertencentes ao patrimônio municipal, bem como nas ações de recuperação e manutenção de pontes e pontilhões de madeira, conservação de estradas vicinais, manutenção de vias urbanas, logradouros públicos, áreas verdes, praças e demais serviços de infraestrutura executados pela SEMOB e pela SEMUSP.

6.3 A solução contempla a aquisição de equipamentos de uso profissional, fabricados com materiais de elevada resistência e durabilidade, aptos a suportar condições severas de trabalho e utilização contínua. Entre os itens previstos encontram-se ferramentas pneumáticas, macacos hidropneumáticos, motosserras,



vulcanizadores, lixadeiras, jogos de soquetes, jogos de chaves e demais equipamentos necessários à execução das atividades operacionais das Secretarias, observadas as especificações técnicas mínimas definidas no Termo de Referência.

6.4 Os bens deverão ser fornecidos novos, de primeiro uso, sem sinais de utilização anterior, acompanhados de manuais de operação em língua portuguesa, certificados de garantia e demais documentos técnicos exigidos pela legislação vigente. Os equipamentos deverão atender às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, às certificações compulsórias do INMETRO quando aplicáveis, bem como às normas de segurança e qualidade pertinentes a cada categoria de produto.

6.5 A contratação deverá observar critérios de sustentabilidade, eficiência energética, durabilidade e segurança operacional, buscando reduzir custos de manutenção, aumentar a vida útil dos equipamentos e minimizar impactos ambientais decorrentes da utilização e substituição dos bens. Também deverão ser observadas as Normas Regulamentadoras aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas à segurança em máquinas e equipamentos e à ergonomia dos operadores.

6.6 A adoção do Sistema de Registro de Preços mostra-se adequada por permitir aquisições futuras e parceladas conforme a necessidade das Secretarias e a disponibilidade orçamentária, proporcionando maior eficiência administrativa, racionalização dos procedimentos de compra, padronização dos equipamentos e melhor gestão dos recursos públicos.

6.7 A execução contratual compreenderá a entrega dos equipamentos em local indicado pela Administração, observando o prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos após o recebimento da Autorização de Fornecimento ou instrumento equivalente, sem prejuízo das demais condições estabelecidas no Edital e Termo de Referência.

6.8 Com a implementação da solução pretendida, espera-se ampliar a capacidade operacional da SEMOB e da SEMUSP, aumentar a disponibilidade da frota e dos equipamentos municipais, reduzir custos decorrentes de manutenções emergenciais e contratações externas, proporcionar melhores condições de trabalho aos servidores e garantir maior eficiência na execução dos serviços públicos de infraestrutura urbana e rural prestados à população.

6.9 Diante das alternativas avaliadas, conclui-se que a realização de licitação própria por meio de Pregão Eletrônico para Registro de Preços representa a solução mais vantajosa para a Administração, por assegurar ampla competitividade, padronização dos equipamentos, adequação às necessidades específicas das Secretarias, economicidade e seleção da proposta mais vantajosa, em conformidade com os princípios previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021.

7. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO

7.1 Nos termos do art. 40, inciso V, alínea “b”, da Lei nº 14.133/2021, foi analisada a viabilidade do parcelamento da contratação, considerando a natureza dos bens, a ampliação da competitividade, a economicidade e a obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

7.2 Verificou-se que o objeto é composto por equipamentos e ferramentas com características técnicas correlatas e finalidades operacionais específicas, permitindo sua organização em lotes distintos e homogêneos, de acordo com a natureza dos bens e os segmentos de mercado correspondentes.

7.3 O agrupamento dos itens em lotes foi definido com base em critérios de afinidade técnica, compatibilidade funcional, padronização operacional e racionalização da gestão contratual, possibilitando maior eficiência no fornecimento, na fiscalização e no acompanhamento da execução contratual.

7.4 A adoção do critério de julgamento por lote mostra-se adequada por favorecer ganhos de escala, racionalização administrativa e melhor gerenciamento da execução contratual, sem prejuízo da competitividade, uma vez que os itens agrupados são normalmente comercializados por fornecedores do mesmo segmento.

7.5 Não há necessidade de agrupamento de todos os itens em lote único, uma vez que os equipamentos possuem finalidades distintas e podem ser organizados em lotes homogêneos, conforme suas características técnicas e segmentos de mercado. Tal agrupamento permite preservar a competitividade do certame, facilitar a gestão contratual e assegurar maior eficiência na execução da futura contratação.

7.5.1 (Retificação — 2ª Errata) Em atendimento à recomendação 3 (“Quanto ao agrupamento dos itens em lotes”) do Parecer PGM nº 271/2026, e em correção à divergência identificada entre a estrutura de lotes constante das peças técnicas e a Minuta de Edital anteriormente lançada (que reuniu indevidamente a totalidade dos 17 itens em lote único), fica restabelecida e consolidada, para todos os efeitos, a organização



do objeto em 4 (quatro) lotes distintos, segundo a correlação técnica, funcional e mercadológica entre os itens, conforme detalhado nos itens 7.6 a 7.8 e no quadro de quantitativos do item 8 deste Estudo:

LOTE 01 — Ferramentas e equipamentos de oficina mecânica e borracharia (chaves de impacto pneumáticas, macacos hidropneumáticos, vulcanizadores, lixadeiras e jogos de chaves/soquetes) — 14 itens, comercializados predominantemente pelo mesmo segmento de fornecedores de ferramentaria industrial;

LOTE 02 — Motosserra, equipamento de uso específico para as frentes de campo de recuperação de pontes, pontilhões e vias rurais, com segmento de mercado próprio (equipamentos motorizados de corte);

LOTE 03 — Compactador de Percussão, equipamento de uso específico para recomposição e compactação de solo em obras de infraestrutura viária, com segmento de mercado próprio (equipamentos de compactação);

LOTE 04 — Máquina com Sistema de Diafragma para Demarcação Viária, equipamento de uso específico e elevado valor unitário, com segmento de mercado próprio (equipamentos de sinalização viária), cuja separação em lote individual favorece a participação de fornecedores especializados, sem necessidade de capacidade de fornecimento do conjunto dos demais itens.

7.5.2 (Inclusão — 2ª Errata) A segregação em 4 (quatro) lotes, em vez de lote único, justifica-se tecnicamente porque os itens dos Lotes 02, 03 e 04 pertencem a segmentos de mercado distintos do segmento de ferramentaria geral (Lote 01), de modo que a exigência de fornecimento conjunto de todos os 17 itens por um único licitante restringiria indevidamente a competitividade, afastando fornecedores especializados em apenas uma dessas categorias (por exemplo, um fornecedor especializado em equipamentos de sinalização viária, mas sem capacidade de fornecimento de motosserras ou ferramentas de oficina). A segregação em lotes, mantendo o agrupamento por afinidade dentro de cada lote, concilia os ganhos de escala e padronização (objetivo da adjudicação por lote) com a preservação da ampla competitividade exigida pelo art. 40, V, "b", e pelo art. 41, I, da Lei nº 14.133/2021.

7.6 Recomenda-se que o julgamento da licitação seja realizado POR LOTE, permitindo que cada licitante participe apenas dos lotes/itens compatíveis com sua atividade econômica e capacidade de fornecimento, assegurando maior competitividade e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

7.7 Conclui-se que o parcelamento da contratação é **TECNICAMENTE VIÁVEL** e economicamente vantajoso, em observância ao art. 40, inciso V, alínea 'b', da Lei nº 14.133/2021. Ademais, considerando as características dos itens e a necessidade de manutenção da economicidade e da eficiência na execução contratual, mostra-se recomendável a adoção da adjudicação por lote, na forma do parcelamento em 4 (quatro) lotes consolidado no item 7.5.1 supra, conforme justificativa constante dos autos.

7.8 (Inclusão — 2ª Errata) Fundamentação específica da correlação entre os itens agrupados em cada lote: dentro de cada um dos 4 (quatro) lotes definidos no item 7.5.1, os itens agrupados guardam correlação funcional direta, por se destinarem ao mesmo fim operacional e pertencerem ao mesmo segmento de fornecimento. O fornecimento por lote (i) reduz o número de fornecedores a gerenciar dentro de cada categoria de equipamento; (ii) assegura padronização de marca/fabricante e canal único de assistência técnica/garantia para os itens de mesma natureza; e (iii) preserva a participação de fornecedores especializados em cada segmento, evitando a exigência de capacidade de fornecimento de categorias de produto heterogêneas por um único licitante. Por tais razões, a vantajosidade econômica e operacional da adjudicação por lote, na forma consolidada nesta Errata, supera tanto a alternativa do lote único quanto a do parcelamento por item individual.

8. DEFINIÇÃO DE QUANTITATIVO

8.1 A estimativa das quantidades foi definida com base em levantamento interno da Secretaria Municipal de Obras – SEMOB e da Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SEMUSP, considerando os itens, e a quantidade prevista para aquisição, de acordo com as necessidades.

8.2 Apresenta-se, a seguir, o quadro estimativo de quantidades, organizado segundo a estrutura de 4 (quatro) lotes consolidada no item 7.5.1 deste Estudo, com especificações técnicas mínimas, *admitida solução técnica equivalente ou similar*, nos termos do art. 41, I, da Lei nº 14.133/2021:

LOTE 01 — Ferramentas e Equipamentos de Oficina Mecânica e Borracharia

Item	Objeto/Descrição	Quant.	Unid.
------	------------------	--------	-------





01	CHAVE DE IMPACTO PNEUMÁTICA 3/4": com as mínimas especificações, admitida solução técnica equivalente ou similar: quadrado de encaixe de 3/4" em aço liga especial de Cromo, Manganês e Titânio. Compacta e leve, com carcaça em liga de alumínio, controlador de torque com 3 faixas de trabalho, rotação variável e reversível, sistema de impacto com martelo duplo para maior torque e balanceamento. Quadrado de encaixe: 3/4" – 19 mm; Entrada de ar: 3/8" NPT; Rotação máxima: 4.600 rpm; Torque máximo: 1.600 N.m – 163,15 kg.f; capacidade do parafuso: 1" – 25mm; pressão de trabalho: 90 PSI – 6,3 bar; consumo de ar: 583 l/min; mangueira recomendada: 1/2" – 12,7mm; manopla para auxiliar no manuseio do produto, punho com proteção plástica.	2	Und.
02	CHAVE DE IMPACTO PNEUMÁTICA 1/2": com as mínimas especificações, admitida solução técnica equivalente ou similar: para aperto e desaperto de porcas e parafusos até 16mm (5/8"); medida do encaixe da chave de impacto pneumática: 1/2"; pressão de trabalho: 90 lbf/pol ² ; torque máximo: 700 N.m / 70 kgf.m; consumo de ar da chave de impacto pneumática: 32,4 pcm; rosca de entrada de ar da chave de impacto pneumática: 1/4" NPT; diâmetro interno da mangueira: 3/8"; nível de ruído: 85 dB(A); massa aproximada (peso): 2,75 kg; rotações por minuto – rpm: 7.000/min.	2	Und.
03	MACACO HIDROPNEUMÁTICO 30TON: com as mínimas especificações, admitida solução técnica equivalente ou similar: Macaco Tipo Garrafa; Sistema de Elevação: Hidropneumático; Capacidade de Carga: Máxima de 30 Toneladas; Corpo em Material: Aço; Altura de construção: 250mm; Dimensões da base: 213x149mm; Curso de elevação hidráulica: 150mm; Curso de fuso: 100mm; Altura total: 500mm; Comprimento da alavanca: 350mm.	2	Und.
04	MACACO HIDROPNEUMÁTICO 20TON: com as mínimas especificações, admitida solução técnica equivalente ou similar: tipo garrafa, Altura Fechado 240mm; Curso Hidráulico 145mm; Prolongador 60mm; Altura Aberto 445mm; Capacidade Nominal 20 ton; Pressão Ideal de Trabalho 120 a 180 PSI; acionamento hidráulico ou pneumático.	2	Und.
05	MACACO HIDROPNEUMÁTICO 15TON: com as mínimas especificações, admitida solução técnica equivalente ou similar: Macaco Tipo Garrafa; Sistema de Elevação: Hidropneumático; Capacidade de Carga: Máxima de 15 Toneladas; Corpo em Material: Aço; Altura de construção: 235mm; Dimensões da base: 110x180mm; Curso de elevação hidráulica: 155mm; Curso de Fuso: 105mm; Altura total: 495mm; Comprimento da alavanca: 350mm.	2	Und.
06	VULCANIZADOR PARA CÂMARA DE AR: com as mínimas especificações, admitida solução técnica equivalente ou similar: controle automático de temperatura, guia de bico para vulcanização, placa de alumínio fundido sob pressão, para correta distribuição do calor e da pressão sobre a área a ser vulcanizada. Especificações Técnicas: tensão: 220 volts, temperatura de trabalho 135°C, peso 13kg.	2	Und.
07	VULCANIZADOR PARA PNEUS: com as mínimas especificações, admitida solução técnica equivalente ou similar: Construído em ferro nodular especial, articulado, controle automático de temperatura, para cortes na lateral ou na banda de rodagem utilizar o conjunto plano. Especificações Técnicas: Voltagem 220V, Resistência 450W, Temperatura de trabalho: 140°C, Tempo médio para as vulcanizações: 30 minutos, peso 15kg.	2	Und.





08	LIXADEIRA ANGULAR PROFISSIONAL: com as mínimas especificações, admitida solução técnica equivalente ou similar: Estrutura construído com engrenagens de alta resistência, punho macio. Especificações Técnicas: potência 2.200W, capacidade: Disco de goma: 180, 230mm (7, 9") - Disco de Lixa: 180mm (7"), Rotações por min.: 6.600rpm, Dimensões: 473 x 105 x 140 mm (C x L x A), Cabo de energia: 2,5m, acompanha: Chave de Pino, Punho e Disco de borracha 170 mm.	5	Und.
09	LIXADEIRA PNEUMÁTICA PROFISSIONAL: com as mínimas especificações, admitida solução técnica equivalente ou similar: Lixadeira reta, movimento rotativo não reversível, Especificação Técnica: Base: 65mm, Entrada de Ar: 1/4"; Velocidade: 2.500 RPM; Consumo de Ar Inst.: 0,50 PCS ou 14,15 L/seg; Pressão de Trabalho: 90 PSI; Peso: 0,9 Kg.	2	Und.
10	LIXADEIRA À BATERIA PROFISSIONAL: com as mínimas especificações, admitida solução técnica equivalente ou similar: Lixadeira automotiva a Bateria, Eixo: M14, Tamanho do disco: 7" (180mm), Motor sem escovas de carvão, Controle de velocidade variável, Gatilho com trava contra acionamento involuntário, Telas laterais removíveis, Boina dupla face, incluindo: 1 Empunhadura lateral, 1 Empunhadura superior, 1 Disco de borracha, 1 Chave de aperto, 1 Manual de instruções. Especificações: Comprimento do produto: 17.1 in, Largura do produto: 18.5cm, Altura do produto: 15.2cm, Altura do produto: 6 in, Largura do produto: 7.3 in, Peso do produto: 1.7Kg, Comprimento do produto: 43.4cm, Peso do produto: 6.4 lbs, 1 Carregador de Baterias 12-20 Volts Bivolt, 1 Bateria de Lítio 20 Volts 3.0 Ah, 1 Bolsa para Ferramentas 16".	2	Und.
11	JOGO DE SOQUETE ESTRIADO 3/4": com as mínimas especificações, admitida solução técnica equivalente ou similar: conjunto de soquetes estriados de 3,4 polegadas com 26 peças, em aço cromo-vanádio, caixa para armazenamento das peças. Técnicos: Medida Extensão: 525mm e 200mm - Encaixe: 3/4pol - Peso Aprox: 5 Kg - Medidas soquetes: 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 34, 36, 38, 41, 46, 50, 55, 60, 65mm, Acompanha: 1un. Chave T, 1un. Catraca, 2un. Soquete para vela, 2un. Extensão, 20 unidades soquetes de 3/4', Encaixe Estriado.	2	Und.
12	JOGO DE SOQUETE ESTRIADO 1/2": com as mínimas especificações, admitida solução técnica equivalente ou similar: jogo de soquetes estriados possui 22 peças, em aço cromo-vanádio, cabo metálico com perfil recartilhado, sistema de encaixe: quadrado com esfera de retenção, plástica resistente, 18 soquetes estriados com encaixe de 1/2" :: Medidas dos soquetes: 8 – 9 – 10 – 11 – 12 – 13 – 14 – 15 – 16 – 17 – 18 – 19 – 21 – 22 – 24 – 27 – 30 – 32mm, 02 extensões: 125 e 250mm, 01 cabo T, 01 catraca reversível.	2	Und.
13	JOGO DE CHAVES COMBINADAS: com as mínimas especificações, admitida solução técnica equivalente ou similar: fabricado em Aço cromo vanádio, acabamento cromado fosco, quantidade de peças: 26 peças: 6mm, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30 e 32mm, Massa aproximada (peso): 4,71; 1 Suporte plástico.	2	Und.
14	JOGO DE CHAVES BIELA L: com as mínimas especificações, admitida solução técnica equivalente ou similar: Chave biela com lados sextavados de mesma medida, fabricada em aço cromo-vanádio e acabamento niquelado, 12 Chaves: 8x8 / 9x9 / 10x10 / 11x11 / 12x12 / 13x13 / 14x14 / 15x15 / 16x16 / 17x17 / 18x18 / 19x19 mm.	2	Und.



LOTE 02 — Motosserra

Item	Objeto/Descrição	Quant.	Unid.
01	MOTOSERRA: com as mínimas especificações, admitida solução técnica equivalente ou similar: Combustível: gasolina; motor: 2 tempos, cilindrada mínima: 72,2 cm ³ , potência mínima: 4,4 kW (Equivalente a aproximadamente 5,9 hp/cv), Capacidade do tanque: 700 ml, peso seco máximo 6,0 kg, peso operacional de no máximo 8,3 kg, Nível de vibração máximo na empunhadura esquerda: 4,8 m/s ² , Nível de vibração máximo na empunhadura direita: 3,6 m/s ² , emissão de CO ₂ máxima: 766 g/kWh, sistema de partida retrátil manual, sistema de lubrificação automática da corrente, freio de corrente de acionamento rápido para segurança do operador, equipamento novo, de primeiro uso, acompanhado de manual de operação em português e garantia mínima de 12 (doze) meses.	10	Und.

LOTE 03 — Compactador de Percussão

Item	Objeto/Descrição	Quant.	Unid.
01	COMPACTADOR DE PERCUSSÃO: com as mínimas especificações, admitida solução técnica equivalente ou similar: tanque com capacidade de 2,5 litros, 02 filtros, Potência: 3,6 CV, Massa de Operação 68 kg, Força de Impacto: 12,8 kN, Distância do golpe: 40 – 85mm, Tamanho da Sapata: 330 X 285mm, Potência sonora medida: 103 dB, Nível sonoro medido: 104 dB, Limite de nível de som: 106 dB, Dimensões do produto C x L x A: 760 x 445 x 1050 mm.	3	Und.

LOTE 04 — Máquina para Demarcação Viária

Item	Objeto/Descrição	Quant.	Unid.
01	MÁQUINA COM SISTEMA DE DIAFRAGMA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA: com as mínimas especificações, admitida solução técnica equivalente ou similar: pintura de meio fio, faixas contínuas, faixas de pedestre, quebra molas e linhas simples. Equipada com motor 4 tempos à gasolina. Potência de 160CC. Capacidade de bomba de até 5.0LPM. Capacidade de até 30 litros de tinta no tanque e válvulas para controle de pressão manual. Incluso 2 kits de mangueira 10 MT, 2 pistolas Ultra para 3.600 PSI, 2 bicos 215, 1 bico para faixas de segurança, 2 máscaras de recorte para pintura de meio fio, 2 extensores de 50CM e um Laser para facilitar no alinhamento da máquina em pinturas de faixas contínuas para divisão de pistas.	2	Und.

8.3 (Inclusão — 2ª Errata) MEMÓRIA DE CÁLCULO DOS QUANTITATIVOS — Em atendimento ao apontamento I do Despacho de 23/06/2026 (Parecer PGM nº 271/2026, item “2. Quanto ao dimensionamento quantitativo da demanda”), apresenta-se a memória de cálculo individualizada para cada item, identificado pela combinação Lote-Item, com indicação do critério técnico-operacional utilizado:

Item	Equipamento	Qtd.	Critério de cálculo / memória
L01-01	Chave de Impacto Pneumática 3/4"	2	1 unidade por equipe de oficina mecânica (2 equipes), considerando uso intercalado e necessidade de reserva técnica para manutenção simultânea de mais de um veículo/equipamento.
L01-02	Chave de Impacto Pneumática 1/2"	2	Complementar ao item L01-01, para serviços de menor torque, evitando paralisação por indisponibilidade de ferramenta única.





L01-03	Macaco Hidropneumático 30Ton	2	1 unidade por equipe, dimensionado para sustentação de veículos pesados durante manutenção, com reserva para uso concomitante.
L01-04	Macaco Hidropneumático 20Ton	2	Idem ao item L01-03, para veículos de porte médio da frota municipal.
L01-05	Macaco Hidropneumático 15Ton	2	Idem, para veículos leves e utilitários, completando a faixa de capacidades necessárias à frota heterogênea da SEMOB.
L01-06	Vulcanizador para Câmara de Ar	2	1 unidade por turno de borracharia, considerando o volume médio de atendimentos semanais à frota.
L01-07	Vulcanizador para Pneus	2	Complementar ao item L01-06, para reparos estruturais de banda de rodagem que a câmara de ar não resolve isoladamente.
L01-08	Lixadeira Angular Profissional	5	1 unidade por frente de trabalho (5 frentes simultâneas entre oficina e manutenção de estruturas de madeira/metal).
L01-09	Lixadeira Pneumática Profissional	2	Uso complementar para acabamento fino em superfícies metálicas, quantitativo reduzido por ser ferramenta de aplicação mais específica.
L01-10	Lixadeira à Bateria Profissional	2	Para serviços externos (campo), sem disponibilidade de rede de ar comprimido ou energia elétrica.
L01-11	Jogo de Soquete Estriado 3/4"	2	1 jogo por equipe de manutenção mecânica pesada, evitando deslocamento de ferramental entre frentes de serviço.
L01-12	Jogo de Soquete Estriado 1/2"	2	Complementar ao item L01-11, para parafusos e porcas de menor diâmetro.
L01-13	Jogo de Chaves Combinadas	2	1 jogo por bancada de trabalho (oficina mecânica), padronizando o ferramental disponível a cada equipe.
L01-14	Jogo de Chaves Biela L	2	Ferramental específico para espaços confinados do motor, replicado nas duas bancadas de trabalho.
L02-01	Motoserra	10	5 equipes de campo (recuperação de pontes/pontilhões e manutenção de vias rurais) x 2 unidades por equipe (uso + reserva/rotação de manutenção), evitando paralisação de frente de serviço por quebra ou manutenção preventiva.
L03-01	Compactador de Percussão	3	3 frentes simultâneas de recuperação de vias e recomposição de solo, considerando a extensão da malha viária municipal e a necessidade de compactação em trechos distintos no mesmo período.
L04-01	Máquina com Sistema de Diafragma para Demarcação Viária	2	Conforme orientação do Despacho de 28/05/2026 (ID 2.63A.18E): operação simultânea em dois pontos da malha viária (zona urbana e rural), sem deslocamento único do equipamento entre frentes de serviço.

9. FORMA DE OBTENÇÃO DE VALOR DE REFERÊNCIA

9.1 A estimativa do valor da contratação foi elaborada com fundamento no art. 18, §1º, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, observando-se, subsidiariamente, os parâmetros do art. 23 da referida Lei, mediante a utilização de múltiplas fontes de pesquisa de preços.

9.2 Para a composição da estimativa, foram considerados:

I – levantamento de preços junto a fornecedores do ramo pertinente, mediante obtenção de propostas comerciais formais, contendo especificações compatíveis com o objeto pretendido;

ID: 2.754.3D3, RICARDO GIOVANI VIEIRA CARDOSO(26/06/2026 12:37:18) Palavras:9.652
Cód. Autenticidade: 1284.8X37.818K.K816.3414 - <https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>



II – análise dos valores registrados em outras contratações, oriundas de procedimentos licitatórios regulares, que observou critérios de competitividade e seleção da proposta mais vantajosa;

III – verificação da equivalência técnica entre os itens cotados e aqueles constantes da pesquisa de preço, assegurando a comparabilidade dos preços obtidos;

IV – consolidação dos dados em quadro comparativo, permitindo a análise objetiva dos valores praticados no mercado.

9.3 Quadro Comparativo de Preços (MÉDIA DE PREÇO), organizado por lote:

Item	Descrição	Quant.	Unid.	V. Unit.	Sub-Total
LOTE 01					
01	CHAVE DE IMPACTO PNEUMÁTICA 3/4"	02	Und.	2.439,18	4.878,36
02	CHAVE DE IMPACTO PNEUMÁTICA 1/2"	02	Und.	636,91	1.273,82
03	MACACO HIDROPNEUMÁTICO 30TON	02	Und.	1.985,37	3.970,74
04	MACACO HIDROPNEUMÁTICO 20TON	02	Und.	1.509,63	3.019,26
05	MACACO HIDROPNEUMÁTICO 15TON	02	Und.	1.395,75	2.791,50
06	VULCANIZADOR PARA CÂMARA DE AR	02	Und.	775,80	1.551,60
07	VULCANIZADOR PARA PNEU	02	Und.	1.634,36	3.268,72
08	LIXADEIRA ANGULAR PROFISSIONAL	05	Und.	1.307,23	6.536,15
09	LIXADEIRA PNEUMÁTICA PROFISSIONAL	02	Und.	546,56	1.093,12
10	LIXADEIRA À BATERIA PROFISSIONAL	02	Und.	1.311,33	2.622,66
11	JOGO DE SOQUETE ESTRIADO 3/4"	02	Und.	985,00	1.970,00
12	JOGO DE SOQUETE ESTRIADO 1/2"	02	Und.	450,00	900,00
13	JOGO DE CHAVES COMBINADAS	02	Und.	460,36	920,72
14	JOGO DE CHAVES BIELA L	02	Und.	412,50	825,00
Subtotal Lote 01					35.621,65
LOTE 02					
01	MOTOSERRA	10	Und.	4.635,37	46.353,70
Subtotal Lote 02					46.353,70
LOTE 03					
01	COMPACTADOR DE PERCUSSÃO	03	Und.	16.249,00	48.747,00
Subtotal Lote 03					48.747,00
LOTE 04					
01	MÁQUINA PARA DEMARCAÇÃO VIÁRIA	02	Und.	32.706,75	65.413,50



Subtotal Lote 04	65.413,50
TOTAL GERAL	196.135,85

9.4 A análise comparativa dos valores apresentados no quadro acima evidencia que os preços registrados na pesquisa de preço totalizam R\$ 196.135,85 (cento e noventa e seis mil e cento e trinta e cinco reais e oitenta e cinco centavos), mostrando-se inferiores ao valor estimado com base na pesquisa de mercado.

9.5 Ressalta-se que, embora existam variações pontuais entre os valores unitários de determinados itens, a avaliação da vantajosidade foi realizada de forma global, considerando o conjunto da contratação, o que se mostra tecnicamente adequado em razão da padronização dos equipamentos, das condições comerciais do certame originário e da eficiência administrativa decorrente da utilização pesquisa de preço.

9.6 Dessa forma resta demonstrada a vantajosidade da utilização dos preços para que seja realizada a licitação para aquisição dos bens a serem adquiridos, em consonância com a Lei nº 14.133/2021, atendendo aos princípios da economicidade, eficiência e planejamento.

10. JUSTIFICATIVA ECONÔMICA DA ESCOLHA DA SOLUÇÃO

10.1 A escolha da solução consistente na realização de licitação própria, na modalidade Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços (SRP), para aquisição dos equipamentos e ferramentas destinados à Secretaria Municipal de Obras – SEMOB e à Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SEMUSP, apresenta-se como a alternativa economicamente mais vantajosa para a Administração Pública, considerando os princípios da economicidade, eficiência, planejamento e obtenção da proposta mais vantajosa previstos na Lei nº 14.133/2021.

10.2 A realização de procedimento licitatório próprio possibilita ampla concorrência entre fornecedores de todo o território nacional, ampliando a competitividade do certame e favorecendo a obtenção de preços mais vantajosos para a Administração. O ambiente eletrônico reduz barreiras geográficas de participação, aumentando o número potencial de licitantes e estimulando a disputa de preços, o que tende a gerar economia de recursos públicos.

10.3 A adoção do Sistema de Registro de Preços também contribui para a racionalização dos gastos públicos, permitindo que as aquisições ocorram de forma parcelada e conforme a efetiva necessidade das Secretarias demandantes, evitando aquisições excessivas, formação desnecessária de estoque e imobilização de recursos financeiros em bens que não serão utilizados imediatamente.

10.4 Sob o aspecto operacional, a aquisição de equipamentos próprios reduzirá despesas decorrentes de manutenções emergenciais, locações eventuais de equipamentos, contratações externas para execução de serviços especializados e custos associados à indisponibilidade da frota e dos equipamentos municipais. A utilização de ferramentas adequadas e de melhor desempenho proporcionará maior produtividade das equipes, redução do tempo de execução dos serviços e melhor aproveitamento da mão de obra disponível.

10.5 A padronização dos equipamentos também representa benefício econômico relevante, pois facilita a operação, manutenção preventiva, reposição de componentes e treinamento dos servidores, reduzindo custos futuros relacionados à gestão e manutenção dos bens adquiridos.

10.6 Quanto às alternativas avaliadas, verificou-se que a adesão a atas de registro de preços de outros órgãos, embora apresente potencial redução no tempo de contratação, limita a possibilidade de adequação integral das especificações técnicas às necessidades da SEMOB e da SEMUSP, além de depender da disponibilidade de saldo, vigência da ata e demonstração formal de vantajosidade, fatores que podem restringir a obtenção da melhor relação custo-benefício para o Município.

10.7 Por sua vez, a aquisição fracionada ou pontual dos equipamentos mostrou-se menos vantajosa economicamente, uma vez que reduz o poder de negociação da Administração, dificulta a padronização dos bens, aumenta os custos administrativos decorrentes da realização de múltiplos procedimentos de contratação e compromete os ganhos de escala normalmente obtidos em aquisições planejadas e centralizadas.

10.8 Dessa forma, conclui-se que a realização de Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços constitui a alternativa que proporciona a melhor relação entre custo e benefício para a Administração Municipal, assegurando competitividade, economicidade, eficiência administrativa, racionalização dos recursos públicos e atendimento adequado das necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Obras – SEMOB e da Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SEMUSP.





11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES

11.1 Para a plena utilização dos equipamentos e ferramentas objeto da presente contratação, verificou-se que não há necessidade de celebração prévia de contratos interdependentes que constituam condição indispensável para sua operacionalização, uma vez que os bens serão utilizados diretamente pelas equipes da Secretaria Municipal de Obras – SEMOB e da Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SEMUSP nas atividades rotineiras de manutenção, conservação e execução de serviços públicos.

11.2 Todavia, a presente contratação possui correlação com outros instrumentos administrativos e contratações já existentes ou que poderão ser realizadas pela Administração Municipal, especialmente aqueles relacionados ao fornecimento de combustíveis, lubrificantes, peças de reposição, materiais de consumo para manutenção mecânica, pneus, materiais para borracharia, equipamentos de proteção individual – EPI, materiais de construção, insumos destinados à recuperação de pontes e pontilhões, manutenção de estradas vicinais, conservação de vias públicas e demais serviços de infraestrutura urbana e rural.

11.3 Também possui relação com os contratos de manutenção da frota municipal, locação de máquinas pesadas, fornecimento de materiais para obras públicas e demais contratações vinculadas às atividades finalísticas desenvolvidas pela SEMOB e pela SEMUSP, uma vez que os equipamentos adquiridos atuarão como instrumentos de apoio à execução dessas atividades.

11.4 Entretanto, tais contratações correlatas possuem caráter complementar e independente, não constituindo requisito obrigatório para a efetivação da presente aquisição, nem impedem a plena utilização dos equipamentos caso inexistam ou sejam contratadas em momentos distintos.

11.5 Dessa forma, conclui-se que não existem contratações interdependentes imprescindíveis à execução do objeto, havendo apenas contratações correlatas relacionadas às atividades operacionais e de manutenção desempenhadas pelas Secretarias demandantes, as quais contribuem para o melhor aproveitamento dos equipamentos, sem comprometer sua utilização autônoma.

12. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

12.1 A presente contratação encontra-se alinhada aos objetivos estratégicos da Administração Municipal e às atribuições institucionais da Secretaria Municipal de Obras – SEMOB e da Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SEMUSP, contribuindo diretamente para a manutenção, conservação e melhoria da infraestrutura urbana e rural do Município de Candeias do Jamari – RO.

12.2 A aquisição dos equipamentos e ferramentas visa fortalecer a capacidade operacional das Secretarias, proporcionando melhores condições para execução dos serviços de manutenção da frota municipal, recuperação de pontes e pontilhões, conservação de estradas vicinais, manutenção de vias públicas, sinalização urbana, limpeza e conservação de logradouros públicos, bem como demais ações voltadas ao atendimento das demandas da população.

12.3 A contratação está alinhada aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade e continuidade dos serviços públicos previstos no art. 5º da Lei nº 14.133/2021, uma vez que busca suprir necessidades previamente identificadas pelas unidades demandantes, permitindo a adequada execução das atividades finalísticas dos órgãos municipais e evitando prejuízos decorrentes da insuficiência ou indisponibilidade de equipamentos necessários ao desempenho das atividades operacionais.

12.4 Sob o aspecto orçamentário, a contratação possui compatibilidade com as ações governamentais destinadas à manutenção da infraestrutura urbana e rural, melhoria dos serviços públicos e fortalecimento da capacidade operacional da Administração Municipal, observando a disponibilidade de recursos e o planejamento das despesas de capital classificadas como Equipamentos e Material Permanente.

12.5 Embora a demanda não esteja prevista na versão vigente do Plano Anual de Contratações – PAC, conforme registrado no Documento de Oficialização da Demanda, a necessidade decorre de situação operacional devidamente justificada pelas Secretarias demandantes, sendo recomendada sua inclusão na próxima atualização do planejamento anual de contratações do Município.

12.6 A contratação também guarda consonância com os objetivos de modernização da estrutura administrativa, ampliação da eficiência operacional, redução de custos decorrentes de paralisações de equipamentos, diminuição da dependência de serviços terceirizados e melhoria da qualidade dos serviços disponibilizados à população, promovendo maior efetividade na aplicação dos recursos públicos.

12.7 Dessa forma, conclui-se que a presente contratação está devidamente alinhada ao planejamento institucional da Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari, às necessidades operacionais da SEMOB e da



SEMUSP e às diretrizes de gestão voltadas à continuidade, eficiência e aprimoramento dos serviços públicos municipais.

13. RESULTADOS PRETENDIDOS

13.1 Com a implementação da presente contratação, pretende-se fortalecer a capacidade operacional da Secretaria Municipal de Obras – SEMOB e da Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SEMUSP, por meio da disponibilização de equipamentos e ferramentas adequados às necessidades das atividades de manutenção, conservação e execução de serviços públicos municipais.

13.2 A aquisição dos equipamentos permitirá maior eficiência na execução dos serviços de manutenção preventiva e corretiva da frota municipal, máquinas pesadas e implementos utilizados pelas Secretarias, reduzindo o tempo de indisponibilidade dos equipamentos e aumentando sua vida útil operacional. Também proporcionará melhores condições para os serviços desenvolvidos pela oficina mecânica e borracharia municipal, contribuindo para maior agilidade e qualidade nos reparos realizados.

13.3 No âmbito das atividades de infraestrutura, espera-se ampliar a capacidade de atendimento das demandas relacionadas à recuperação e manutenção de pontes e pontilhões de madeira, conservação de estradas vicinais, manutenção de vias urbanas, limpeza e conservação de espaços públicos, permitindo maior rapidez na execução dos serviços e melhoria das condições de trafegabilidade e mobilidade da população.

13.4 A contratação também contribuirá para a redução de custos operacionais decorrentes da terceirização de serviços, da locação eventual de equipamentos e da realização de manutenções emergenciais, promovendo maior economicidade na utilização dos recursos públicos e melhor aproveitamento da estrutura administrativa existente.

13.5 Como resultados específicos, pretendem-se:

- Aumentar a disponibilidade operacional da frota municipal, máquinas e equipamentos utilizados pelas Secretarias;
- Reduzir o tempo de execução dos serviços de manutenção mecânica, borracharia e infraestrutura urbana e rural;
- Melhorar a qualidade e a eficiência dos serviços prestados à população;
- Reduzir custos com serviços terceirizados e manutenções corretivas emergenciais;
- Proporcionar maior segurança e melhores condições de trabalho aos servidores responsáveis pela operação e manutenção dos equipamentos;
- Promover a padronização dos equipamentos utilizados pelas equipes operacionais;
- Aumentar a produtividade das equipes da SEMOB e da SEMUSP;
- Garantir maior continuidade dos serviços públicos essenciais relacionados à infraestrutura urbana e rural;
- Preservar o patrimônio público por meio da realização adequada das atividades de manutenção preventiva e corretiva;
- Fortalecer a capacidade institucional do Município para execução direta de serviços de interesse público.

13.6 Dessa forma, a contratação contribuirá para o alcance dos objetivos institucionais das Secretarias demandantes, assegurando maior eficiência administrativa, economicidade, qualidade na prestação dos serviços públicos e melhor atendimento às necessidades da população do Município de Candeias do Jamari – RO.

14. PROVIDÊNCIAS A SEREM TOMADAS A PARTIR DESTA ETP

14.1 Para viabilizar a futura contratação e garantir a adequada execução do objeto, deverão ser adotadas as seguintes providências administrativas e técnicas após a conclusão e aprovação deste Estudo Técnico Preliminar – ETP:

- Elaboração e aprovação do Termo de Referência, contendo as especificações técnicas definitivas dos equipamentos e ferramentas, quantitativos, critérios de aceitação, condições de fornecimento, exigências de habilitação, obrigações das partes e demais requisitos necessários à contratação;
- Realização da pesquisa de preços de mercado, observando os parâmetros previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021, para definição do valor estimado da contratação e verificação da compatibilidade dos



preços praticados no mercado;

• Confirmação da disponibilidade orçamentária e financeira para suportar as despesas decorrentes da contratação, com a emissão da respectiva reserva orçamentária pela unidade competente;

• Elaboração do Mapa de Gerenciamento de Riscos da contratação, identificando eventos que possam comprometer o planejamento, a seleção do fornecedor e a execução contratual, bem como as medidas preventivas e mitigadoras cabíveis;

• Definição da modalidade licitatória e do critério de julgamento, recomendando-se a realização de Pregão Eletrônico pelo Sistema de Registro de Preços, com julgamento pelo menor preço por lote, observado as disposições da Lei nº 14.133/2021;

• Elaboração e aprovação da minuta do Edital, da Ata de Registro de Preços e dos demais documentos necessários à instrução do processo licitatório;

• Designação dos servidores responsáveis pela condução do procedimento licitatório, fiscalização e gestão da futura contratação, nos termos dos arts. 7º, 8º e 117 da Lei nº 14.133/2021;

• Verificação das exigências de garantia, certificações técnicas, conformidade com normas da ABNT, certificações do INMETRO e demais requisitos legais aplicáveis aos equipamentos que compõem o objeto da contratação;

• Planejamento dos procedimentos de recebimento, conferência, armazenamento, controle patrimonial e distribuição dos equipamentos às unidades da Secretaria Municipal de Obras – SEMOB e da Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SEMUSP;

• Capacitação e orientação dos servidores responsáveis pela operação e utilização dos equipamentos, quando necessária, visando assegurar sua correta utilização, conservação e segurança operacional;

• Inclusão da contratação no Plano Anual de Contratações – PAC, caso ainda não conste no planejamento vigente da Administração Municipal, observando as futuras atualizações do instrumento de planejamento.

14.2 Após a adoção das providências acima relacionadas, o processo deverá seguir para a fase externa da licitação, observando os princípios do planejamento, eficiência, economicidade, transparência e seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

15. POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS

15.1 A aquisição dos equipamentos e ferramentas destinados à Secretaria Municipal de Obras – SEMOB e à Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SEMUSP poderá gerar impactos ambientais de baixa magnitude, principalmente relacionados ao consumo de energia elétrica, utilização de combustíveis fósseis, emissão de ruídos, desgaste natural de componentes e geração de resíduos decorrentes da manutenção e substituição de peças ao longo da vida útil dos equipamentos.

15.2 Entre os possíveis impactos ambientais identificados, destacam-se:

• Consumo de combustíveis e emissão de gases atmosféricos provenientes da operação de equipamentos motorizados a combustão, tais como motosserras e outros equipamentos similares;

• Consumo de energia elétrica durante a utilização de equipamentos elétricos e carregadores de baterias;

• Emissão de ruídos decorrentes da operação dos equipamentos, especialmente em atividades de manutenção mecânica, corte, lixamento e serviços de infraestrutura;

• Geração de resíduos sólidos provenientes de embalagens, peças desgastadas, componentes substituídos, baterias, lubrificantes, filtros, pneus e demais materiais utilizados na manutenção dos equipamentos;

• Possibilidade de vazamentos ou descarte inadequado de óleos lubrificantes, combustíveis e outros insumos utilizados na operação e manutenção dos equipamentos;

• Desgaste natural dos equipamentos ao longo de sua vida útil, gerando necessidade futura de descarte ou substituição de componentes.

15.3 Visando minimizar os impactos ambientais identificados, deverão ser adotadas as seguintes medidas mitigadoras:

• Aquisição de equipamentos com padrões adequados de eficiência energética, durabilidade e desempenho operacional, quando disponíveis no mercado e compatíveis com as necessidades da Administração;

• Realização de manutenção preventiva periódica, visando reduzir o consumo excessivo de combustível, energia e a emissão de poluentes;





- ↳ Destinação ambientalmente adequada de resíduos, peças inservíveis, embalagens, baterias, lubrificantes e demais materiais descartados, observando a legislação ambiental vigente;
- ↳ Armazenamento adequado de combustíveis, óleos e produtos correlatos, prevenindo vazamentos e contaminação do solo e dos recursos hídricos;
- ↳ Utilização racional dos equipamentos, evitando desperdícios e ampliando sua vida útil operacional;
- ↳ Observância das normas ambientais, sanitárias e de segurança do trabalho aplicáveis à operação e manutenção dos equipamentos;
- ↳ Priorização, sempre que tecnicamente viável e economicamente vantajosa, de equipamentos fabricados com materiais de maior durabilidade e que permitam manutenção, reaproveitamento ou reciclagem de componentes.

15.4 Considerando a natureza do objeto, conclui-se que os impactos ambientais decorrentes da contratação são limitados, controláveis e mitigáveis mediante a adoção das boas práticas de gestão ambiental e manutenção dos equipamentos, não havendo impedimentos ambientais relevantes para a realização da contratação.

16. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

16.1 Após a realização dos estudos técnicos, levantamento das necessidades administrativas, análise das alternativas disponíveis no mercado e avaliação dos aspectos técnicos, operacionais, econômicos, orçamentários e ambientais, conclui-se que a contratação para aquisição de equipamentos e ferramentas destinados à Secretaria Municipal de Obras – SEMOB e à Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SEMUSP mostra-se tecnicamente viável, operacionalmente adequada e economicamente vantajosa para a Administração Pública Municipal.

16.2 Os estudos realizados demonstraram que a solução escolhida atende plenamente às necessidades identificadas pelas Secretarias demandantes, contribuindo para o fortalecimento da capacidade operacional do Município, melhoria da manutenção da frota e dos equipamentos públicos, ampliação da eficiência dos serviços de infraestrutura urbana e rural, bem como para a continuidade das atividades essenciais prestadas à população.

16.3 Verificou-se, ainda, que os equipamentos pretendidos possuem características amplamente disponíveis no mercado nacional, permitindo a realização de processo licitatório competitivo, com ampla participação de fornecedores e possibilidade de obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração, em conformidade com os princípios da economicidade, eficiência, competitividade e interesse público.

16.4 A solução adotada por meio de Pregão Eletrônico com Sistema de Registro de Preços, além de tecnicamente adequada, proporciona maior flexibilidade para aquisição conforme a necessidade da Administração, melhor gestão dos recursos públicos, racionalização dos procedimentos administrativos e ampliação da competitividade entre os fornecedores.

16.5 Sob o aspecto ambiental, os impactos decorrentes da contratação foram avaliados e considerados de baixa relevância, passíveis de controle mediante adoção das medidas mitigadoras previstas neste Estudo Técnico Preliminar, observando-se os princípios do desenvolvimento nacional sustentável e a legislação ambiental vigente.

16.6 Adicionalmente, constatou-se compatibilidade da futura contratação com os objetivos institucionais da Secretaria Municipal de Obras – SEMOB e da Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SEMUSP, bem como com as ações governamentais voltadas à manutenção da infraestrutura urbana e rural, conservação dos bens públicos e melhoria da prestação dos serviços públicos municipais.

16.7 Diante do exposto, e considerando os elementos técnicos constantes deste Estudo Técnico Preliminar, declara-se viável a contratação pretendida, recomendando-se o prosseguimento do processo administrativo para elaboração do Termo de Referência, realização da pesquisa de preços e adoção das demais providências necessárias à abertura do procedimento licitatório.

16.8 Conclui-se que a contratação é considerada VIÁVEL, sob os aspectos técnico, operacional, econômico, orçamentário e ambiental, atendendo aos requisitos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021 e demonstrando-se adequada para o atendimento do interesse público.

17. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

17.1 Os recursos destinados à contratação são oriundos dos recursos próprios da Prefeitura Municipal de





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



Candeias do Jamari – PMCJ/RO.

17.2 A dotação indicada é compatível com o objeto da contratação e atende às exigências da Lei nº 14.133/2021, assegurando o respaldo orçamentário e financeiro necessário à execução do objeto conveniado.

17.3 As despesas correrão por conta da dotação orçamentária própria da Secretaria Municipal de Obras – SEMOB e à Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SEMUSP, ou equivalente previsto na LOA vigente no exercício 2026. A contratação possui dotação orçamentária adequada, conforme a seguinte classificação:

Entidade: 02.000 – Poder Executivo

Unidade: 00 02.010 – Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SEMUSP

Atividade: 17 – Infraestrutura, Manutenção e Cuidado por Candeias

Função: 15.452 – Urbanismo / Serviços Urbanos

Ação: 2.025 – Aprimorar os Serviços de Limpeza, Coleta de Lixo e Manutenção

Categoria Econômica: 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente

Entidade: 02.000 – Poder Executivo

Unidade: 00 02.009 – Secretaria Municipal de Obras – SEMOB

Atividade: 16 – Candeias com Obras em Andamento

Função: 04.122 – Administração/ Administração Geral

Ação: 2.021 – Gerir a Execução Administrativa da SEMOB

Categoria Econômica: 4.4.90.52 – Equipamentos e Material Permanente

18. MATRIZ PRELIMINAR DE RISCOS

18.1 (Item incluído — 2ª Errata) Em complementação ao disposto no art. 18, §1º, X, da Lei nº 14.133/2021, e em atendimento ao apontamento do Despacho de 23/06/2026 quanto à matriz de riscos do Termo de Referência (que será replicada e detalhada também naquela peça), apresenta-se a matriz preliminar de riscos da fase de planejamento desta contratação:

Nº	Risco identificado	Prob.	Impacto	Medida mitigadora / responsável
01	Baixa concorrência / fracasso do certame	Média	Alto	Ampla publicidade (PNCP, AROM, Jornal, DIOF); especificações por desempenho, sem indicação de marca; participação ampla (sem cota exclusiva).
02	Atraso na entrega dos equipamentos pela contratada	Média	Médio	Prazo de entrega de até 30 dias corridos; aplicação de sanções contratuais; possibilidade de convocação do licitante subsequente, nos termos do art. 90 da Lei 14.133/2021.
03	Inadequação técnica do objeto entregue em relação à especificação	Baixa	Alto	Recebimento provisório e definitivo com avaliação técnica por comissão; exigência de garantia mínima de 12 meses; possibilidade de recusa e substituição sem ônus à Administração.
04	Insuficiência ou indisponibilidade orçamentária no exercício	Baixa	Alto	Confirmação prévia de dotação orçamentária específica na LOA 2026 antes da convocação para assinatura da Ata/Contrato.
05	Sobrepreço ou cotações não representativas da realidade local	Baixa	Médio	Utilização de múltiplas fontes de pesquisa de preços (art. 23 da Lei 14.133/2021); uso de filtros do PNCP por região, conforme Parecer PGM nº 271/2026.



06	Questionamento da exigência de qualificação técnica	Baixa	Médio	Objetivação do critério no Termo de Referência (atestado de fornecimento de, no mínimo, 30% do quantitativo total do respectivo lote).
07	Desistência do licitante vencedor após convocação	Baixa	Médio	Convocação dos licitantes remanescentes na ordem de classificação (art. 90 da Lei 14.133/2021); manutenção da Ata de Registro de Preços com demais fornecedores classificados.
08	Divergência entre o quantitativo/estrutura de lotes do ETP/TR e a Minuta de Edital	Baixa	Alto	Padronização, nesta Errata, da estrutura de 4 (quatro) lotes entre ETP, TR e Edital, eliminando-se a divergência anteriormente identificada (Edital publicado com lote único).

19. CONCLUSÃO

19.1 Diante das análises realizadas no presente Estudo Técnico Preliminar, a equipe de planejamento DECLARA VIÁVEL a contratação, por atender ao interesse público, apresentar vantajosidade econômica e estar em conformidade com a legislação vigente.

Candeias do Jamari – RO, 26 de junho de 2026.

Elaboração:

Coordenador Administrativo de Processos – SEMUSP

(função acumulada de Equipe de Planejamento)

Aprovado por:

OSVALDO DE SOUSA

Secretário Municipal de Obras

JOAQUIM NOLETO

Secretário Municipal de Serviços Públicos

Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **JOAQUIM NOLETO**, CPF: 438.13*. **2-4 em 26/06/2026 14:31:40, Cód. Autenticidade da Assinatura: 14X3.3R31.140A.341U.6252, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **OSVALDO DE SOUSA**, CPF: 190.79*. **2-4 em 26/06/2026 13:13:51, Cód. Autenticidade da Assinatura: 13H2.7W13.8518.H72Z.2384, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **2.754.3D3** - Tipo de Documento: **DESPACHO**.

Elaborado por **RICARDO GIOVANI VIEIRA CARDOSO**, CPF: 023.73*. **2-3, em 26/06/2026 12:37:18, contendo 9.652 palavras.

Código de Autenticidade deste Documento: 1284.8X37.818K.K816.3414

A autenticidade do documento pode ser conferida no site: <https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>



ID: 2.754.3D3, RICARDO GIOVANI VIEIRA CARDOSO(26/06/2026 12:37:18) Palavras:9.652
Cód. Autenticidade: 1284.8X37.818K.K816.3414 - <https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>



PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



ANALISE DE RISCO – AR

1. IDENTIFICAÇÃO DO REQUISITANTE:

Processo Administrativo: 0001694.04.01-2026

Órgão: Prefeitura Municipal de Candeias do Jamari – PMCJ/RO

Requisitante: Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SEMUSP/ Secretaria Municipal de Obras – SEMOB

Representante: Joaquim de Lima/ Osvaldo de Sousa

E-mail: semusp@candeiasdojamari.ro.gov.br / semob@candeiasdojamari.ro.gov.br

2. MAPA DE RISCO:

ID	Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Medidas Preventivas	Plano de Contingência	Responsável
R01	Especificações técnicas insuficientes ou inadequadas no Termo de Referência	Média	Alto	Alto	Revisão técnica detalhada das especificações pela SEMOB e SEMUSP antes da publicação do edital	Retificação do edital ou adequação das especificações mediante justificativa técnica	Equipe de Planejamento
R02	Pesquisa de preços incompatível com os valores praticados no mercado	Média	Alto	Alto	Utilização dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei nº 14.133/2021 e múltiplas fontes de consulta	Atualização da pesquisa de preços antes da licitação	Setor de Compras
R03	Ausência de fornecedores interessados no certame	Baixa	Alto	Médio	Ampla divulgação do edital e especificações compatíveis com o mercado	Republicação do certame com ajustes tecnicamente justificados	Agente de Contratação
R04	Fracasso ou deserto da licitação	Média	Alto	Alto	Planejamento adequado, ampla pesquisa mercadológica e exigências compatíveis com o objeto	Nova licitação ou utilização de procedimento legal cabível	Agente de Contratação
R05	Apresentação de equipamentos com características inferiores às exigidas	Média	Alto	Alto	Exigir catálogo, ficha técnica e comprovação de conformidade dos produtos	Recusa do recebimento e aplicação das sanções cabíveis	Fiscal do Contrato

Rua Transcintental – S/nº – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 76.860-000 – E-mail: semas@candeiasdojamari.ro.gov.br

Página - 1



Pág.: 1 / 5 - ID. do Doc.: 2.618.FFB - 26/05/2026 - 10:36:46 - ASSINADO POR(3): CPF:216.681.886 - 08/06/2026 - 10:36:46 - ASSINADO POR(1): CPF:005.571.226

Pág.: 99 / 103 - ID. do Doc.: 2.77C.9FA - 01/07/2026 - 12:19:10 - ASSINADO POR(1): CPF:005.571.226



ID	Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Medidas Preventivas	Plano de Contingência	Responsável
R06	Fornecimento de equipamentos usados, recondicionados ou remanufaturados	Baixa	Alto	Médio	Exigência expressa de fornecimento de produtos novos e de primeiro uso	Recusa do material e substituição imediata	Fiscal do Contrato
R07	Descumprimento do prazo de entrega contratual	Média	Alto	Alto	Definição clara dos prazos e monitoramento contratual	Aplicação de penalidades e convocação do próximo fornecedor, quando cabível	Gestor do Contrato
R08	Entrega parcial dos equipamentos contratados	Média	Médio	Médio	Controle rigoroso dos pedidos e conferência quantitativa	Notificação para complementação do fornecimento	Fiscal do Contrato
R09	Equipamentos sem certificação obrigatória do INMETRO ou em desacordo com normas técnicas	Baixa	Alto	Médio	Exigir certificações e documentação técnica quando aplicáveis	Recusa do recebimento e substituição dos itens	Fiscal do Contrato
R10	Equipamentos apresentarem defeitos durante o período de garantia	Média	Médio	Médio	Exigência de garantia mínima e assistência técnica autorizada	Acionamento da garantia contratual	Contratada
R11	Aumento excessivo dos preços de mercado durante a vigência da Ata	Média	Médio	Médio	Pesquisa de preços consistente e planejamento da contratação	Revisão nos limites legais e realização de novo procedimento se necessário	Gestor da Ata
R12	Insuficiência de recursos orçamentários para atendimento integral da demanda	Baixa	Alto	Médio	Verificação prévia da disponibilidade orçamentária e financeira	Aquisição conforme disponibilidade financeira e prioridade administrativa	Ordenador de Despesas
R13	Falhas no recebimento e conferência dos equipamentos	Média	Médio	Médio	Designação formal de fiscal e comissão de recebimento	Reavaliação dos bens recebidos e correção dos registros	Fiscal do Contrato
R14	Acidentes	Média	Alto	Alto	Treinamento	Afastamento do	SEMOB/SEMUSP





ID	Risco Identificado	Probabilidade	Impacto	Nível de Risco	Medidas Preventivas	Plano de Contingência	Responsável
	decorrentes da utilização inadequada dos equipamentos				dos operadores e utilização obrigatória de EPI	equipamento e apuração das causas	
R15	Danos ambientais decorrentes do descarte inadequado de peças, embalagens, lubrificantes ou componentes	Baixa	Médio	Baixo	Observância da legislação ambiental e destinação adequada dos resíduos	Contratação de empresa especializada para destinação ambientalmente correta	SEMOB/SEMUSP
R16	Baixa durabilidade ou desempenho inferior dos equipamentos adquiridos	Média	Alto	Alto	Definição de requisitos mínimos de qualidade, garantia e certificação	Acionamento da garantia e substituição dos equipamentos defeituosos	Fiscal do Contrato
R17	Inexecução total ou parcial do contrato pelo fornecedor	Baixa	Alto	Médio	Verificação da capacidade técnica e econômico-financeira da contratada	Aplicação das penalidades previstas e convocação de remanescente	Gestor do Contrato

3. MATRIZ DE CLASSIFICAÇÃO DOS RISCOS:

Probabilidade	Definição
Baixa	Evento improvável de ocorrer
Média	Evento com possibilidade moderada de ocorrência
Alta	Evento com grande probabilidade de ocorrência
Impacto	Definição
Baixo	Não compromete o objeto da contratação
Médio	Gera atrasos ou custos adicionais limitados
Alto	Compromete significativamente a execução contratual ou o atendimento da necessidade pública

Resultado	Classificação
Baixa + Baixo	Baixo
Média + Médio	Médio
Média + Alto	Alto
Alta + Alto	Crítico





PREFEITURA DE CANDEIAS DO JAMARI
AV. TANCREDO NEVES, 1781 - UNIÃO, CANDEIAS DO JAMARI / RO - 76.860-000
CNPJ: 63.761.902/0001-60



4. CONCLUSÃO DA ANÁLISE DE RISCOS

4.1 Após a identificação, avaliação e definição das medidas de tratamento, conclui-se que os riscos inerentes à contratação são **ADMINISTRÁVEIS E MITIGÁVEIS**, não existindo fatores que inviabilizem a aquisição dos equipamentos e ferramentas destinados à Secretaria Municipal de Obras – SEMOB e à Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SEMUSP. A adoção das medidas preventivas e dos controles propostos reduz significativamente a probabilidade de ocorrência dos eventos de risco e seus impactos, permitindo o prosseguimento da contratação com nível de risco residual aceitável para a Administração Pública.

5. CONCLUSÃO

16.1 Diante do exposto, conclui-se pela **VIABILIDADE** da aquisição dos equipamentos e ferramentas para a Secretaria Municipal de Obras – SEMOB e à Secretaria Municipal de Serviços Públicos – SEMUSP do Município de Candeias do Jamari, garantindo segurança da população e continuidade dos serviços públicos.

16.2 Para dirimir as questões oriundas deste contrato, será competente o do foro da Comarca de Porto Velho – PVH/RO.

6. ASSINATURAS

Candeias do Jamari – RO, 25 de Maio de 2026.

Elaboração:

GEISON DA CONCEIÇÃO COELHO
Equipe de Planejamento

Aprovado Por:

OSVALDO DE SOUSA
Secretário Municipal de Obras

JOAQUIM DE LIMA
Secretário Municipal de Serviços Públicos

Rua Transcontienental – S/nº – Bairro União – Candeias do Jamari – Rondônia
CEP: 76.860-000 – E-mail: sems@candeiasdojamari.ro.gov.br

Página - 4



Pág.: 4 / 5 - ID. do Doc.: 2.618.FFB - 26/05/2026 - 10:36:46 - ASSINADO POR(3): CPF:216.681.886 CPF:190.791.224 CPF:022.191.225

Pág.: 102 / 103 - ID. do Doc.: 2.77C.9FA - 01/07/2026 - 12:19:10 - ASSINADO POR(1): CPF:005.571.226



Assinaturas do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **JOAQUIM DE LIMA**, CPF: 216.68*. **8-*6 em **26/05/2026 11:58:13**, Cód. Autenticidade da Assinatura: 11X8.2858.813Z.A072.0240, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **OSVALDO DE SOUSA**, CPF: 190.79* **2-*4 em **26/05/2026 11:55:05**, Cód. Autenticidade da Assinatura: 1134.5955.605X.278Z.1288, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Documento Assinado Eletronicamente por **GEISON DA CONCEIÇÃO COELHO**, CPF: 022.19* **2-*5 em **26/05/2026 10:36:46**, Cód. Autenticidade da Assinatura: 1076.4W36.446V.K81R.5631, com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: **2.618.FFB** - Tipo de Documento: **ANÁLISE DE RISCO - AR - Nº 57/2026**

Elaborado por **GEISON DA CONCEIÇÃO COELHO**, CPF: 022.19* **2-*5, em **26/05/2026 - 10:36:46**

Código de Autenticidade deste Documento: 1010.6K36.2461.Z827.0441

A autenticidade do documento pode ser conferida no site:
<https://athus.candeiasdojamari.ro.gov.br/verdocumento>

